

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

TATIANE MONTEIRO RÉ

**A PEQUENA CIDADE E A PRAÇA: MEMÓRIA E FUNCIONALIDADE
DO ESPAÇO PÚBLICO**

**CAMPO MOURÃO – PR
2017**

TATIANE MONTEIRO RÉ

**A PEQUENA CIDADE E A PRAÇA: MEMÓRIA E FUNCIONALIDADE
DO ESPAÇO PÚBLICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Clair Bovo

Co-orientador: Prof. Dr. Fábio André Hahn

**CAMPO MOURÃO – PR
2017**

TATIANE MONTEIRO RÉ

A PEQUENA CIDADE E A PRAÇA: MEMÓRIA E FUNCIONALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO

BANCA EXAMINADORA

Dr. Marcos Clair Bovo (Orientador) – UNESPAR, Campo Mourão

Dr. Fábio André Hahn (Co-orientador) – UNESPAR, Campo Mourão

Dr. Vitor Koiti Miyazaki – UFU, Ituiutaba

Dr. Ricardo Luiz Tows – IFPR, Astorga

Data de Aprovação

___/___/_____

Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

*Cada lágrima, cada palavra, cada ponto ao
meu pai Sebastião Monteiro da Silva.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha existência e por tudo que tem me proporcionado nessa caminhada de aprendizado, desafio e crescimento.

À Universidade Estadual do Paraná, pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento de Campo Mourão, em especial ao Caio César Santos, secretário do programa, pelo apoio com a documentação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento de Campo Mourão.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Campo Mourão, por possibilitar a redução da carga horária para que eu pudesse concluir essa etapa de aprendizagem e desenvolvimento profissional.

Aos colegas do Departamento de Educação e do Herbário HCF, pela compreensão nas minhas ausências por conta da pesquisa.

Ao meu querido orientador, Marcos Clair Bovo, pelo apoio e incentivo nessa jornada.

Ao meu co-orientador, Fábio André Hahn, pelas orientações.

À Marta Belini e ao Ricardo Töws, pelas valiosas sugestões durante a banca de qualificação.

Aos amigos, Jeciane Golinhaki, Joze Palani, Cleverson Lima, Ana Carla Poliseli, Amanda Ribeiro e Amanda Costa, pelo carinho e discussões ao longo dessa caminhada. Em especial, ao querido Dean Fábio Gomes, que gentilmente me acompanhou nas pesquisas de campo.

Aos entrevistados, Polon Radecki, Teresa Santos Vieira, Frederico Renal, Armênio Coelho da Costa e Ubiraci Pereira Messias, que gentilmente cederam suas memórias para a realização desse trabalho.

Aos municípios que participaram da pesquisa de enquete de opinião.

À Prefeitura Municipal de Mamborê, em especial ao Setor de Planejamento, pelos projetos de revitalização das praças.

Ao mamboreense, Vilson Olipa, que gentilmente auxiliou no encontro dos entrevistados e pelas fotografias.

Aos amigos, pela ausência nesse período.

À minha família: minha mãe, Carmem, pelo exemplo de vida; ao meu pai, Sebastião, com a certeza que está vibrando com minha vitória; aos meus queridos irmãos,

Dário e Élen, por suas existências; aos meus queridos filhos, Lara e Pedro, pelo amor maior do mundo; ao meu querido esposo Reginaldo Ré, simplesmente por tudo... companheirismo, incentivo, dedicação e amor.

EPIGRAFE

Não é sobre chegar no topo do mundo

Saber que venceu

É sobre escalar e sentir

Que o caminho te fortaleceu

É sobre ser abrigo

E também ter morada em outros corações

E assim ter amigos contigo

Em todas as situações

A gente não pode ter tudo

Qual seria a graça do mundo se fosse assim

Por isso eu prefiro sorrisos

E os presentes que a vida trouxe

Pra perto de mim

Trem – Bala / Ana Vilela

RESUMO

RÉ, Tatiane Monteiro. **A pequena cidade e a praça**: memória e funcionalidade do espaço público. 128f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus Campo Mourão, 2017.

As praças enquanto espaços públicos constituíram-se ao longo da história como importantes referenciais urbanos de convivência humana. Esses espaços desempenham várias funções, entre elas: a estética, a ambiental, a simbólica e a social. Esta pesquisa tem por objetivo analisar as praças da pequena cidade de Mamborê (PR), destacando o uso e as funções desempenhados por esses espaços públicos. A pesquisa desenvolve-se a partir de eixos interligados: a pequena cidade, a praça e a memória, problematizadas a partir das seguintes questões: a) Qual é o significado da praça pública na pequena cidade de Mamborê? b) Como compreender a história das praças de Mamborê a partir da formação do município? c) As praças de Mamborê estão conservadas? Como tem agido o poder público? O que pensa a população a respeito dessas praças? d) Como o poder público municipal tem contribuído para a melhoria das praças da cidade de Mamborê? A metodologia utilizada tem por base as categorias de análises como: estrutura, processo, forma e função propostas por Milton Santos (1985) e foi desenvolvida a partir das seguintes etapas: observação *in loco* das estruturas existentes nas praças; realização de entrevistas com moradores da cidade; e análise de fotografias das praças em diferentes momentos históricos. Os resultados indicam que o estudo sobre pequenas cidades vem aumentando, porém, necessita de uma definição do conceito e de critérios e/ou metodologias específicas para estudar este tipo de cidade. O uso da história oral como ferramenta de pesquisa permitiu preencher as lacunas não alcançadas pelos documentos históricos e fotografias. Nas praças estudadas encontramos a integração de usuários de diferentes níveis socioculturais e socioeconômico, apenas na Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, devido a baixa circulação, não foi possível identificar o perfil dos usuários. O Poder Público Municipal está investindo na melhoria das praças, a Praça João Szesz tem projeto de revitalização, o projeto de revitalização da Praça das Flores já está em execução, e, apenas a Marechal Candido Mariano da Silva Rondon ainda não tem nada programado. Espera-se que esses elementos aumentem a acessibilidade e sociabilidade entre os municípios.

Palavras chave: Pequena cidade. Praça. Espaço Público. Memória.

ABSTRACT

Squares, in the sense of public spaces, has been constituted throughout history as important urban references of human living together. These spaces perform several different functions, like: esthetics, environmental, symbolic and social. This research objectives to analyze some squares belonging the small city of Mamborê (PR), highlighting the uses and functions performed by these public spaces. Our research were developed starting from interconnected axes: the small city, the square, and the memory, problematized on the following questions: a) What is the meaning of the public square in the small town of Mamborê? b) How to understand the squares history of Mamborê since county creation? c) Are the squares of Mamborê preserved? How has municipal government has acted? What do people think about these squares? d) How has the municipal government has contributed to improve of the squares of the city of Mamborê? Our methodology is based on the categories of analysis such as: structure, process, form and function proposed by Milton Santos (1985). The methodology was developed from the following steps: observation *in loco* of the existing structures in the squares; conducting interviews with residents of the city; and, analysis of photographs of the squares at different historical moments. The results indicate the increase of studies of small cities. However, it is necessary to improve both the concept definition, and the specific criteria and methods to the study of this kind of city. The use of oral history as a research tool has filled the gaps not met by historical documents and photographs. We found in the studied squares the integration of users of different socio-cultural and socioeconomic levels. Notwithstanding, it was not possible to identify the profile of the users of Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon due to low people circulation. The municipal government is investing in the improvement of the squares: Praça João Szesz have a revitalization project; revitalization project of Praça das Flores is already running; and, only Marechal Candido Mariano da Silva Rondon still has nothing programmed. We hope that these elements increase accessibility and sociability of city residents.

Keywords: Small city. Square. Public space. Memory.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO

16

1 A PRAÇA COMO OBJETO DE ESTUDO DE UMA PEQUENA CIDADE: O PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA	22
1.1 Pressupostos teóricos	22
1.1.1 Pequenas cidades	23
1.1.2 Praças e categorias de análises	23
1.1.3 Memória	26
1.2 Pressupostos metodológicos	27
2 A PEQUENA CIDADE, A PRAÇA E A MEMÓRIA: REFLEXÕES TEÓRICAS	35
2.1 A pequena cidade	35
2.1.1 As definições e as formas de caracterização de pequenas cidades	36
2.2 A praça	52
2.2.1 A praça – origem e aspectos históricos	52
2.2.2 A praça como espaço público	55
2.3 A memória	58
2.3.1 Espaço e memória	58
3 A PEQUENA CIDADE DE MAMBORÊ: A MEMÓRIA DE SUAS PRAÇAS	61
3.1 História e memória: um diálogo necessário	62
3.2 Haamam-Amburê, Mamburê ou Mamborê	64
3.3 Memórias das praças de Mamborê	65
4 AS PRAÇAS NO CONTEXTO DA PEQUENA CIDADE DE MAMBORÊ: USOS E FUNÇÕES	83
4.1 As estruturas, os equipamentos e os mobiliários das praças: uma análise quali-quantitativa	84
4.2 Análise das funcionalidades das praças estudadas	96
4.3 Uma análise do perfil socioeconômico e cultural das pessoas que partici- param da enquete de opinião	101
4.4 Uma análise dos novos projetos de revitalização de algumas das praças estudadas	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE I - ENQUETE DE OPINIÃO DOS USUÁRIOS	126

APÊNDICE II - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PRIMEIROS MORADORES 127

ANEXO I - FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO QUALI-QUANTITATIVO 128

LISTA DE FIGURAS

1	Localização das praças pesquisadas na área urbana de Mamborê.	18
2	Vista parcial das festividades de criação do município de Mamborê. . .	65
3	Vista parcial da Avenida Augusto Mendes dos Santos na década de 1940.	67
4	Vista parcial da Avenida Manuel Francisco da Silva.	67
5	Vista parcial da primeira igreja de Mamborê.	69
6	Construção e instalação de equipamentos na Praça das Flores na década 1970.	69
7	Praça das Flores em construção.	70
8	Antiga Mamborilândia na Praça das Flores.	71
9	Vista parcial da primeira prefeitura de Mamborê em 1976.	71
10	Rodoviária antiga na Praça das Flores.	72
11	Ponto de ônibus na Praça das Flores.	72
12	Festa do aniversário de Mamborê na década de 1980.	73
13	Solenidade na Praça das Flores.	74
14	Vista parcial da Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon. . .	75
15	Vista aérea da Praça João Szesz.	76
16	Vista parcial da capela construída na década de 1950.	77
17	Vista parcial da igreja matriz da paróquia Imaculada Conceição de Mamborê por volta de 1960.	78
18	Vista parcial do educandário de Mamborê.	78
19	Vista parcial da Igreja Matriz de Mamborê.	79
20	Vista parcial da construção da Prefeitura Municipal de Mamborê.	80
21	Capa do convite e o próprio convite da inauguração da Prefeitura de Mamborê.	80
22	Vista parcial da Prefeitura Municipal de Mamborê em fevereiro de 1981.	81
23	Entrega das CDIs na Praça João Szesz em 1986.	81
24	Distribuição das Praças na Cidade de Mamborê.	85
25	Bancos das praças pesquisadas.	86
26	Prédio Institucional – Conselho Tutelar de Mamborê.	87
27	Ponto de água das praças das Flores e João Szesz.	87
28	Amostra de algumas lixeiras das praças estudadas.	88
29	Alguns postes de iluminação existentes nas praças pesquisadas.	89
30	Academia da terceira idade ou Academia ao ar livre.	90
31	Quiosques de alimentação.	91
32	Pavimentação das três praças estudadas.	91
33	Parque infantil na Praça das Flores.	92
34	Igreja matriz.	92
35	Sanitário público.	93
36	Palco para apresentações na Praça das Flores.	93
37	Quadra esportiva e campo de futebol da Praça das Flores.	94
38	Feira do produtor.	97
39	Concurso Garota da Feira 2016.	98
40	Vista parcial dos aspectos ambientais da Praça da Flores.	98

41	Evento após novena de Natal.	99
42	Aula de música na Praça João Szesz.	99
43	Vista parcial dos aspectos ambientais da Praça João Szesz.	99
44	Vista parcial dos aspectos ambientais da Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon.	100
45	Praça das Flores na década de 1940.	103
46	Praça das Flores na década de 1980.	105
47	Projeto da reforma da Praça das Flores.	106
48	Praça João Szesz antigamente.	108
49	Praça João Szesz, projeto de reforma.	109
50	Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon antigamente	110
51	Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon atualmente	111
52	Obras de reforma na Praça das Flores	111

LISTA DE TABELAS

1	Classificação das teses e dissertações de acordo com as classes temáticas	49
2	Classificação das teses e dissertações de acordo com os parâmetros qualitativos apontados por Soares e Melo (2010)	50
3	Principais funções das praças brasileiras.	54

LISTA DE QUADROS

1	Símbolos dos equipamentos ou estruturas das praças.	30
2	Análise das dissertações sobre cidades pequenas defendidas nas universidades brasileiras entre 2000 e 2010.	41
3	Análise das teses sobre cidades pequenas defendidas nas universidades brasileiras entre 2000 e 2010.	44
4	Síntese qualitativa dos equipamentos e mobiliários da Praça João Szesz.	95
5	Síntese qualitativa dos equipamentos e mobiliários da Praça das Flores.	96
6	Síntese qualitativa dos equipamentos e mobiliários da Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon.	96

LISTA DE GRÁFICOS

1	Gráfico sobre as formas de uso da Praça das Flores.	102
2	Formas de uso da Praça João Szesz	103

INTRODUÇÃO

A cidade é uma construção social com diferentes formas espaciais, dentre elas, a praça, local de integração humana, social e cultural no espaço público. A história das praças, muitas vezes, se confunde com a da própria cidade porque é um lugar que representa a vida cotidiana da população. As praças são pontos de encontro de manifestações culturais, artísticas ou simplesmente locais de lazer. A praça, em especial nas pequenas cidades, é uma das principais referências de centralidade urbana, congregando, em seus arredores, o comércio e os serviços mais importantes da vida comunitária.

Ao longo da história, as praças modificam sua função (estética, simbólica, ecológica e social), seu uso (encontro, espetáculo, comércio, manifestações culturais) e, às vezes, em sua forma, mas, desde a sua origem, se mantém como lugar social de encontro, de circulação de pessoas e de convivência cultural.

Nesse caminho, a importância da praça pública, especialmente nas pequenas cidades que, em geral, não têm muitos atrativos culturais ou de lazer é objeto de estudo desta pesquisa. Optamos, assim, por realizar uma investigação nas praças públicas da cidade de Mamborê-PR para entender seus usos e para estudar sua importância para a população da cidade. As praças públicas têm papel marcante para as pessoas, que consciente ou inconscientemente, ocupam esses espaços públicos para lazer e recreação; descansar e passar o tempo; apreciar a paisagem; como local de embelezamento da cidade; como ponto de referência; ou, apenas como passagem. Nesse contexto de investigação levantamos os seguintes questionamentos que contribuíram com a reflexão teórica e metodológica. São eles:

- a) qual é o significado da praça pública na pequena cidade de Mamborê?
- b) como compreender a história das praças de Mamborê a partir da formação do município?
- c) As praças da cidade de Mamborê estão conservadas? Como tem agido o poder público? O que pensa a população a respeito dessas praças?
- d) Como o poder público municipal tem contribuído para a melhoria das praças da cidade de Mamborê?

Para responder a essas questões no estudo das pequenas cidades, deparamo-nos com alguns desafios metodológicos e conceituais. Como não há, até o momento, um consenso na definição do conceito de pequena cidade, optamos por utilizar os critérios adotados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que define que uma pequena cidade é aquela com população inferior a 100 mil habitantes, porém,

complementamos a análise com os critérios qualitativos por entender que somente os aspectos quantitativos não são suficientes para a análises dos dados levantados nesta pesquisa.

Nesse contexto, delimitamos como objeto de estudo, as praças do município de Mamborê, localizado na mesorregião centro-ocidental paranaense, com população total de 13.961 habitantes, destes 8.984 (64,35%) habitantes residem na área urbana e 4.977 (35,65%) habitantes na área rural (IBGE, 2010). Conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2015), o município possui uma área de 782,904 km², localiza-se a 481,30 km de Curitiba, a capital do estado e, em 2010, apresentava Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,719, abaixo do índice do estado de 0,749. A pesquisa compreenderá as principais praças da cidade de Mamborê: Praça das Flores, Praça Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e Praça João Szesz localizadas na área central da cidade (figura 1).

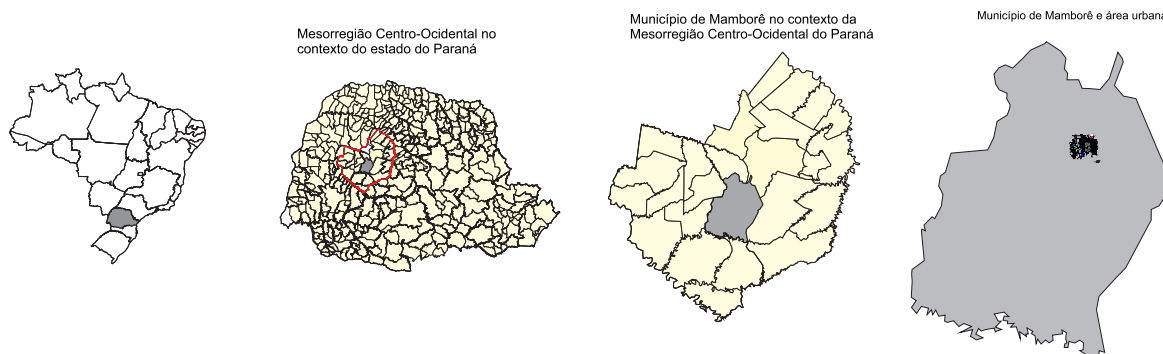
Para o estudo das praças de Mamborê, esta pesquisa teve como base a elaboração teórica desenvolvida por Santos (1985), que propõe quatro categorias de análise para a questão espacial: forma, função, processo e estrutura. Essas categorias possibilitam avaliar as praças e suas modificações em relação a sua função (simbólica, estética, ecológica), ao seu uso (encontro, espetáculo, comércio, manifestações culturais) e, forma.

No processo de constituição de uma cidade o homem é o principal elemento transformador desse espaço. Dessa forma, a pesquisa da história das praças por meio da memória da população (entrevistas, análise de fotografias atuais e antigas e de documentos oficiais) possibilitam entender este processo. Assim, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos:

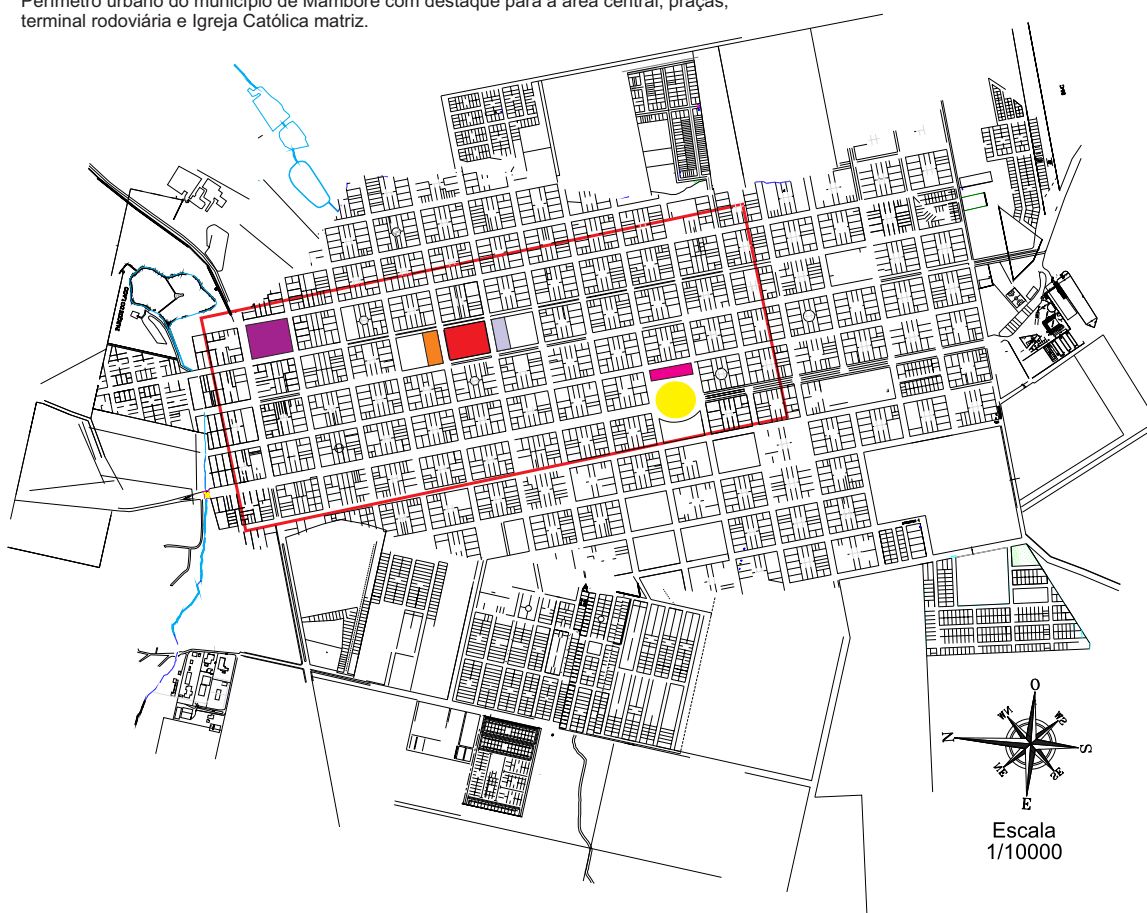
- a) pesquisa bibliográfica sobre os estudos acerca de pequenas cidades, praça pública, áreas verdes urbanas, espaço público e memória para apoio teórico ao desenvolvimento da pesquisa;
- b) trabalho de campo que compreendeu um levantamento quali-quantitativo das estruturas e mobiliários presentes em cada praça;
- c) registro fotográfico dos elementos das praças;
- d) enquete de opinião aos usuários e;
- e) entrevistas com fundadores e primeiros moradores do município de Mamborê.
- f) Levantamento de fotografias antigas do município de Mamborê.

Considerando a) o número reduzido de pesquisas sobre praças de pequenas cidades e, b) os questionamentos sobre a importância da praça para a população das pequenas cidades, temos como objetivo geral analisar o papel de três praças públicas na cidade de Mamborê, destacando o uso e as funções desempenhados por esses espaços públicos. Os objetivos específicos são:

- a) compreender os diferentes usos e funções das praças de Mamborê;



Perímetro urbano do município de Mamboré com destaque para a área central, praças, terminal rodoviária e Igreja Católica matriz.



- Prefeitura municipal de Mamboré
- Igreja católica matriz
- Terminal rodoviário
- Praça das Flores
- Praça João Szesz
- Praça Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon

Fonte: IBGE, IPARDES, Prefeitura municipal de Mamboré
Organizador: PAGLIARINI, S.N.

Figura 1: Localização das praças pesquisadas na área urbana de Mamboré.
Organizador: PAGLIARINI, S. N.(2016).

- b) identificar as principais estruturas existentes nas praças públicas de Mamborê;
- c) identificar o perfil dos usuários das praças investigadas;
- d) analisar a história das praças por meio da memória de seus moradores;
- e) analisar os projetos de revitalização para as praças de Mamborê.

Para responder aos objetivos propostos, organizamos a pesquisa – “*A pequena cidade e a praça: memória e funcionalidade do espaço público*” – em quatro capítulos. No primeiro capítulo intitulado “A praça como objeto de estudo de uma pequena cidade: o percurso teórico e metodológico da pesquisa” apresentamos os principais estudos que sustentam a discussão teórica a respeito das pequenas cidades, praça pública e memória. Neste capítulo, apresentamos as categorias de análise propostas por Santos (1985): forma, função, processo e estrutura que, em conjunto, permitem análise das praças públicas.

No segundo capítulo intitulado “A pequena cidade, a praça e a memória: reflexões teóricas” apresentamos o debate presente na definição e conceituação de pequena cidade, justificando a escolha dos critérios do IBGE, porém complementando com os aspectos qualitativos por considerar os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais essenciais para a compreender a funcionalidade das praças em pequenas cidades. Na sequência, conceituamos praça pública. Ainda neste capítulo abordamos o debate sobre memória histórica com o objetivo de estabelecer um diálogo com a história. Para tanto, retomamos teórica e conceitualmente, o termo memória, destacando as contribuições dos estudos desse campo. As discussões teóricas visam contribuir com as análises das praças que serão apresentadas no terceiro capítulo.

O terceiro capítulo intitulado “A pequena a cidade de Mamborê: a memória de suas praças” buscamos analisar as formas de uso, de organização e de configuração da Praça das Flores, Praça João Szesz e Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon da pequena cidade de Mamborê. Para tanto, fez-se necessário uma investigação tanto do passado como do presente, buscando, além dos significados atribuídos a elas ao longo do tempo, as suas formas de usos, funções e importância para a população de Mamborê, como elas são utilizadas no cotidiano, como esses lugares se relacionam com a dinâmica da cidade.

No último capítulo intitulado “As praças no contexto da pequena cidade de Mamborê: usos e funções” explicitamos as análises das três praças por meio das categorias de análise espacial propostas por Milton Santos (1985) forma, função, processo e estrutura, das enquetes de opinião e dos levantamentos dos aspectos quantitativos e qualitativos dos equipamentos e estruturas existentes nas praças. Esta abordagem permitiu interpretar de forma integrada todos os elementos que compõem as praças. Nesta parte, temos o intuito de contribuir com as futuras implementações ou reformas de cada praça, sempre pensando no conforto dos usuários. Também serão

analisados os novos projetos propostos pela prefeitura de Mamborê para revitalização para a Praça das Flores e para a Praça João Szesz.

Dessa forma, para darmos conta das análises apresentadas nesses capítulos entendemos que não podemos pensar a cidade por apenas um olhar fragmentado, que, por sua vez, pode não trazer a amplitude que a realidade apresenta, pois a cidade é constituída por diversos fatores: sociais, econômicos, políticos, culturais, entre outros, que interferem cotidianamente em sua dinâmica. Portanto, por ser uma realidade complexa, exige no nosso entendimento, ser pensada por diversos olhares construindo uma visão interdisciplinar sobre a cidade.

Vivemos uma fase de transição, como diz Boaventura de Sousa Santos (1997). Estaríamos no fim de um ciclo no qual predominou o paradigma da ciência moderna, com o caráter disciplinar, racional, segregador e com regras metodológicas definidas; em direção a um novo modelo ou novo paradigma científico, apontado por ele como paradigma emergente. Para ele, o paradigma da ciência moderna não é mais suficiente para resolver os problemas complexos que aparecem na atualidade, pois, “os objectos têm fronteiras cada vez menos definidas; são constituídos por anéis que se entrecruzam em teias complexas com os dos restantes objectos, a tal ponto que os objectos em si são menos reais que as relações entre eles” (1997, p.12). Ou seja, a ciência fragmentada e disciplinar não consegue abordar de maneira completa as questões que aparecem na atualidade, sendo necessária uma colaboração entre as disciplinas para dar conta de tais problemas.

Morin (2005), ao falar sobre o conhecimento científico, chama a atenção para o fato de que a ciência traz benefícios para a sociedade, mas ao mesmo tempo, apresenta traços negativos, podendo apresentar perigos biológicos, sociais e políticos. Segundo o filósofo, “o conhecimento científico está em renovação desde o começo deste século” (MORIN, 2005, p. 26). Estaríamos vivendo uma mudança de paradigma pelo qual o conhecimento disciplinar, em que cada um é proprietário do seu saber, já não é suficiente.

Assim sendo, para Morin (2005), precisamos pensar de outra maneira, porque ao nos fecharmos dentro da nossa área, podemos obter conhecimento, porém de forma isolada, e hoje, o que o mundo precisa é de saberes integrados para poder dar conta dos problemas atuais, ou seja, “precisamos de pensar/repensar o saber, não com base numa pequena quantidade de conhecimentos, como nos séculos 17-18, mas no estado atual de proliferação, dispersão, parcelamento dos conhecimentos” (MORIN, 2005, p. 137). Diante disso, este propõe a criação da possibilidade de comunicação entre as ciências, pois somente com a promoção e com o enraizamento dos conhecimentos físico, biológico e sociais faremos um diálogo entre as disciplinas.

A interdisciplinaridade vista por Japiassu (1976) é a união entre especialistas de áreas diferentes para a resolução de um problema comum. Deveríamos, então, trocar

informações e críticas para enriquecimento recíproco.

Neste sentido, nossa investigação pretende construir uma abordagem interdisciplinar para o estudo sobre a cidade e a praça como espaço público. A cidade tem sido objeto de investigação de várias áreas do conhecimento científico como a Geografia, a História, a Filosofia, a Arquitetura, a Sociologia, o Urbanismo, a Engenharia, a Literatura, entre outras. Nesta pesquisa acreditamos que por meio da interdisciplinaridade, ou seja, do diálogo com outras áreas do conhecimento, conseguiremos uma visão mais abrangente das relações que se estabelecem na praça.

Para compreender nosso singular objeto de estudo, a praça, na história, no urbanismo e na geografia, buscaremos aporte nas questões de memória, identificar os possíveis acontecimentos que, aliados às entrevistas (fontes orais) e fotografias, serão elementos importantes da memória individual e coletiva de alguns moradores de Mamborê que vivenciaram a formação do município e o seu desenvolvimento.

Do urbanismo, debateremos a atuação do urbanista no planejamento urbano e na construção de espaços públicos como as praças.

A geografia, base de nossa pesquisa, nos aponta a importância de se pensar o local em relação ao global e, como apresenta Santos (2006, p. 213) “cada lugar é, à sua maneira, o mundo [...]. Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade”.

Essas áreas do conhecimento contribuem para um olhar de forma integrada das praças investigadas na pequena cidade de Mamborê, compreendendo as intervenções e as modificações ocorridas ao longo do tempo.

CAPÍTULO 1

A PRAÇA COMO OBJETO DE ESTUDO DE UMA PEQUENA CIDADE: O PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA

[...] De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder [...]
Ítalo Calvino, **As cidades invisíveis**, 1990, p.44

Para olhar para a praça, que é um elemento urbano, precisamos primeiro olhar para a cidade, para sua organização espacial que é resultado do empenho de várias gerações e, portanto, diferente umas das outras. Sendo assim, a primeira parte deste capítulo tem por objetivo apresentar os autores que dão suporte teórico para a pesquisa, bem como o caminho metodológico a ser percorrido. Os autores buscam contribuir para a reflexão à respeito das pequenas cidades, praça e memória, que, em conjunto, auxiliam na compreensão do objeto de estudo que são as praças públicas de Mamborê. Na segunda parte deste capítulo, apresentamos o caminho metodológico para investigação do nosso objeto, composto de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, e justificamos a escolha das categorias de análise proposta por Santos (1985): forma, função, processo e estrutura, para entender o processo de constituição das praças.

1.1 Pressupostos teóricos

Nesta seção, apresentamos os conceitos centrais da dissertação: *pequena cidade, praça e memória*. Para a compreensão destes, utilizamos como aporte teórico os seguintes autores: Endlich (2006), Maia (2010), Bacelar (2012) e Sposito e Silva (2013), sobre pequenas cidades; a respeito da praça pública, Murilo Marx (1980), Segawa (1996), De Angelis (2000), Robba e Macedo (2002), Sun Alex (2008) e Serpa (2011); e, em relação à memória, Le Goff (2003) e Halbwachs (2003).

1.1.1 Pequenas cidades

A pesquisa em pequenas e médias cidades não é recente no Brasil, porém é comum encontrar menção de que há pouca literatura sobre o tema, pois o olhar dos geógrafos e de pesquisadores desse campo esteve por muito tempo voltado aos grandes centros urbanos (LOPES (2010); SOARES E MELO (2010); DIAS E SANTOS (2012); SPOSITO E SILVA (2013)). Por ser pouco estudada, há, ainda, várias questões a serem discutidas nos estudos sobre as pequenas cidades tais como: os critérios a serem adotados para definição do termo pequena cidade; as interações espaciais com a rede urbana; as relações entre as pequenas cidades e o sistema de informação e comunicação; as relações entre o poder público local e a população; questões referentes às ruralidades; questões sobre o envelhecimento, a migração e a involução populacional; questões de sociabilidade; questões ambientais entre outras. Quanto à definição de cidade pequena, há discordância sobre os critérios utilizados para conceituar uma cidade como pequena. Endlich (2006, p. 85 - 86) diz que “o conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração” porque “o estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não podem prescindir do entorno espacial, fundamental para compreender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que realimentam os mesmos”.

Outros pesquisadores argumentam que existem aspectos mais complexos para a caracterização de pequenas cidades: Bacelar (2012) diz que o tema deve ser analisado do ponto de vista político-administrativo; Maia (2010), citando Côrrea (2011), destaca que deveriam ser levados em consideração a origem, o tamanho e a função da cidade; Henrique (2012) aponta a ligação do que acontece nas pequenas cidades e sua articulação com as demais cidades para o estudo do assunto; Lopes e Henrique (2010) citam que as dinâmicas regionais, culturais, econômicas, além dos critérios demográficos, devem ser foco de análise; Sposito e Silva (2013) chamam atenção para que as cidades não sejam estudadas isoladamente, pois fazem parte de um processo de urbanização. Diante do exposto, por ser um conceito ainda em construção, tomamos a decisão em classificar a cidade de Mamborê como pequena de acordo com os critérios estabelecidos pelo IBGE (2011). Essa decisão foi tomada a partir da discussão realizada na Seção 2.1, na página 35, porém, serão levados em consideração outros elementos como os aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais que farão parte da análise.

1.1.2 Praças e categorias de análises

Em todas as cidades, independentemente de serem pequenas, médias ou grandes, encontramos uma das unidades urbanísticas essenciais para vida da população urbana, a praça pública. Para Bovo (2009, p. 109), “nas cidades ocidentais elas são

mesmo imprescindíveis, em face ao papel que desempenham na vida social das diversas sociedades nas quais se inserem [...] indicam claramente o nível de criatividade [...] o exercício de direitos e deveres de cidadania”.

No contexto brasileiro, esse debate começa a ser realizado, especialmente com o aumento da concentração populacional nas cidades e, em muitos casos, pelo crescimento desordenado, o que valorizou os espaços livres, como praças e parques, tanto pela estética, por serem espaços verdes que embelezam a paisagem urbana, quanto para o lazer, por serem espaços livres para recreação. A praça tornou-se um “território de fuga”, um ambiente diferente no cenário urbano que vem se remodelando em um espaço de fato democrático. Nas pequenas cidades que, em geral, apresentam poucos atrativos culturais e de lazer, a praça era e ainda é, um dos poucos espaços públicos para a recreação e o lazer da população. A prefeitura como mantenedora da praça assumiu um papel essencial na execução de políticas públicas que garantam o acesso, a permanência e o uso desse espaço, bem como a manutenção dos mobiliários, das estruturas e da segurança dos usuários da praça. O arquiteto Murillo Marx (1980) entende a cidade como obra de todos e, portanto, como fruto do empenho de várias pessoas e de várias gerações. Em sua análise histórica da cidade no Brasil, a praça aparece como um dos elementos que a compõe, como um dos vazios formadores da cidade bem como as ruas e os jardins. A praça é vista como espaço de convivência e lazer pelos arquitetos e urbanistas Robba e Macedo (2002) e, como elemento urbano, não é possível falar de praças sem analisar seu contexto urbano.

Sun Alex (2008), arquiteto e urbanista, ao analisar seis praças da cidade de São Paulo, propôs alternativas para ampliar o uso, o acesso, a integração da praça com o seu entorno e sua manutenção para garantir o convívio social nesses espaços. O geógrafo Angelo Serpa (2011) estudou o espaço público na cidade contemporânea. Para ele, o espaço público é o espaço da ação política; sua análise mostra a incorporação dos espaços públicos para benefício de poucos. Para entender isso melhor, Serpa analisa a acessibilidade física e simbólica, a cultura, a valorização imobiliária, o turismo e a natureza como constituintes desse espaço. Para o pesquisador, a praça:

É a esfera pública que nos reúne na companhia uns dos outros, mas é ela também que evita que colidamos uns com os outros. O difícil em ter de suportar a sociedade de massa não é tanto a quantidade de gente que ela abarca, mas o fato de que o mundo perdeu literalmente a força de juntar essa imensa quantidade de indivíduos, dialeticamente relacionando-os e separando-os, como o fazia em passado recente (SERPA, 2011, p.36).

Nessa perspectiva, pretendemos compreender as praças tendo o homem como referência, considerando o uso do espaço conforme suas necessidades e aspirações. Não queremos nos afastar do estudo das estruturas que compõem a praça, pois essas proporcionam o desenvolver de atividades humanas: atividades culturais, manifestações, encontros, atividades recreativas, descanso entre outros. São nesses propósitos

que apoiamos a escolha das categorias de análise propostas por Milton Santos (1985) para analisar as praças públicas: forma, função, processo e estrutura. Isso porque acreditamos que “como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo. Por isso, estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, em cada momento, frações diferentes do todo social” (SANTOS, 1985, p. 2).

Em relação às definições, para Santos (1985), “Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo” (SANTOS, 1985, p. 50).

Quando olhamos para uma organização espacial vemos a forma, como por exemplo, as fábricas, as escolas, as favelas, os prédios públicos e outros elementos que são frutos de uma organização social. Em nosso caso, a praça é a forma a ser estudada. A forma que vemos em cada praça é resultado do tempo. Em alguns casos, essa forma permanece sem muitas modificações à mesma finalidade para qual foi projetada. Porém, como a sociedade é dinâmica, as praças de acordo com os interesses sociais, podem assumir outros papéis tendo, assim, alterada a sua forma.

A função “sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa” (SANTOS, 1985, p. 50). Ou seja, é o que se espera de uma forma. Em nosso caso, a forma praça pode assumir a função ecológica, a estética, a de lazer, a de embelezamento, dentre outras. As formas são criadas para atender uma ou mais funções, então, a forma da praça é fruto das funções assumidas desde a sua constituição. A estrutura “implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção” (SANTOS, 1985, p. 50). Portanto, em uma praça, as estruturas são os elementos incorporados ao longo dos anos e dão forma à praça, são os mobiliários, os equipamentos, as vegetações e outros elementos que, em conjunto, servem a determinada função ou funções.

O processo “pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (SANTOS, 1985, p. 50). Por ser uma ação contínua sofre várias alterações tanto no espaço como no tempo de acordo com os interesses econômicos, sociais, culturais, políticos, ambientais entre outros, ou seja, no desenrolar da história. Portanto, para entender a totalidade do espaço é preciso analisar os quatro elementos em conjunto, pois:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1985, p. 52).

Assim, para estudar um espaço, devemos considerar os quatro elementos concomitantemente; se considerarmos apenas um ou dois elementos, a realidade apresentada também será parcial, já em conjunto, eles permitem uma visão mais ampla da área estudada. Para Santos (1985), só é possível compreender cada um dos elementos se buscarmos entendê-los dentro de uma “estrutura total”, ou seja, é preciso estudá-los cientes que estes se relacionam, interagem e se modificam porque esses elementos não são estáticos, mudam conforme o movimento da sociedade. Nesse sentido:

Quando se estuda a organização espacial, estes conceitos são necessários para explicar como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças. A acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial (SANTOS, 1984, p. 53).

A história do homem é dinâmica e para entendê-la exige-se uma teoria dinâmica e, nessa concepção, entendemos que as categorias de análise forma, função, processo e estrutura constituem o modelo adequado para entendermos as praças de Mamborê.

1.1.3 *Memória*

A memória urbana que buscamos realizar nessa dissertação perpassa a leitura de três praças localizadas no município de Mamborê: a Praça das Flores, a Praça João Szesz e a Praça Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. A história relata-nos os acontecimentos sobre a evolução da cidade de Mamborê e suas transformações urbanas. Já a memória de cada praça possibilita-nos identificar as peculiaridades, os elementos e as características que permanecem no espaço em estudo levando-se em consideração as categorias, estrutura, processo, forma e função propostos por Santos (1985), tanto do passado quanto do presente.

É neste contexto que buscamos diferenciar memória de história. Qual é a relação entre memória e história?

Para Le Goff a relação existente consiste em:

[...] o que separa radicalmente a memória da história é, justamente, a colocação da memória fora do tempo. O esforço de memorização, predicado e exaltado no mito, não manifesta o vestígio de um interesse pelo passado, nem uma tentativa de exploração do tempo humano. Nesse sentido, a memória pode conduzir à história ou distanciar-se dela. (LE GOFF, 1996, p.439).

Já Halbwachs (2004) destaca que a memória coletiva não se confunde com a história, pois esta é: a) a compilação dos fatos ocorridos no passado que ocuparam o maior espaço na memória dos homens; b) começa a partir do ponto em que acaba a tradição; c) é o momento em que a memória social se apaga e se decompõe. Já a memória é: a) quando uma sequência de acontecimentos não tem mais suporte num grupo social; b) a única forma de salvar tais lembranças é fixá-la por meio da história,

por escrito, já que as palavras e os pensamentos se esvaem, ao passo que os escritos permanecem. Dessa forma, entendemos que a necessidade de escrever a história de algo desperta somente quando esses acontecimentos já estão distantes do passado. Diante disso, podemos definir pontualmente memória como sendo a capacidade do ambiente construído, ou seja, das praças de Mamborê em despertar no imaginário de uma coletividade suas lembranças, imagens e experiências vivenciadas em um passado. De acordo com essa definição, a memória se constituiria de vestígios da história de determinados acontecimentos passados na cidade que estão presentes no imaginário das pessoas até a atualidade. Esse passado é preservado, não esquecido, mantido como lembranças, tendo em vista que, de alguma forma, tem um significado por parte de algumas pessoas. Milton Santos¹ enfatiza que, pela memória, aprendemos o mundo dos nossos antepassados.

[...] eles nos ensinam o mundo, eles nos ensinam a valorizar o que existe, a dar um valor ao que existe. Esse valor, não é só o valor que a coisa tem em si, é o valor que lhe é atribuído e que nós aceitamos como valor. Isso é uma herança que nós temos e com isso nós nos situamos no mundo, que é o papel da cultura, exatamente. E nós temos tendência, daí por diante, a ver o mundo, ou um pedaço do mundo, como a paisagem é, através desse aparelho, que é um filtro. Então, a memória tem esse papel muito grande, não só o de nos trazer para o presente o que foi vivido, no passado, por nós e o que foi vivido pelos outros através da literatura e da escola. A escola e a literatura nos trazem a vivência dos outros, que são memórias, porque nós vivemos com as nossas memórias e com as memórias dos outros, também. Nós trabalhamos com esse conjunto de memórias coletivas e memórias individuais de cada um de nós [...]. (SANTOS, 1999, p.147-148).

Visando à compreensão da discussão da memória das praças pesquisadas em Mamborê, utilizamos como metodologia a história oral para resgatar dos moradores as suas vivências e experiências que estão presentes em suas memórias, tendo em vista que não há registros escritos sobre as transformações ocorridas nas praças ao longo do tempo. Também serão utilizadas fotografias para uma melhor interpretação da estrutura, forma, função e processo levando-se em consideração as categorias de análise dessa pesquisa. No capítulo 3 intitulado “A pequena cidade de Mamborê: memórias de suas praças” serão retomadas essa discussão.

1.2 Pressupostos metodológicos

A abordagem metodológica é de pesquisa qualitativa com procedimentos de pesquisa de campo, entrevistas e análises de imagens fotográficas. Esse conjunto metodológico inclui a análise a partir das categorias proposta por Santos (1985): forma, função, processo e estrutura. Isso porque entendemos o espaço como produto social da integração de estruturas físicas e humanas em permanente transformação. Nessa

¹ Trecho de entrevista cedida por Milton Santos à tese do professor Luís Antônio Jorge (1999, p.147-148)

perspectiva, o entendimento de espaço é de movimento e transformação.

A praça, como recorte espacial, não é isolada no tempo e no espaço; faz parte de um conjunto de interações sociais. “O mais pequeno lugar, na mais distante fração do território, tem, hoje, relações diretas ou indiretas com outros lugares onde lhe vêm matéria-prima, capital, mão-de-obra, recursos diversos e ordens” (SANTOS, 1985, p. 13). Ao propor essas categorias, Santos (1985) definiu que, para ele, o aspecto visível de uma coisa é a forma; a função é a atividade elementar de que a forma se reveste; a estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo, o modo de organização ou construção; e, o processo, pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

Para a realização desta pesquisa adotamos os procedimentos metodológicos:

a) Pesquisa bibliográfica

O levantamento bibliográfico em teses, dissertações, livros e periódicos científicos relacionados às temáticas: pequenas cidades, praça e memória contribuíram para a reflexão teórica da pesquisa.

Quanto à discussão conceitual de pequenas cidades, buscamos ampliar os dois trabalhos feitos por Moreira Jr (2013, 2014), classificando as teses e dissertações sobre as pequenas cidades defendidas nas universidades brasileiras entre os anos de 2000 e 2010 de acordo com as seguintes classes temáticas: (a) a inserção no mundo da globalização; b) a relação entre o poder público local e a população; c) a relação com a natureza; d) o entorno rural e as ruralidades; e) a dependência do sistema urbano-regional; f) o envelhecimento e a involução populacional; e, g) os aspectos de sociabilidade na pequena cidade.

Na sequência utilizamos os parâmetros qualitativos de Soares e Melo (2010), que são: a) estrutura territorial, redes e escalas; b) desenvolvimento regional e pactos territoriais; c) políticas públicas, gestão do território e planejamento urbano e regional; d) processos e transformações na configuração dos espaços urbanos; e) ambiente e sociedade; e, f) discussão conceitual e questões teórico-metodológicas.

Para a realização da pesquisa, partimos dos quadros propostos por Moreira Jr (2014) que teve como metodologia a consulta ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES. No trabalho, como critério de seleção, o autor utilizou as seguintes expressões: “cidade pequena”, “pequena cidade”, “cidade de pequeno porte” ou “cidade local” no título, palavras-chave ou sob ênfase nos resumos (MOREIRA JR, 2014, p.146). Como resultado, ele apresenta 23 (vinte e três) dissertações e 10 (dez) teses. Assim, realizamos uma busca aos trabalhos completos e encontramos 14 (catorze) dissertações das 23 (vinte e três) e todas as teses, ou seja, as 10 (dez) teses.

b) Pesquisa de campo

A pesquisa de campo compreende quatro etapas, sendo: 1) análise quali-

quantitativa das estruturas e equipamentos das praças; 2) enquete de opinião dos usuários; 3) entrevista (história oral) e, 4) análise de fotografias.

Quanto à análise quali-quantitativa das estruturas e equipamentos utilizamos o formulário de observação proposto por Bovo (2009) (Anexo I) para avaliar quali-quantitativamente os equipamentos e mobiliários presentes nas praças pesquisadas. Para manter o padrão nas análises utilizamos a metodologia desenvolvida por De Angelis (2000) e adaptado por Bovo (2009) que estabelece parâmetros fixos de avaliação para as estruturas existentes na praça:

Banca de revista: localização – periférica ou central, em evidência ou não, material empregado em sua construção, design (estética – se compatível com a praça ou parque).

Bancos: estado de conservação, material empregado em sua confecção, conforto, localização ao longo dos caminhos - se recuados ou não, distribuição espacial - se em áreas sombreadas ou não, design e quantidade.

Bebedouros: tipo, quantidade, condições de uso, conservação.

Conservação: estado geral da praça ou parque - equipamentos, estruturas, varrição, limpeza.

Equipamentos para prática de exercícios físicos: tipo e quantidade, material empregado, conservação.

Espelho d'água/chafariz/lagoa/lago: em funcionamento, se inserido ou não no contexto da praça ou parque e conservação.

Estacionamento: conservação, sombreamento e segurança.

Estrutura para a terceira idade: estruturas existentes e conservação.

Iluminação: alta ou baixa (em função da copa das árvores); tipo - poste, superposte, baliza, holofote, localização, conservação, atendimento ao objetivo precípua.

Lixeiras: tipo, quantidade, localização, funcionalidade, material empregado e conservação.

Localização: se próximo ou distante de centros habitados, facilidade de acesso.

Monumento/estátua/busto: significância da obra de arte; conservação; inserção no conjunto da praça ou parque.

Palco/coreto/concha acústica: funcionalidade, conservação, design, uso (frequente, esporádico, sem uso), se compatível com o desenho da praça ou parque.

Parque infantil: brinquedos que o compõem, material empregado e cor, se em área reservada e protegida e conservação.

Piso: material empregado, funcionalidade, segurança e conservação.

Ponto de ônibus e de táxi: se na praça ou parque, próximo ou distante de; presença ou não de abrigo e conservação.

Quadra esportiva: quantidade, conservação, material empregado, iluminação e cercada.

Quiosque para alimentação e/ou similar: tipo - trailer, carrinho, construção em alvenaria (...), higiene, estética, localização.

Sanitários: condições de uso, conservação e quantidade.

Segurança: em função da localização, frequência de pessoas, policiamento e conservação.

Telefone público: localização na praça ou parque, próximo ou distante de conservação.

Traçado dos caminhos: funcionalidade, largura, manutenção e desenho.

Vegetação: estado geral e manutenção.

Em relação à iluminação, utilizamos os parâmetros adotados por Carvalho, 2001:

Bom: se em bom estado de manutenção, sem luminárias quebradas ou queimadas, se o número de postes é suficiente para proporcionar uma boa luminosidade e os postes não estão localizados próximo às copas das árvores, prejudicando a iluminação.

Regular: se, apesar de os postes de luzes estarem em bom número e bem localizados, existem luminárias queimadas ou quebradas, influenciando a iluminação da praça e prejudicando a segurança e o bem-estar da vizinhança.





Ruim: se além de luminárias quebradas, o número de postes é insuficiente, fazendo com que a iluminação esteja aquém do necessário.















































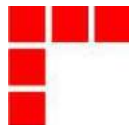
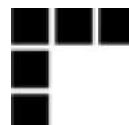
Sem iluminação: se a área é desprovida de postes de luz ou, quando existentes, encontram-se quebrados e inativos.

O levantamento fotográfico, das estruturas e dos equipamentos, permitiram comparar os diversos usos e funções dessas praças. As informações do formulário de observação (Anexo 1) permitiram fazer uma análise quali-quantitativa dos equipamentos e estruturas presentes nas praças.

Os aspectos qualitativos das estruturas e dos equipamentos serão representados por meio de símbolos, de acordo com a metodologia proposta por Bovo (2009), sendo estes constituídos de três cores: a verde, representando as estruturas e equipamentos em bom estado; a cor laranja, simbolizando os regulares; e a cor vermelha, para indicar os equipamentos e estruturas caracterizados como ruins. Os símbolos de cor preta indicam as propostas de equipamentos e estruturas a serem implantadas nas áreas estudadas (Quadro 1).

Quadro 1: Símbolos dos equipamentos ou estruturas das praças.

Equipamentos	Bom	Regular	Ruim	Proposta
Banca de Revista				

Bancos				
Bebedouro				
Chafariz				
Edificação Institucional				
Equipamento 3a. Idade				
Estacionamento				
Iluminação				
Lixeira				
Obra de Arte				
Palco				
Parque Infantil				
Pavimentação				

Placa de Identificação				
Ponto d'água				
Ponto de ônibus				
Ponto de táxi				
Quadra esportiva				
Quiosque de alimentação				
Sanitário				
Segurança				
Telefone				
Templo Religioso				

Fonte: Organizado por Bovo (2009), adaptado por Tatiane M. Ré, 2016.

A enquete de opinião dos usuários teve por objetivo compreender a importância das praças pesquisadas para a população de Mamborê. Dessa forma foram aplicados questionários com perguntas semi-estruturadas (Apêndice 1). Para cada uma das três praças investigadas, a intenção era aplicar 20 (vinte) questionários, totalizando 60 (sessenta), porém, na Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, não foi possível a realização devido ao baixo público que frequenta a praça. Esses questionários compreenderam três etapas: a) identificação da pesquisa; b) descrição socioeconômica

dos dados do pesquisado; c) uso do espaço público (praça). A opção por 20 (vinte) questionários justifica-se tendo em vista que as respostas dos usuários entrevistados se repetiam com certa frequência ao longo das entrevistas realizadas.

A terceira etapa da pesquisa de campo teve por base o uso da história oral na qual utilizamos um roteiro de questões (Anexo 2), que teve por objetivo orientar as cinco entrevistas realizadas que foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas. Salientamos que os depoimentos dos antigos moradores locais possibilitam entender e compreender a construção da histórica local que, juntamente com outras fontes, como a fonte escrita e a fotográfica, contribuem para a análise das alterações ocorridas ao longo do tempo ou, ainda, as permanências de alguns elementos nas praças pesquisadas.

Sendo assim, justificamos a opção pelo uso da história oral em Alberti (2004), que destaca que é impossível reproduzir um acontecimento detalhando como realmente aconteceu e, por isso, a história trabalha com seleção de acontecimentos para conhecer e explicar o que passou. Em uma entrevista de história oral não é diferente, porém, como o sujeito dá vida a seu depoimento “e ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as discontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos” (ALBERTI, 2004, p. 14) e, por isso, temos que ter claro que são fragmentos do passado.

Para Meihy (1996, p. 13), a “história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento de estudos referentes à vida social das pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e também como história viva”.

Diante do exposto, buscamos por meio da memória dos antigos moradores, das fotografias antigas e atuais e de documentos oficiais escritos compreender a categoria “processo” proposta por Santos (1985) que possibilitam entender os usos, as funções e a importância das praças para a população de Mamborê.

Para complementar as análises das informações das entrevistas concedidas pelos moradores, utilizamos a fotografia como uma das fontes de pesquisa para a análise espacial. Por intermédio dela, verificamos as formas, os usos de cada praça em estudo, bem como as transformações ocorridas ao longo do tempo, a partir das práticas desenvolvidas pela população, além das novas formas de ocupação e utilização do espaço urbano.

Por meio do registro fotográfico e do levantamento de fotos antigas das praças fornecidos pelos moradores e dos órgãos públicos municipais, foi possível verificar a evolução da praça na história da cidade. Sobre isso, Mauad (1990, p.3), afirma que “entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver”. Já Possamai (2008), salienta a importância da fotografia para se interpretar o passado:

As imagens visuais são portadoras daqueles elementos que se apro-

ximam mais do sonho, da imaginação e das sensibilidades. Moldadas pelas configurações históricas e sociais de sua produção, suas intenções ultrapassam o desejado no momento de sua elaboração pelas múltiplas possibilidades que são oferecidas pelo ato de olhar. Como representações do real, as imagens visuais constroem hierarquias, visões de mundo, crenças e utopias e, neste sentido, podem constituir-se em fontes preciosas para a compreensão do passado (POSSAMAI, 2008, p. 2).

As análises das fotografias em conjunto com as entrevistas realizadas com os moradores possibilitaram-nos compreender as transformações ocorridas ao longo do tempo e do espaço, levando-se em consideração a estrutura, o processo, a forma e a função de cada praça pesquisada.

No próximo capítulo intitulado “A pequena cidade, a praça e a memória: reflexões teóricas” serão apresentadas as discussões e reflexões teóricas a respeito dos principais conceitos que nortearão a pesquisa: pequena cidade, praça e memória.

CAPÍTULO 2

A PEQUENA CIDADE, A PRAÇA E A MEMÓRIA: REFLEXÕES TEÓRICAS

*Felicidade
É uma cidade pequenina
É uma casinha, é uma colina
Qualquer lugar que ilumina
Quando a gente quer amar*
Pão e Poesia, **Fausto Nilo Costa Júnior**,

Neste capítulo, serão apresentados os estudos realizados a respeito de pequenas cidades, praças e memória. Para tanto, dividimos em três partes: na primeira parte apresentamos reflexões sobre as questões teóricas e metodológicas que envolvem a conceituação de pequenas cidades. Na sequência, abordamos a praça como espaço público com suas principais características históricas, sua evolução e as configurações nos diversos períodos. No último item, apresentamos algumas considerações referentes ao espaço, a memória, a memória individual e a memória coletiva.

2.1 A pequena cidade

A pesquisa acadêmica em pequenas e médias cidades não é recente no Brasil, porém em alguns trabalhos científicos encontra-se a menção de que há pouca literatura sobre o tema, uma vez que o olhar de geógrafos e de pesquisadores de outras áreas esteve por tempo voltado aos grandes centros urbanos (LOPES, 2010; SOARES E MELO, 2010; DIAS E SANTOS, 2012; SPOSITO E SILVA, 2013). Por serem pouco estudadas, existem, ainda, várias questões a serem discutidas nos estudos sobre as pequenas cidades. De fato, existe até mesmo discordância sobre os critérios a serem utilizados para conceituar uma cidade como pequena. Endlich (2006, p. 85 - 86) diz que “o conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração” porque “o estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não podem prescindir do entorno espacial, fundamental para compreender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que realimentam os mesmos”.

Outros pesquisadores argumentam que existem aspectos complexos a serem considerados na caracterização de pequenas cidades: Lopes e Henrique (2010) citam

que as dinâmicas regionais, culturais, econômicas além dos critérios demográficos devem ser foco de análise; Maia (2010) destaca que deveriam ser levados em consideração a origem, o tamanho e a função da cidade; Bacelar (2012) diz que deve ser analisadas do ponto de vista político-administrativo; Henrique (2012) aponta que o que acontece nas pequenas cidades e sua articulação com as demais cidades devem ser considerados; Sposito e Silva (2013) chamam atenção para que as cidades não sejam estudadas isoladamente, pois fazem parte do mesmo processo de urbanização.

Diante do exposto, por ser um conceito ainda em construção, buscamos identificar nas definições dos pesquisadores os parâmetros mais utilizados, sejam eles qualitativos, quantitativos ou associados para definir as pequenas cidades. Neste contexto temos por objetivo contribuir com a discussão metodológica a respeito do conceito de pequena cidade tendo por base o diagnóstico de teses e dissertações apontadas por Moreira Jr (2014): a) de acordo com as classes temáticas por ele propostas em 2013, que apontam as preocupações acadêmicas em relação a pequenas cidades; b) de acordo com os parâmetros qualitativos apresentados por Soares e Melo (2010), que apresentam elementos a serem considerados nos estudos de pequenas cidades; c) apresentar o referencial teórico usado em cada um dos trabalhos para caracterizar as pequenas cidades, ou seja, os critérios e as referências em que os autores se baseiam para defini-las; d) apresentar os parâmetros e critérios efetivamente usados para caracterização e definição de uma pequena cidade.

2.1.1 As definições e as formas de caracterização de pequenas cidades

Ainda que a pesquisa sobre pequenas cidades venha aumentando no contexto nacional, para Melo (2008) há ainda uma grande dificuldade em abordar o assunto por conta da fragilidade teórica e metodológica e da diversidade da realidade socioespacial brasileira. Portanto, para entender como o pensamento geográfico está sendo construindo em relação à definição do conceito pequenas cidades, buscamos nas principais teses e dissertações os referenciais utilizados pelos pesquisadores e quais parâmetros se baseiam para defini-las.

A temática que compreende a pequena cidade não é nova no meio acadêmico, autores como Santos (1979), Côrrea (1999), Fresca (1990), Endlich (2006), Melo (2008), Leão (2011) e Sposito e Silva (2013) contribuem com a temática. Pesquisadores juntaram esforços para criação de uma Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias e Pequenas, denominado Rede CMP (LOPES, 2010; MAIA, 2010; DIAS, 2010 e 2012; HENRIQUE, 2012; BACELAR, 2012). A iniciativa chama a atenção sobre a importância de estudos sobre cidades médias e pequenas e amplia os trabalhos a respeito do tema, contribuindo imensamente com as pesquisas nessa área. O processo de interiorização dos cursos de graduação e pós-graduação do país é um dos fatores apontados como responsável pelo aumento do número de publicações a respeito do tema. Assim, de

acordo com Lopes e Henrique (2010), as dinâmicas regionais, culturais, econômicas e demográficas passam a ser foco das pesquisas e destaque nas publicações, chamando atenção da academia e do governo para a importância da temática, tanto na Bahia como em outros estados do país.

Não há um critério fixo para definir o que seja uma cidade. No Brasil, de acordo com o Decreto-Lei nº 311 de março de 1938, adota-se o critério político-administrativo, no qual todas as sedes de município são consideradas cidades, enquanto em outros países utilizam-se outros critérios como: a) tamanho demográfico; b) tamanho demográfico mais ocupação PEA (população economicamente ativa); c) funcional; d) número de eleitores e equipamentos, ou e) densidade populacional conforme, Melo (2008, p. 441). Para Sposito e Silva (2013, p. 33), o critério administrativo não tem sido muito útil para conceituar cidade por conta da artificialidade das fronteiras entre cidade e campo. Dessa forma, os critérios muitas vezes não espelham a dinâmica territorial do município, por não terem base histórica.

Também não há critérios estabelecidos para definir o tamanho de uma cidade. No Brasil, o IBGE adota o número de habitantes como critério. Desta forma, as pequenas cidades possuem população inferior a 100 mil habitantes, as cidades médias teriam população entre 100 mil e 500 mil habitantes e acima dessa quantidade seriam consideradas cidades grandes.

Como não há consenso na definição do conceito de cidade, tão pouco de pequena cidade, alguns teóricos contribuem com a discussão em busca de tal definição. Endlich (2006, p. 85) afirma ser difícil conceituar pequenas cidades porque ao entrar nesta discussão, o próprio conceito de cidade deve ser pensado. Ao analisar a formação do noroeste do Paraná, a autora, busca compreender por meio do movimento histórico de produção econômica e política deste espaço geográfico, o impacto social e o próprio espaço gerado por este processo, ou seja, o espaço geográfico sendo produzido socialmente é, portanto, a condição para que as relações sociais, econômicas e políticas aconteçam e, ao mesmo tempo, ele é a expressão destas relações. De tal maneira, para estudar as pequenas cidades é importante analisar o contexto regional e a rede urbana que esta cidade está inserida, as relações estabelecidas com outras localidades e a história de (re) ocupação da rede urbana regional.

Maia (2010) aponta que outras instituições de estudos estatísticos, além do IBGE, utilizam o critério de número de habitantes para classificar as cidades como pequena, média ou grande, mas mudam as faixas de valores limite. Dessa forma, pequenas cidades teriam população inferior a 20.000 habitantes, acima deste montante são classificadas como médias e com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes. No entanto, a autora ressalta que no Brasil os dados populacionais são importantes, mas não são suficientes, e que “os estudos sobre rede urbana têm apontado para outros itens fundamentais para a análise da rede e da hierarquia urbana”

(Maia, 2010, p. 19), como origem, tamanho e funções. Sendo assim, é preciso levar em conta onde a cidade está localizada e, para isso, o melhor recurso metodológico é “observar, conhecer e colher as informações dessas realidades [...] cada vez mais se reafirma a necessidade de se investigarem os costumes, os hábitos, a vida cotidiana dos habitantes e ainda o tempo que rege essas localidades” (MAIA, 2010, p.39).

Seguindo a mesma linha, Leão (2010, 2011), reflete sobre o desenvolvimento em pequenas cidades da região de Dracena – SP. Ao analisar o processo de formação regional e as causas que interferem na definição dos papéis das cidades dentro da rede urbana regional, a autora buscou entender o papel dos agentes locais, do poder público municipal e do estadual neste processo, bem como a interferência das transformações tanto das funções destas cidades na dinâmica da rede urbana, como das transformações no desenvolvimento local refletindo no processo de hierarquização da rede urbana. Para a autora, quando pensamos sobre as pequenas cidades, devemos levar em consideração não apenas o fator quantitativo, que seria insuficiente, porque sendo as pequenas cidades tão diferentes, é relevante considerar o contexto regional e o grau de centralidade que esta possui dentro da rede urbana.

Podemos considerar que a presença de uma pequena cidade depende do contexto regional em que ela está inserida e do nível de centralidade que possui; e que uma definição numérica, nesses termos, pode generalizar o fenômeno urbano que é muito mais qualitativo, limitando a sua compreensão e não sendo capaz de exprimir a verdadeira realidade dessas cidades. Neste sentido, só a partir da investigação da “complexidade econômica e social” é que se pode determinar a existência de uma cidade, o que de certo modo não está necessariamente relacionado ao tamanho populacional que esta possa ter (LEÃO, 2011, p. 29).

Bacelar (2012), utilizando a definição do IBGE (quantitativa), analisa a cidade do ponto de vista político-administrativo e, ainda, acrescenta um critério qualitativo. Para ele, a pequena cidade apresenta população inferior a 100 mil habitantes, porém, também tem pouca produção e pouco emprego e os habitantes dependem na maioria das vezes do poder público. A prefeitura seria o maior empregador e que a população municipal considera “cidade” não apenas a área urbana do município, mas também as áreas rurais. Para analisar tais cidades, o autor observa que devemos considerar que elas não estão isoladas das outras partes do mundo e que para entendê-las é necessário refletir sobre o cotidiano, as relações sociais e culturais e salienta, ainda, a importância de se considerar o tempo, “pois o padrão de cidades ao longo do tempo variou muito” (BACELAR, 2012, p. 82).

Por sua vez, Henrique (2012) argumenta sobre o que acontece “com e nas” pequenas cidades, indo além da busca por uma classificação. O autor reconhece que existe um componente estatístico que define e classifica uma pequena cidade, contudo, para ele “o que interessa é o que acontece nessas cidades, seus conteúdos e

os processos que dinamizam seu espaço intraurbano e suas articulações regionais” (HENRIQUE, 2012, p. 64) e, nesse processo analisa o quão rural ou urbana é a cidade.

Sposito e Silva (2013) têm como foco a contribuição geográfica do assunto pequenas cidades, embora afirmem que o tema seja alvo tanto de estudos por parte da Geografia como de outras ciências sociais. Os autores observam que as pequenas cidades são distintas entre si e, portanto, precisam ser estudadas com prudência, evitando assim generalizações e simplificações, ou seja, “como parte de uma totalidade, não devem ser estudadas isoladamente, visto que estão inseridas no processo de urbanização” (SPOSITO e SILVA, 2013, p. 29). Assim, para estudá-las é preciso considerar o contexto geográfico no qual estão inseridas, pois elas não estão isoladas do mundo, mas fazem parte de um contexto regional, nacional e mundial. Diante disso, “é preciso levar em conta as principais demandas da população e não somente o aspecto demográfico” (SPOSITO e SILVA, 2013, p. 32).

Para Sores e Melo (2010, p. 241), uma das dificuldades para se pensar as pequenas cidades está na discussão do que é uma cidade e dos critérios para se classificar como pequena, média ou grande. Segundo as autoras, podem-se adotar critérios quantitativos: populacional, econômico e funcional. No entanto, precisa-se atentar para critérios qualitativos, pois expressam de maneira abrangente características das pequenas cidades que não podem ser medidas quantitativamente. Assim, com o intuito de contribuir com a compreensão da pequena cidade no Brasil, Soares e Melo (2010) pontuam sete parâmetros qualitativos para se pensar a pequena cidade na contemporaneidade: a) a inserção no mundo da globalização; b) a relação entre o poder público local e a população; c) a relação com a natureza; d) o entorno rural e as ruralidades; e) a dependência do sistema urbano-regional; f) o envelhecimento e a involução populacional; e,g) os aspectos de sociabilidade na pequena cidade.

Mais recentemente, Moreira Jr (2013, 2014) fez levantamentos da produção nacional do período de 2000 a 2010 a respeito do tema pequenas cidades nos anais do Encontro Nacional dos Geógrafos (ENG), e em teses e dissertações dos principais programas Pós-Graduação em Geografia do país. De acordo com o levantamento, Moreira Jr (2013) identifica dois eixos analíticos utilizados nos estudos sobre as pequenas cidades: ou eles apontam as análises interurbanas (estudo de redes, relações com outras cidades ou campo); ou apontam as questões intraurbanas (mercado imobiliário, morfologia, funções), (MOREIRA JR, 2013, p. 25). Nos anais do ENG, o autor pôde verificar o crescimento no número de trabalhos sobre pequenas cidades, porém ainda com pouca expressão na produção nacional e, mostrar os avanços teóricos e metodológicos a respeito do tema. Para tanto, o autor estabelece seis classes temáticas nos estudos de pequenas cidades conforme os objetivos buscados por cada autor. Não obstante ter proposto as classes temáticas, vale observar que o autor não apresenta a classificação de cada um dos trabalhos de acordo com tais classes (MOREIRA JR,

2013, p. 24): 1) estrutura territorial, redes e escalas; 2) desenvolvimento regional e pactos territoriais; 3) políticas públicas, gestão do território e planejamento urbano e regional; 4) processos e transformações na configuração dos espaços urbanos; 5) ambiente e sociedade; e, 6) discussão conceitual e questões teórico-metodológicas.

Avançando o trabalho anterior, Moreira Jr (2014) apresenta as principais tendências analíticas que envolvem o estudo das pequenas cidades no Brasil, no período de 2000 a 2010. Ao invés de usar as classes temáticas propostas por ele no trabalho anterior (MOREIRA JR, 2013), o autor faz um estudo preliminar usando os sete aspectos qualitativos apresentados por Soares e Melo (2010). Neste estudo, Moreira Junior, exemplifica cada uma das tendências propostas por Soares e Melo (2010) com alguns trabalhos levantados no estudo das teses e dissertações. Novamente, o autor não apresenta a classificação de todos os trabalhos segundo tais aspectos qualitativos (MOREIRA JR, 2014).

É importante ressaltar que, apesar dos trabalhos feitos por Moreira Jr (2013, 2014) analisarem a produção acadêmica nacional tanto do ponto de vista das tendências analíticas dos estudos sobre pequenas cidades, como dos parâmetros qualitativos importantes para o estudo destas, nos trabalhos analisados, ele não apresenta uma classificação completa dos estudos selecionados, tanto para as classes temáticas por ele propostas, como para as tendências analíticas propostas por Soares e Melo (2010). Buscando preencher as lacunas deixadas e com o intuito de contribuir com as bases metodológicas para a pesquisa das pequenas cidades, buscamos ampliar os dois trabalhos feitos por Moreira Jr (2013, 2014), classificando as teses e dissertações sobre as pequenas cidades defendidas nas universidades brasileiras entre os anos de 2000 e 2010: de acordo com as classes temáticas por ele propostas em 2013 e, também, segundo os parâmetros qualitativos de Soares e Melo (2010). Além disso, visando a entender melhor como os critérios qualitativos e quantitativos são usados nos trabalhos acerca das pequenas cidades, fizemos uma investigação do referencial teórico usado para caracterizar e definir pequenas cidades e dos parâmetros e critérios efetivamente usados por cada um dos trabalhos para a caracterização e a definição de pequenas cidades que estão apresentados nos Quadros 2 e 3.

Eventuais diferenças no nosso enquadramento e na classificação feita por Moreira Jr (2013, 2014) existem principalmente porque: não há diretrizes ou metodologia para a utilização dos critérios qualitativos propostos por Soares e Melo (2010), nem tampouco para as classes temáticas propostas por Moreira Jr (2013); os variados objetivos das pesquisas observadas dificultam a análise e enquadramento; existe forte dependência humana (experiência prévia de quem faz o enquadramento, conhecimento teórico do assunto) na análise efetuada; e, por fim, as complexidades dos referenciais teóricos e dos objetos empíricos usados nos diferentes trabalhos afetam as análises. O ponto importante dessa pesquisa, apesar das possíveis diferenças no enquadramento,

é que a nossa proposta foi feita com base nos parâmetros e critérios efetivamente usados pelos autores, e não apenas pelas discussões teóricas presentes nas pesquisas. Os Quadros 2 e 3 indicam as análises das dissertações e teses defendidas no período de 2000 a 2010. A quinta coluna, Orlando Moreira Junior, indica as classes temáticas propostas por Moreira Jr (2013) e são representadas por números. A sexta coluna, Soares e Melo, indica os parâmetros qualitativos apontados por Soares e Melo (2010) e são representados por letras.

Quadro 2: Análise das dissertações sobre cidades pequenas defendidas nas universidades brasileiras entre 2000 e 2010.

Instituição/ Autor/Ano	Título da Dissertação	Referencial teórico para caracterização e definição de pequena cidade	Parâmetros e critérios efetivamente usados para caracterização e definição de pequena cidade	Orlando Moreira Junior	Soares e Melo
UFS Leila Maria Vasquez BELTRÃO 2001	A industrialização em Sombrio: gênese e evolução.	Definição não encontrada.	Usa o critério populacional, não estabelece o limite máximo para definir uma pequena cidade. A cidade do estudo possui 15.920 habitantes na área urbana e 7.034 habitantes na área rural (IBGE 2000). Utiliza aspectos referentes ao processo de industrialização de Sombrio, a inserção no mundo globalizado, que é um critério qualitativo.	2,4	A
UFRN Francisco Ednardo GONÇALVES 2005	Cidades Pequenas, Grandes Problemas: Perfil Urbano do Agreste Potiguar.	Mesmo diante, da indefinição que envolve essa categoria de cidades, compreendemos as cidades pequenas como uma das dimensões socioespaciais, geradas pelo processo histórico de produção do espaço urbano e regional. (p. 20)	Considera as dimensões espaciais, o número de habitantes (população urbana), a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, a relação com a vida rural e a proximidade entre as pessoas (que são critérios qualitativos). Do ponto de vista populacional foram estudadas 21 cidades, a maior com 33.834 habitantes e a menor com 2.691 habitantes (IBGE 2000).	4	E
UFRN Maria Suelly da Silva MEDEIROS 2005	A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar.	Estas são classificadas pequenas cidades, pelo fato de possuírem entre outras características, uma população inferior a 20.000 habitantes e apresentarem uma pequena oferta de serviços e equipamentos sociais de consumo para a população local. No entanto, são cidades que mantêm uma vida de relações permeada de significados que movimentam o ambiente urbano e que passam a atribuir-lhe um caráter de lugar, de particular. (p. 22)	Usa o critério populacional (inferior a 20 mil habitantes), mas busca nas transformações da configuração do espaço urbano a inserção de Seridó no mundo globalizado e a dependência no sistema urbano regional, que é um critério qualitativo. Do ponto de vista populacional foram estudadas 15 cidades, a maior com 15.606 habitantes e a menor com 1.392 habitantes (IBGE 2000).	4	A,E

UFU Viviane dos Guimarães Alvim NUNES 2005	Plano Diretor: uma metodologia de elaboração para municípios de pequeno porte.	[...] segundo a faixa populacional entre 20 mil e 50 mil habitantes, considerando-se que os pequenos municípios estão situados na faixa populacional inferior a 50 mil habitantes e os planos diretores deverão ser desenvolvidos para municípios com população superior a 20 mil habitantes. (p. 35)	Usa o critério populacional (inferior a 50 mil habitantes) - Tupaciguara com população de 23.319 habitantes (IBGE 2002).	3	Não usa critério qualitativo
UFU Alessandra Rodrigues FERREIRA 2005	Tupaciguara 'Lá Tem': revitalização urbana e cultura popular.	Definição não encontrada.	Usa o critério populacional - Tupaciguara com população de 23.123 habitantes (IBGE 2002), porém, aborda a cultura popular como um fator que influencia na sociabilidade, que é um critério qualitativo.	4	G
UEM Tatiane SAFFNAUER 2005	A (Re) Produção do espaço urbano de Dois Vizinhos no contexto do Sudoeste paranaense	Definição não encontrada.	Usa o critério populacional, a cidade do estudo possui 22.380 habitantes na área urbana e 31.984 habitantes no total (IBGE 2000), mas considera também a participação da esfera pública e privada na reprodução do espaço urbano, que é um critério qualitativo.	2	B
UEL Léia Aparecida Veiga PINTO 2007	Jaguapitã-PR: pequena cidade da rede urbana norte paranaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar	Assim, pautados na perspectiva de Côrrea (1989), Fresca (1990, 2001, 2004) e Santos (1982), acreditamos que o caminho para a análise e caracterização de uma cidade como sendo pequena, seria a compreensão de sua inserção numa dada área, região ou rede urbana, entendimento esse que deve estar correlacionado à formação econômica social e espacial da área, região ou rede urbana. Ou seja, estudos dessa ordem devem permear o campo de interpretação das relações entre o singular, o particular e o geral. (p. 28)	Analisa a re-inserção da cidade na rede urbana, pelo os agentes produtores do espaço urbano, que é um critério qualitativo.	1, 4	E
UFPB Rita de Cássia Gregório de ANDRADE 2008	A Cidade de Coremas-PB: Geografia Histórica de uma Pequena Cidade .	As cidades pequenas, ao que parece, são aquelas que apresentam o mínimo de características urbanas e forte dependência de atividades rurais. (p. 31)	Reconhece o fator populacional, a cidade do estudo possui 15.236 habitantes (total), mas analisa também outros fatores: o entorno rural e as ruralidades e os processos de transformações na configuração do espaço urbano, que são critérios qualitativos.	4	D

UFMG Severina Sarah LISBOA 2008	Da migração à não migração: o exemplo de pequenas cidades da zona da mata mineira.	Definição não encontrada.	Observa as transformações do espaço urbano influenciadas pelos processos de migração ou não-migração da população, e os papéis das pequenas cidades que fazem parte da microrregião de Viçosa, que é um critério qualitativo.	1	E, F
UNICAMP Sérgio Henrique Rezende CRIVELARO 2008	Espaço vivido, cotidiano e qualidade de vida em pequenos municípios. Caso: município de Urupês (SP).	[...] estabelecendo um limite entre 20 a 50 mil habitantes [...] apresentam uma estreita gama de relações entre o meio urbano e rural, com o meio ambiente e com os municípios maiores do entorno [...] Por fim, um aspecto importante para este trabalho é que os pequenos municípios parecem apresentar relações mais próximas de sociabilidade e convívio. (p. 50)	Embora indique o critério populacional que varia de 20 a 50 mil habitantes, Urupês apresenta população de 12.424 habitantes (10.660 na área urbana e 1.764 na área rural (SEADE 2007). Além disso, usa aspectos de sociabilidade, que é um critério qualitativo.	...	G
UNESP/PP Cláudia Marques ROMA 2008	Segregação socioespacial em cidades pequenas.	Para conceituá-la, podemos considerar dois patamares: o primeiro refere-se às cidades locais; o segundo alude-se a cidades com níveis funcionais mais complexos do que os existentes na cidade local. (p. 24)	Toma como critério principal o qualitativo, porque analisa as diferenças funcionais urbanas. Porém aponta que os critérios quantitativos são complementares nos estudos de pequenas cidades. As cidades do estudo possuem: Osvaldo Cruz 30.233 habitantes e Mariápolis 3.726 (IBGE, Censo 2007).	4, 6	D, E
UFMS Fabiano Bolzan SCHERER 2009	Construção do espaço urbano da pequena cidade: um estudo sobre São Sepé-RS.	Pensar sobre a pequena cidade no Brasil vai além do tamanho de sua população, envolve a complexidade de suas relações econômicas e políticas frente a um contexto regional. Muitas classificações utilizam ainda o tamanho da população como forma de tipificar as cidades no Brasil, como é o caso do IBGE, e essas classificações são válidas para os objetivos que se propõe estes trabalhos. (p. 30)	Usa o critério populacional, a cidade do estudo possui 24.621 habitantes (total) e 18.926 habitantes na área urbana (IBGE 2000), mas considera os papéis urbanos de São Sepé na rede, que é um fator qualitativo.	2, 4	E

<p>UFSM Silvane SPOLAOR 2010</p>	<p>Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia-RS.</p>	<p>Para essa pesquisa adotou-se, inicialmente, o critério demográfico para estudar as pequenas cidades, cujos municípios têm população de até 20.000 habitantes. Ressalta-se que esse não deve ser o único fator adotado na análise desses espaços. Faz-se necessário, uma análise em conjunto com as demais características e particularidades encontradas nas cidades, atentando-se para outros fatores como, as relações socioeconômicas existentes, o modo de vida, as funções que exercem para população local, o entorno rural, as demandas e as necessidades locais dentro de um contexto regional. (p. 14)</p>	<p>Usa o critério populacional (20 mil habitantes), mas considera os papéis das pequenas cidades, que é um fator qualitativo. Do ponto de vista populacional foram estudadas 8 cidades, a maior com 16.875 habitantes e a menor com 2.397 habitantes (FEE 2007).</p>	<p>1</p>	<p>E</p>
<p>UFSM Paula Savegnago ROSSATO 2010</p>	<p>O sistema termodinâmico do clima urbano de Nova Palma, RS: contribuição ao clima urbano de cidades pequenas.</p>	<p>Nova Palma, cidade de pequeno porte segundo critérios de classificação do IBGE. (p. 9)</p>	<p>Usa o critério populacional, a cidade do estudo possui 6.444 habitantes (total) e 2.664 na área urbana.</p>	<p>5</p>	<p>Não usa critério qualitativo</p>

Organizado: Tatiane M. Ré, 2016

Quadro 3: Análise das teses sobre cidades pequenas defendidas nas universidades brasileiras entre 2000 e 2010.

Instituição/ Autor/Ano	Título da Tese	Referencial teórico para caracterização e definição de pequena cidade	Parâmetros e critérios efetivamente usados para caracterização e definição de pequena cidade	Orlando Moreira Junior	Soares e Melo
UNESP/PP Maria Lúcia Falconi da Hora BERNARDELLI 2004	Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias.	[...] considerar uma cidade como pequena, média ou grande deve ser mediado não somente por um tamanho demográfico qualquer (sempre bastante problemático e limitado, ainda que possa ser, a princípio, um componente da análise), mas pela sua inserção num contexto espacial específico, numa rede mais ou menos densa de cidades, em um momento histórico datado (com todas as implicações daí derivadas), em um certo momento técnico e com um determinado conjunto de infraestruturas, em uma formação econômico-social específica. Nessa perspectiva, certas comparações só podem ser estabelecidas tendo como pressuposto as diferenças sociais, econômicas, políticas, ideológicas, culturais. (p. 229-230)	Ao considerar que Catanduva está inserida numa região canavieira, analisa como o poder público direciona a política habitacional observando as transformações do espaço urbano e os papéis das pequenas cidades na rede urbana, que são critérios qualitativos.	1, 3, 4	B, D, E
UNESP/PP Ângela Maria ENDLICH 2006	Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná.	O conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não-cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam, ainda que com patamares mínimos. (p. 85)	Observa nas transformações do espaço urbano elementos explicativos para o surgimento da rede urbana procurando compreender os papéis e os significados das pequenas cidades como espaços econômicos, políticos e sociais no contexto atual, que são critérios qualitativos.	1, 4, 6	A, B, E
UFU Anete Marília PEREIRA 2007	Cidade Média e Região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais.	Assim, o que denominamos de pequenas cidades no Norte de Minas são todas aquelas com população inferior a 20 mil habitantes, que possuem uma relação direta com atividades rurais e forte dependência do poder público, em todas as suas esferas. (p. 175)	Usa o critério populacional (20 mil habitantes), mas analisa outros fatores: questões ligadas ao rural; dependência do poder público; processos de transformações na configuração do espaço urbano.	1	A, D, E

<p>UFRJ Maria Helena Palmer LIMA 2007</p>	<p>Cidade-campo, urbano-rural: uma contribuição ao debate</p>	<p>Essa complexidade nos levou a definir como tese que as pequenas cidades, definidas como aquelas com população de até 3.000 habitantes, embora com pequena diversidade de atividades econômicas assumem uma centralidade na organização do espaço e na definição das relações espaciais que são constitutivas da vida econômica, social e política. (p. 17)</p>	<p>Usa o critério populacional (3 mil habitantes), e observa as transformações do espaço urbano, as relações cidade-campo e os papéis das pequenas cidades na rede urbana, que são critérios qualitativos. Do ponto de vista populacional foram estudadas 8 cidades, a maior com 3.701 habitantes e a menor com 2.093 habitantes.</p>	<p>4, 6</p>	<p>D, E</p>
<p>UFU Winston Kleiber de Almeida BACELAR 2008</p>	<p>A Pequena Cidade nas Teias da Aldeia Global: as Relações e Especificidades Sociopolíticas nas Pequenas Cidades de Estrela do Sul, Casca- lho Rico e Grupiara – MG.</p>	<p>Portanto, para este estudo, conceituamos as cidades com menos de 10.000 habitantes como pequenas cidades segundo os critérios aqui propostos e adotados: relação direta do poder público e a trajetória produtiva (econômica e empregatícia) e social no todo municipal; vinculação estreita da sede municipal com seu entorno rural derivando assim uma forte “simbiose” municipal; forte apego da população com o todo do território municipal; e, especialmente, a atuação marcante de um Estado-município social em nível municipal. (p 184 - grifo do autor)</p>	<p>Usa o critério populacional (inferior a 10 mil habitantes), mas, considera outros elementos: relação da população com o espaço territorial, relação direta da população com o poder político. Do ponto de vista populacional foram estudadas 3 cidades, a maior com 6.883 habitantes e a menor com 1.410 habitantes.</p>	<p>3, 6</p>	<p>B</p>
<p>UFU Nágela Aparecida de MELO 2008</p>	<p>Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas.</p>	<p>[...] aceitando a definição oficial de cidade em vigor no país, considera-se que pequena cidade, especificamente aquela localizada em área não-metropolitana, é um espaço: que aglomera um número pequeno de pessoas; que exerce funções: administrativas, residenciais, econômicas, políticas, sociais, organizacional e de mediação; que constitui o nível inferior da rede urbana regional e nacional; que estabelece relações com cidades de diferentes níveis da rede urbana regional e nacional; possui economia urbana frágil; onde as transferências governamentais têm notável importância; há tranquilidade nas relações cotidianas; as relações de proximidade e as de vizinhanças são intensas; há mescla de modos de vida do campo e urbanos e está inserida em áreas agrícolas e/ou urbanas. (p.481 - adaptado)</p>	<p>Usa o critério populacional (20 mil habitantes) e vários critérios qualitativos com o objetivo compreender a formação espacial, as funções, as dinâmicas e os significados socioeconômicos e espaciais das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão. Do ponto de vista populacional foram estudadas 11 cidades, a maior com 75.623 habitantes e a menor com 966 habitantes.</p>	<p>1, 4, 6</p>	<p>A, B, E, F</p>

UNESP/RC Vilma Dominga Monfardini FIGUEIREDO 2008	Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e da qualidade de vida, 1980-2000.	[...] foram consideradas como pequenas cidades aquelas com população de até 10 mil habitantes. No entanto, para o desenvolvimento deste estudo foram selecionados os municípios do Rio Grande do Sul que, em 1980, tinham até 10 mil habitantes e que permaneceram, até 2000, dentro deste mesmo limite. Este procedimento é relevante quando se tem em vista a comparabilidade. (p. 44)	Usa o critério populacional (10 mil habitantes). No entanto, como a autora pretende caracterizar as pequenas cidades do Rio Grande do Sul, ela utiliza 7 variáveis quantitativas que descrevem aspectos complexos destas pequenas cidades com a intenção de selecionar um espaço amostral relevante em relação ao todo o estado. Do ponto de vista populacional foram estudadas 15 cidades, a maior com 9.284 habitantes e a menor com 2.474 habitantes.	3	B, C, F
USP Edson Soares FIALHO 2009	Ilha de calor em cidade de pequeno porte: Caso de Viçosa.	Por conta dessa diversidade de critérios e linhas de pensamentos distintos, a melhor perspectiva de entendimento da cidade para o estudo do clima urbano, ainda é o viés quantitativo, que define as cidades pequenas, a partir de um contingente populacional de até 100 mil habitantes; as cidades médias entre 100 mil e 500 mil habitantes e cidades grandes com número superior a 500 mil habitantes. (p. 152).	Usa o critério populacional (100 mil habitantes - IBGE) - Viçosa com população de 70.704 habitantes (IBGE 2007).	5	Não usa critério qualitativo
UFSC Erika COLLISCHONN 2009	Inundações em Venâncio Aires/RS: interações entre as dinâmicas natural e social na formação de riscos socioambientais urbanos.	Definição não encontrada.	Usa o critério populacional – Venâncio Aires com população de 40.112 habitantes (IBGE 2007).	5	Não usa critério qualitativo
UNESP/PP Eilson Rodrigues OLANDA 2010	Sanclerlândia-GO: do povoado do Cruzeiro às novas centralidades	Assim sendo, as especificidades regionais devem ser consideradas para a conformação da noção de cidade pequena. (p. 18).	Observa as transformações do espaço urbano e os papéis das pequenas cidades na rede urbana, que são critérios qualitativos.	1, 4	E

Organizado: Tatiane M. Ré, 2016

Em relação ao referencial teórico utilizado pelos autores para caracterizar e definir uma pequena cidade, nas dissertações, há variação no uso de critérios qualitativos, quantitativos ou no uso dos dois critérios associados. Nas pesquisas de Beltrão (2001), Ferreira (2005), Saffnauer (2005) e Lisboa (2008) não identificamos uma definição clara que caracterizasse e/ou definisse a pequena cidade. As pesquisas de Gonçalves (2005), Pinto (2007), Andrade (2008) e Roma (2008) utilizam como referencial teórico o critério qualitativo que envolve, por exemplo, as dimensões socioespaciais, o processo de produção do espaço regional, a inserção e o papel na rede urbana e as características urbanas. As pesquisas desenvolvidas por Nunes (2005) e Rossato (2010) utilizam apenas o critério quantitativo, são pesquisas que tratam do Plano Diretor e do Clima Urbano e, embora utilizem o critério quantitativo há divergência no tamanho populacional;

Nunes (2005) considera a faixa populacional entre 20 mil e 50 mil habitantes e Rossato (2010) utiliza os critérios do IBGE, ou seja, até 100 mil habitantes. Na pesquisa de Scherer (2009), há uma particularidade, o autor admite que é preciso pensar além do tamanho da população, porém utiliza os critérios do IBGE. Podemos perceber que os pesquisadores de pequenas cidades estão preocupados e atentos ao referencial teórico, mas apresentam dificuldade em caracterizar, na prática, os objetos empíricos estudados devido a falta de critérios qualitativos e/ou quantitativos oficiais que definam as cidades.

Há trabalhos que associam os dois critérios como o de Medeiros (2005, p. 22) “possuírem entre outras características, uma população inferior a 20.000 habitantes e apresentarem uma pequena oferta de serviços e equipamentos sociais de consumo para a população local”. Crivelaro (2008) trata das relações de sociabilidade e convívio e considera a população entre 20 e 50 mil habitantes. Spolaor (2010, p. 14), adota, inicialmente, o critério demográfico, até 20.000 habitantes, e ressalta “que esse não deve ser o único fator adotado na análise desses espaços. Faz-se necessário, uma análise em conjunto com as demais características e particularidades encontradas nas cidades”.

Nas teses também encontramos uso dos critérios qualitativos, quantitativos e/ou associados nos referenciais teóricos utilizados. Para Bernardelli (2004, p. 229) não basta apenas o tamanho demográfico “mas sua inserção num contexto espacial específico, numa rede mais ou menos densa de cidades, em um momento histórico datado”. Para Endlich (2006, p. 85) deve-se pensar o próprio conceito de cidade e avaliar os qualificativos que compõem “o limiar entre a cidade e a não-cidade”. Melo (2008), elenca diversos critérios qualitativos como: estar localizada em área não-metropolitana, aglomerar pequeno número de pessoas, possuir economia frágil, apresentar tranquilidade nas relações cotidianas, entre outros. A pesquisa de Olanda (2010) aponta que as especificidades regionais devem ser consideradas. Estes autores, portanto, utilizam apenas o critério qualitativo como referencial teórico para definir a pequena cidade.

As pesquisas de Figueiredo (2008) e Fialho (2009) utilizam apenas o critério quantitativo e há diferença no contingente populacional considerado por eles; Figueiredo (2008) considera uma população de até a 10 mil habitantes e Fialho (2009) utiliza os critérios do IBGE.

Nas pesquisas de Pereira (2007), Lima (2007) e Bacelar (2008) identificamos o uso dos critérios qualitativos e quantitativos associados. Pereira (2007, p. 175), que estuda as pequenas cidades no norte de Minas Gerais, considera que estas “são todas aquelas com população inferior a 20 mil habitantes, que possuem uma relação direta com atividades rurais e forte dependência do poder público, em todas as suas esferas”. Lima (2007), por sua vez, considera uma população de até 3.000 habitantes, com

pequena diversidade econômica, mas que assumem certa centralidade na organização do espaço. Bacelar (2008, p. 184), considera pequenas cidades aquelas com população inferior a 10.000 habitantes e adota critérios qualitativos como: “relação direta do poder público e a trajetória produtiva (econômica e empregatícia) e social no todo municipal; vinculação estreita da sede municipal com seu entorno rural derivando assim uma forte “simbiose” municipal; forte apego da população com o todo do território municipal; e, especialmente, a atuação marcante de um Estado-município social em nível municipal”. Apenas na tese de Collischonn (2010) não identificamos o referencial teórico utilizado para definir uma pequena cidade.

Em relação aos critérios efetivamente usados para caracterização e definição de pequena cidade, há variação no uso, por exemplo, os critérios quantitativos variam entre uma população de 966 habitantes da cidade de Anhanguera (Melo, 2008) a 70.704 habitantes na cidade de Viçosa (Fialho, 2009). Das 24 pesquisas analisadas, apenas 4 utilizam exclusivamente o critério quantitativo: Nunes (2005) que apresenta uma metodologia de elaboração de Plano Diretor para cidades de pequeno porte; Rossato (2010) trata do sistema termodinâmico do clima urbano; Fialho (2009) pesquisa as ilhas de calor em cidades de pequeno porte e Collischonn (2009) realiza a pesquisa sobre as inundações em pequenas cidades.

Nas demais pesquisas os critérios quantitativos são complementares aos qualitativos, uma vez que os problemas ligados a: produção ou construção do espaço; rede urbana; migração; qualidade de vida; segregação socioespacial; papéis urbanos; relações econômicas; relações sociopolíticas; perfil de desenvolvimento; ilha de calor; inundação; dentre outros, são o foco das pesquisas. Porém, o fator quantitativo, ou seja, o quantitativo populacional, é utilizado para complementar a caracterização de pequena cidade. De acordo com as classes estabelecidas por Moreira Jr (2013) para o estudo da temática urbana, foi possível enquadrar algumas pesquisas em mais de uma classe temática, resultando na tabela 1:

Tabela 1: Classificação das teses e dissertações de acordo com as classes temáticas

	Classe Temática	M	D	Total
1	Estrutura territorial, redes e escalas	3	5	8
2	Desenvolvimento regional e pactos territoriais	3	0	3
3	Políticas públicas, gestão do território, planejamento urbano e regional	1	3	4
4	Processos e transformações na configuração do espaço urbano	8	5	13
5	Ambiente e sociedade	1	2	3
6	Discussão conceitual e metodológica	1	4	5

Organizado: Tatiane M. Ré, 2016.

A classe temática com maior relevância nos estudos urbanos, no período de 2000 a 2010, foi “Processos e transformações na configuração do espaço urbano”, percebe-se um grande interesse nas pesquisas em compreender a processo histórico de produção das pequenas cidades, seja pelos interesses políticos ou sociais. Como exemplo, Pinto (2007) analisa a reinserção de Jaguapitã na rede urbana norteparanaense a partir da especialização produtiva de mesas para bilhar. Roma (2008) busca compreender o processo de segregação na produção socioespacial nas cidades de Osvaldo Cruz e Mariápolis-SP. Olanda (2010) destaca em sua pesquisa o processo de formação da cidade de Sanclerlândia-GO com o intuito de entender o processo de estabelecimento de ampliação da centralidade da cidade, entre outras pesquisas.

Outra classe temática que se destaca nas pesquisas é a “Estrutura territorial, redes e escalas”, representadas por pesquisas que abordam o papel das cidades dentro de um contexto de rede urbana, ou seja, como essas cidades se reestruturam, se reorganizam, se articulam nas diferentes escalas de análises. Dentre as pesquisas destacam-se Lisboa (2008), que busca identificar os fatores que contribuem para o processo de migração ou não-migração das pessoas nas pequenas cidades da região da zona da mata mineira. Podemos destacar também a pesquisa de Spolaor (2010) que analisa os papéis urbanos desempenhados pelas pequenas cidades da região de Quarta Colônia-RS, enfatizando suas relações no contexto regional. E Melo (2008) analisou o processo de formação espacial das pequenas cidades da microrregião de Catalão-MG, entre outras.

Na sequência apresentamos a tabela 2 com a classificação das pesquisas de acordo com os parâmetros estabelecidos por Soares e Melo (2010).

Tabela 2: Classificação das teses e dissertações de acordo com os parâmetros qualitativos apontados por Soares e Melo (2010)

Parâmetros Qualitativos	M	D	Total
A Inserção no mundo da globalização	2	3	5
B A relação entre o poder público local e a população	1	5	6
C A relação com a natureza	0	1	1
D O entorno rural e as ruralidades	2	3	5
E A dependência do sistema urbano regional	7	6	13
F O envelhecimento e a involução populacional	1	2	3
G Aspectos de sociabilidade na pequena cidade	2	0	2
H Não usa critério qualitativo	2	0	2

Organizado: Tatiane M. Ré, 2016.

A “Dependência do sistema urbano regional” foi o parâmetro que mais se destacou. São pesquisas como a de Gonçalves (2005), que analisa a configuração

socioespacial e o perfil urbano das cidades pequenas do Agreste Potiguar; a de Scherer (2009) que analisa os papéis e o uso do solo da pequena cidade de São Sepé; de Endlich (2006) que estuda as pequenas cidades do noroeste do Paraná enfatizando que o entorno espacial é fundamental para compreender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional, e de Bernardelli (2004) que analisa a territorialização das políticas habitacionais na região canavieira de Catanduva-SP, observando o papel do poder público na produção da cidade. São pesquisas em que há uma preocupação em relação a rede urbana, aos papéis urbanos desempenhados e a dependência existente entre as cidades de um mesmo sistema.

Algumas pesquisas não utilizam critérios qualitativos: Nunes (2005), Rossato (2010), Fialho (2009) e Collischonn (2009), desenvolveram pesquisas que utilizam apenas critérios populacionais para definir as pequenas cidades, pois abordam temas nos quais os critérios qualitativos não interferem nos resultados da pesquisa, como: clima, dinâmicas naturais e plano diretor.

Os resultados indicam que as pesquisas sobre as pequenas cidades têm aumentado de forma satisfatória nos últimos anos, como podemos verificar pelas dissertações e teses defendidas no período em estudo.

De acordo com os dados levantados nesta pesquisa, no período de 2000 a 2010, há o uso de critérios qualitativos, quantitativos e o uso dos dois critérios associados nas pesquisas de forma equilibrada, ou seja, não há destaque para nenhum dos critérios. O que nos leva a concluir, que até o momento, dependendo do estilo da pesquisa, o uso de qualquer um dos critérios é aceitável pela comunidade.

A classe temática, apontada por Moreira Jr (2013), com maior relevância nos estudos urbanos, foi “Processos e transformações na configuração do espaço urbano”. São pesquisas que envolvem a produção, o processo histórico, as transformações das pequenas cidades. Outra classe que se destaca é “Estrutura territorial, redes e escalas”, são pesquisas que abordam a reorganização da rede, a reconfiguração dos espaços, os papéis urbanos entre outros. As demais classes também estão presentes nos trabalhos pesquisados.

Em relação aos parâmetros qualitativos apontados por Soares e Melo (2010), destacamos a “Dependência do sistema urbano regional”. Nestas pesquisas há interesse no papel e na função das pequenas cidades dentro da rede urbana.

Os dados da pesquisa mostram que não há um critério ou uma metodologia específica para o estudo do tema pequena cidade, daí a dificuldade em chegar a uma definição precisa sobre o termo. Os critérios e as classes temáticas que predominam dependem muito do objeto de pesquisa a ser pesquisado e de suas relações.

2.2 A praça

Neste item apresentamos os aspectos históricos e a evolução das praças públicas no Brasil por meio de uma breve reflexão teórica e conceitual. Na sequência apresentamos uma discussão sobre a praça enquanto espaço público destacando a importância da garantia da acessibilidade a todos os cidadãos.

2.2.1 A praça – origem e aspectos históricos

Apesar da aparente tranquilidade das pequenas cidades, elas não estão paradas no tempo, pelo contrário, como em toda cidade é produzida dia-a-dia por seus cidadãos. Com o passar do tempo a sociedade muda, as relações sociais mudam e a cidade também muda, ou seja, o espaço é organizado/produzido para atender as necessidades sociais de cada época. Com as praças públicas não é diferente, elas se alteram de acordo com as necessidades da população modificando suas formas de uso e sua função. Por ser um espaço em constantes mudanças e transformações merecem ser investigadas.

É possível que exista praça em todas as cidades do mundo, assim como existem as casas e as ruas, pois as praças são mais que espaços urbanos livres, são lugares que possuem histórias e vivências e, portanto, a praça, é um dos elementos de destaque na cidade.

Para Robba e Macedo (2002, p. 16), “[...] nas cidades brasileiras, qualquer espaço verde público, seja arborizado ou simplesmente gramado, um canteiro central de avenida ou espaço livre entre edifícios, é denominado praça”. Consideramos a praça pública como um dos espaços públicos mais importantes da estrutura urbana, por ser um lugar de encontro e convívio de grupos sociais diferentes é, portanto, um lugar de construção de cidadania e democracia. Para Robba e Macedo “as praças são espaços públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livre de veículos” (Robba e Macedo, 2002, p.17).

Desta forma entendemos que a origem da praça está na Grécia antiga onde era conhecida como *Ágora*, sendo o “coração da cidade”, ponto dos encontros e debates sobre a condição da cidade. Estava localizada em pontos movimentados com acesso livre para todo cidadão, nela ocorria todo tipo de atividade: religiosa, cultural, comercial, social, administrativa e até jurídica. Na Roma antiga, o Fórum era o centro comercial da urbe, e espaço político de grande importância. O que diferencia o Fórum romano da *Ágora* grega são as características físicas, pois também no Fórum romano aparecem espaços destinados à atividades específicas: religião, justiça, comércio, além dos espaços abertos.

[...] tanto nas cidades gregas como nas romanas a praça apareceu com função de centralidade. Entre os povos gregos essa centralidade era manifestada em um espaço aberto, definido por marcos, a *ágora*,

como centro urbano da cidade; já no período medieval a centralidade urbana acolhia produtos e pessoas, apresentando enorme valor de uso (BOVO, 2009, p. 61).

Na Idade Média, a praça era apenas um espaço vazio e irregular no meio da cidade, mantendo as mesmas funções da Ágora e do Fórum: comércio, encontro, e circulação de pessoas. Posteriormente, os valores funcionais se destacam e elas passam a ter funções específicas: religiosas, cívicas ou de mercado.

Quanto à localização, as praças medievais são encontradas em várias partes da estrutura urbana. Ao citar Zucker (1959), Segawa (1996) salienta que as praças medievais podiam ser resumidamente categorizadas em: “praças de mercado; praças de entrada da cidade; praça como centro da cidade; adros de igreja; praças agrupadas (praças distintas como a do mercado e a da igreja, espacialmente relacionadas na trama urbana)”.

No Renascimento, a praça ganha lugar de destaque na urbe, além de valores funcionais, ganha valores estéticos, passando a ornamentar a cidade. Segundo De Angelis et al. (2005), nesse período histórico, a praça se converte em um dos principais elementos urbanísticos para transformação e embelezamento das cidades.

Já no decorrer do período barroco a praça assume “uma característica mais monumental do que funcional, sendo a parte central constituída por jardins, árvores, bancos, ornamentos. Os espaços abertos são muito valorizados pela arquitetura” conforme afirma Bovo (2009, p. 61).

No decorrer do século XIX e XX as praças continuam a apresentar características do período clássico e barroco, porém novas tipologias urbanas foram surgindo com o desenvolvimento das cidades europeias, principalmente pelo período marcado pela industrialização e pelo crescimento da população urbana. É neste contexto que Bovo (2009, p. 62) enfatiza a necessidade de “uma reestruturação do espaço urbano, devido às novas necessidades de infraestrutura, equipamentos, habitação e novas exigências espaciais”.

Outro elemento considerado por Favole (1995) é que a praça contemporânea passa a não ter uma função específica, ou seja, não depende de um edifício ou de um monumento como nos períodos anteriores, como a igreja, o mercado, o cívico etc.

Diante disso, no Brasil as praças herdaram as características apresentadas e passaram por quatro períodos: o colonial, o eclético, o moderno e o contemporâneo. Esses períodos foram marcados por padrões arquitetônicos e funcionais de acordo com os interesses sociais. Segundo Robba e Macedo (2002), destacamos Tabela 3 as principais funções das praças em cada período histórico do Brasil:

As praças coloniais se desenvolveram no entorno das igrejas, como se observa nas palavras de Murilo Marx (1980): “logradouro público por excelência, a praça deve sua existência, sobretudo, aos adros das nossas igrejas”. A partir da praça, surgiram

Tabela 3: Principais funções das praças brasileiras.

Períodos	Colonial	Eclético	Moderno	Contemporâneo
Função Social das Praças	Convívio social		Contemplação	Contemplação
	Uso religioso	Contemplação	Recreação	Recreação
	Uso militar	Passeio	Lazer esportivo	Lazer esportivo
	Comércio e feiras	Convívio social	Lazer cultural	Lazer cultural
	Circulação	Cenário	Convívio social	Convívio social
	Recreação		Cenário	Cenário

Fonte: Robba e Macedo (2002).

os principais prédios da cidade: comércio, melhores moradias e prédios públicos. Eram os espaços mais nobres da cidade e representavam o poder e o prestígio da nobreza, onde as mais diversas atividades, religiosas ou não, aconteciam.

Era ali que a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial (ROBBA e MACEDO, 2002, p.22).

As influências dos ideais modernistas europeus, com suas concepções estéticas, higienistas e ambientais, e as transformações ocorridas no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, com a exportação do café e da borracha, contribuíram com as mudanças arquitetônicas e morfológicas das cidades e conseqüentemente, das praças brasileiras. De acordo com Robba e Macedo (2002) tal fato altera a função das praças brasileiras e marca o surgimento das praças ajardinadas na história dos espaços livres urbanos no país e, assim, as praças deixaram de ser apenas espaços vazios e passaram a ser projetadas segundo influência europeia, com a função de passeio. Esse período passa a ser chamado de **eclétismo**.

Com o aumento da população nas cidades brasileiras há um crescimento desordenado fazendo com que espaços livres como praças e parques passem a ser cada vez mais valorizados, tanto pela estética, por serem espaços verdes que embelezam a paisagem urbana, quanto para o lazer, por serem espaços livres para recreação. Se no período colonial as praças eram o centro onde as principais edificações emergiam, no **período moderno**, a localização da praça dependia dos arruamentos advindos do planejamento dos bairros e das cidades.

Neste período, as praças são projetadas de forma a garantir a permanência das pessoas no local. O lazer é um dos itens mais valorizados nos espaços livres públicos urbanos e as atividades esportivas e as recreações infantis passam a ser itens indispensáveis nestes locais. Segundo Robba e Macedo (2002, p.37) “os parques são

definitivamente ratificados como polos de lazer urbano, e as praças, agora espalhadas por todos os bairros, são elementos necessários para a vida na cidade, tornando-se objeto de interesse político”.

No período **contemporâneo**, devido a aceleração da vida urbana decorrente das grandes transformações industriais, as praças adquirem qualidades importantes, sendo cada vez mais valorizadas. De acordo com Robba e Macedo (2002, 44-45) as principais qualidades assumidas pelos espaços livres urbanos neste período, foram:

- Valores ambientais: melhoria na ventilação e aeração urbana, melhoria da insolação de áreas muito adensadas, ajuda no controle da temperatura, melhoria na drenagem das águas pluviais e proteção do solo contra erosão.
- Valores funcionais: como opção de lazer urbano.
- Valores estéticos e simbólicos: como objetos referenciais e cênicos da cidade, exercendo papel importante na identidade do bairro ou da rua.

O uso de novas tecnologias, a aceleração na velocidade de informação, comunicação e serviços influenciaram em todos os espaços urbanos brasileiros. Os arquitetos e urbanistas tiveram maior liberdade na elaboração dos projetos e atividades comerciais e de serviços foram incorporadas com a intenção de atrair mais pessoas à estes espaços. Com a grande quantidade de pedestre nas cidades, as praças contemporâneas assumem, também, a função de circulação, facilitando o fluxo de pedestres. Portanto, nas praças contemporâneas há uma multiplicidade de usos e funções, adaptáveis ao modo de vida urbano (ROBBA e MACEDO, 2002).

Hoje, a valorização dos espaços livres passa a constituir um dos indicadores de qualidade dos espaços livres públicos, pois além de servir como um fator de embelezamento da cidade, permite uma ruptura na paisagem constituída por edificações, proporcionando tanto espaços de passagem, embelezamento e ordenamento urbano, quanto espaço de sociabilidade da população. Porém, apesar do empenho das administrações municipais em equipar e manter as praças públicas brasileiras, existe um abandono desses espaços por parte da população, principalmente nos grandes centros, que apresentam outros atrativos de consumo e lazer como shoppings, internet e televisão.

2.2.2 A praça como espaço público

O espaço urbano é formado por áreas construídas (casas, edifícios comerciais e oficiais, ruas e outros) e por áreas livres (praças, parques, jardins, quintais, avenidas e outros) e, para Carlos (2008, p. 45.) “[...] o modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver”. Em verdade, a cidade se organiza de acordo com as necessidades e interesses sociais.

Para Gomes (2002), a modernidade trouxe uma nova forma de conceber o

mundo: uma nova ideia de política, de cidade e de vida social, pois essas mudanças influenciaram na configuração da cidade e no recuo da ideia de cidadania que se tinha nos primeiros séculos da modernidade. Para o autor, “a cidadania é um pacto social estabelecido simultaneamente como uma relação de pertencimento a um grupo e de pertencimento a um território” (GOMES, 2002, p.173). Neste sentido, o autor identifica quatro processos em que o recuo do espaço público é caracterizado: 1) a apropriação privada dos espaços comuns: esse tipo de apropriação pode ser física (ocupação de calçadas, ruas e bairros) ou simbólica (ocupação da área por camelôs). 2) progressão das identidades territoriais: a fragmentação dos espaços por estabelecimentos de domínios de um grupo em oposição aos demais grupos. Como exemplo: os jovens que se organizam em gangues, os evangélicos que pregam nas praças, os narcotraficantes. 3) o emuralhamento da vida social: “o dito homem moderno dispõe de variados recursos para transformar-se em invisível e, portanto, inacessível para o contato social.” (GOMES, 2002, p.182). 4). O crescimento das ilhas utópicas: caracterizado pelos condomínios fechados e conjuntos de prédios que “são vendidos como cidades dentro da cidade” (GOMES, 2002, p.186), porque reproduzem os atrativos da vida urbana com mais segurança, lazer e moradia diferenciada.

O estudo do espaço público, para Gomes (2002), deve levar em consideração o espaço como um todo, não apenas a parte física ou concreta, mas considerando as práticas e as dinâmicas sociais ali presentes. Desta forma, o espaço público pode ser visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais e, assim, pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica. Segundo o autor, essa é a única maneira de relacionar a condição de cidadania e o espaço público (pela configuração física, uso e vivência). Assim, o espaço público é “qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa” (GOMES, 2002, p. 162).

Há três incompreensões a respeito do espaço público, segundo Gomes (2002): 1) “é público aquilo que não é privado”, além de limitar a existência de outros tipos de espaços como o espaço comum ou o espaço coletivo ainda não define ou identifica o espaço, uma vez que existem espaços públicos com acesso limitado ao público, como hospitais, presídios e outros e existem espaços privados com amplo acesso ao público como o shopping center. 2) “tomar o espaço público como uma área juridicamente delimitada”, como se a existência desses espaços estivessem vinculadas exclusivamente a criação de leis, quando existem casos em que a sua existência antecede à legislação. 3) “a qualidade de livre acesso”, no sentido de que para ser espaço público o acesso tivesse que ser livre para todos os cidadãos; como exemplo disso, os hospitais, as escola, as áreas militares que mesmo sendo público possuem regras de acesso sem perder o caráter público (GOMES, 2002, p. 159).

Para Sun Alex (2008, p.23), “a praça não é apenas um espaço físico aberto,

mas também um centro social integrado ao tecido urbano. Sua importância refere-se a seu valor histórico, bem como a sua participação contínua na vida da cidade”. O autor destaca que a acessibilidade é a questão fundamental para o uso e apropriação das praças, porque para usar um lugar primeiro temos que entrar neste lugar. Sun Alex (2008) utiliza a classificação de Stephen Carr (1995) quanto aos três tipos de acesso ao espaço público: físico (sem barreiras que impeçam o acesso), visual (indicação de ameaças, visível de todos os lugares) e o simbólico ou social (sinais que sugerem quem não é bem vindo). Para ele, “[...] os três tipos de acesso podem ser combinados para tornar um espaço mais ou menos convidativo ao uso” (2008, p. 25).

Em relação à elaboração de projetos para reformas ou construção de uma praça, Sun Alex cita o trabalho de Willian H. Whyte que elabora um material de suporte para projetos de espaço público. Segundo Sun Alex (2008, p. 28), “Whyte constatou que, mais do que forma, tamanho ou design, o sucesso do espaço público era determinado pelo acesso e pelas opções de lugares para sentar”. Mais uma vez, a questão da acessibilidade é destacada.

Nessa perspectiva, a questão fundamental para o uso das praças é a acessibilidade física, visual e simbólica que garantem o uso e a permanência das pessoas nestes espaços públicos, seja para o lazer, o descanso, atividade física e outros. Dessa forma, Sun Alex (2008) alerta que:

O desuso das praças acarreta a perda de oportunidades de sociabilização e de fortalecimento da cidadania, contribuindo para o aumento da dependência de espaços privados para a prática da vida pública e, conseqüentemente, das desigualdades sociais e da exclusão. Garantir o acesso público e o uso coletivo - condições essenciais para promover a vida pública nas praças - é um desafio e uma responsabilidade para a cidade e para o paisagismo (ALEX, 2008, p.279).

A garantia do acesso público e do uso coletivo das praças pressupõe outros desafios e compreensões na dinâmica social. Segundo Serpa (2011), o espaço público é compreendido como espaço da ação política, que pode se tornar um espaço de mercadoria para consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial, que, na realidade, não é comum a todos. Para o pesquisador, a acessibilidade não é apenas física, sem muros ou barreiras físicas que impeçam o acesso, mas é também simbólica na medida em que a apropriação espacial seleciona ou limita o acesso ao espaço público.

As pesquisas de Serpa (2011) apontam que o lazer e o consumo da classe média têm influenciado as transformações urbanas, multiplicando o consumo e a valorização do solo e aponta que há uma tendência no Brasil e também em outros países em investir em espaços públicos “visíveis”, aqueles espaços mais centrais e que têm maior destaque na cidade como praças e parques públicos.

2.3 A memória

Uma cidade é fruto da construção social e, portanto, agrega elementos de várias gerações, de vários interesses sociais, políticos, econômicos, de tecnologias existentes na época, das relações sociais, de conflitos, de governo, do clima, da vegetação e de tantos outros. Assim, quando pensamos sobre um determinado espaço, é preciso considerar inúmeras variáveis, ou seja, é preciso considerar o tempo, o espaço e a interferência do homem nesse processo de produção espacial.

Para entender o processo de produção do espaço, o que motivou os agentes produtores e as memórias resultantes desse processo, faz-se necessário um estudo amplo e conjunto, uma investigação que busque diálogo com outras áreas para que possam ser analisados mais amplamente, interdisciplinarmente e, esse é parte do intuito desse trabalho, conversar com os conhecimentos da história.

2.3.1 Espaço e memória

O homem se apropria do espaço em que vive, transforma, adapta, modifica e nesse processo constrói a cidade e a sua história. Ao modificar o ambiente natural, ou seja, adaptar-se ao clima, ao relevo e a hidrografia, constrói sua história, suas casas, ruas, praças e nesse produzir, por meio das relações sociais, produzem sua cultura, seus valores, suas memórias e sua história. O espaço social produzido por meio dos sujeitos históricos dão significados à cidade e, a cidade, enquanto espaço de memória, guarda as lembranças do passado produzido e permite o planejamento do futuro de seus espaços.

As relações sociais têm como pano de fundo as ruas, as praças, o lugar onde as pessoas habitam e se relacionam no dia-a-dia e, portanto, são referências quando se pretende entender as relações dos habitantes com a sua cidade. Dessa forma, o que nos interessa nesse estudo, não são as relações dos sujeitos históricos com as praças de Mamborê, não enquanto indivíduos isolados do convívio com os demais sujeitos históricos, mas as memórias desses indivíduos em relação ao lugar, às praças, às formas de usos, ou seja, como a população de outra época se relacionava com esses espaços, qual a importância que eles tinham, quais elementos havia nesses lugares, buscando a memória do lugar ou a memória coletiva.

A memória pode ser individual ou coletiva e, segundo Poulet (1992, p. 54-55), “graças à memória, o tempo não está perdido, e, se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado”. Assim, quando buscamos a memória da cidade ou a memória de um lugar na cidade, a memória individual é importante neste processo, uma vez que vagueiam por momentos ou formas espaciais que já se alteraram e, portanto, contribuem para o registro de outros tempos. A memória individual, por ser subjetiva, é importante que seja analisada

juntamente com outros elementos como documentos impressos, fotográficos, porque nem sempre é linear e precisa.

Halbwachs (1990) entende a memória coletiva como um conjunto de lembranças vividas coletivamente num certo espaço e numa certa época. Essas memórias guardam o que continua vivo na cultura de um grupo e esse fato fortalece a identidade, quando um grupo não guarda suas memórias sua cultura perde sua identidade cultural e grupal. De acordo com o autor (1990, p.143), “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”. A diferença entre a memória coletiva e a memória histórica reside no fato de que a memória coletiva é viva, é presente, enquanto a memória histórica está distante no tempo, e por necessitar ser lembrada, pois seus atores não estão mais presentes para contar, se transformam em memórias históricas.

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores ou espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (HALBWACHS, 1990, p. 80-81).

De acordo com o mesmo autor, as memórias coletivas são mais preservadas de forma escrita, registrada e documentada que nas paisagens.

É preciso se atentar para o fato de que em qualquer tempo histórico coexistem, na mesma cidade, uma grande diversidade de memórias coletivas sendo formada e, portanto, impossibilitando o registro de todas elas. Ainda que o registro de todas as memórias seja impossível, não quer dizer que não seja importante.

Embora a memória seja individual, ela apoia suas referências no espaço social vivido e não podemos esquecer que esse espaço sofre influências externas em escalas mais ampla que o local, sofre influências de decisões estaduais, regionais e globais. Para Le Goff (1990) quando buscamos a memória, estamos fazendo um exercício de busca nas lembranças, ou seja, uma busca pelo pensamento simbólico. Sendo assim, é importante ter consciência de que a memória tem a tendência de vaguear por terrenos nostálgicos e que o exercício de lembrança pode ter tamanha ênfase que se torne um mito ou um passado idealizado. Ainda assim, o exercício de buscar a memória ou a história da cidade é importante para guardar as lembranças do lugar, da paisagem e servir de base para as gerações futuras. Deve levar em consideração que há um limite para a volta nesse passado, vai até certo ponto. Outro detalhe que precisa ser levado em consideração quando se busca entender e/ou registrar a memória é que ela é contada de acordo com os interesses sociais, econômicos e políticos do entrevistado e, portanto, carrega a memória de um grupo.

Quando investigamos espaços públicos de uma cidade precisamos ter em mente

que esses espaços são vitais para que as relações sociais aconteçam, são locais de interseção que possibilitam o convívio entre pessoas de diferentes classes, de diferentes partes da cidade, de diferentes profissões, enfim, são espaços comuns onde há interação entre os habitantes. São nesses espaços que a vida pública acontece, onde ocorrem manifestações, festas religiosas e eventos sociais de diversas naturezas. Assim, nesses espaços se materializam as transformações sociais. De acordo com Lefebvre:

A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra o urbano não pode dispensar uma base prático-sensível, a cidade. Se considera a cidade como obra de certos agentes históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação do grupo [ou grupos] e o seu produto. Sem com isso separá-los (LEFEBVRE, 1991, p. 49).

Esses espaços possuem grande importância social por permitir a troca de experiências e vivências entre as pessoas e, a presença das pessoas nesses espaços é que garante a existência das relações sociais e, assim, a possibilidade de pensar, de planejar e de decidir o futuro da cidade e dos espaços públicos.

No próximo capítulo intitulado “A pequena cidade de Mamborê: a memória de suas praças”, buscamos tecer uma reflexão entorno das vivências e experiências de alguns moradores referentes à memória de suas praças utilizando como metodologia a história oral e o uso de fotografias de diferentes períodos.

CAPÍTULO 3

A PEQUENA CIDADE DE MAMBORÊ: A MEMÓRIA DE SUAS PRAÇAS

*A mesma praça, o mesmo banco
As mesmas flores, o mesmo jardim
Tudo é igual, mas estou triste
Porque não tenho você
Perto de mim...
A praça, **Ronnie Von.***

Ao analisar as formas de uso, de organização e de configuração da Praça das Flores, da Praça João Szesz e da Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon da pequena cidade de Mamborê, fez-se necessário uma investigação tanto do passado como do presente, buscando, além dos significados atribuídos a elas ao longo do tempo, as suas formas de usos, funções. Quando olhamos para uma praça é possível verificar elementos do passado, elementos mais recentes e pensar em possíveis elementos a serem incorporados para melhoria do lugar.

A ocupação de Mamborê ocorreu em dois momentos, segundo Hahn e Morigi (2015, p.257), uma com a exploração da erva-mate nativa e outra com a migração decorrida das colônias instaladas pelo governo estadual para ocupação territorial das fronteiras. De acordo com os autores (p.260), Dom Júlio Thomás Allica “foi o principal explorador e exportador de erva-mate nativa da região, trazendo consigo argentinos e paraguaios para trabalharem para a sua Companhia”. Na segunda etapa de ocupação de Mamborê, em razão da “Marcha para Oeste”, muitas famílias vindas de São Paulo, Minas Gerais e Nordeste vieram para plantar café e muitas outras famílias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para trabalhar com agricultura, aumentando o número de famílias no município.

Em relação às praças, a Praça das Flores é a mais antiga, em seu entorno as primeiras casas foram construídas, a primeira escola, a primeira rodoviária, o primeiro campo de futebol, os primeiros comércios, as primeiras ruas, enfim, onde a cidade começou. A Praça João Szesz, antiga Praça 28 de Julho, teve o nome alterado devido a mudança na data do aniversário do município. Já a Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon é a única da cidade com a forma circular como uma rotatória.

Nesse contexto, levantamos os seguintes questionamentos a respeito de tais

praças: como essas praças chegaram à configuração atual? Quando a Praça das Flores passou a ser chamada de “praça”? Porque apenas a Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon é redonda? Buscaremos as respostas nos relatos dos fundadores da cidade, em fotografias e nos documentos antigos que constituem a história de formação e transformação da cidade de Mamborê.

3.1 História e memória: um diálogo necessário

Para estudar as praças da cidade de Mamborê, é necessário olhar além daquilo que é visível e concreto no presente, ou seja, o patrimônio material; é preciso considerar a cultura, a história e os valores da população, o patrimônio imaterial. Sendo assim, para propor alterações que enriqueçam o espaço, como inclusão de novas estruturas, é importante verificar o que é valorizado pela comunidade e como esse espaço é utilizado no cotidiano. A modernização/reestruturação de uma praça deveria ser pensada a partir dos elementos que beneficiem o convívio, a integração e o uso feito pela população.

Como metodologia, adotamos entrevistas com cinco pessoas que vivenciaram a formação de Mamborê em busca de informações sobre a história das praças e, conseqüentemente, da cidade, sendo possível registrar parte da memória por meio da história oral.

Quando trabalhamos com a história oral, temos que ter em mente que não obteremos uma história total dos acontecimentos passados a partir dos depoimentos, tão pouco, será possível provar uma verdade absoluta. Essas narrativas contribuem com a análise do objeto de pesquisa e possibilitam aos sujeitos anônimos aparecerem na História, assim, é possível ao pesquisador fazer uma produção discursiva sobre o que se passou e não contar a história exatamente como ocorreu.

O uso da história oral é uma metodologia de pesquisa, conforme apontado por Alberti (2004):

[...] a História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI, 2004, p. 155).

De acordo com Alberti, há que se atentar para o fato de que a entrevista não é a própria história, ela é uma fonte que deve ser interpretada e analisada pelo pesquisador. Assim sendo, a transcrição de uma fonte oral é fundamental para auxiliar o pesquisador no trabalho de análise dos dados.

A História oral vai além da gravação de uma entrevista, exige a presença de um pesquisador, um depoente e um gravador. O primeiro passo é a elaboração de um roteiro de perguntas que servirão de orientação para a entrevista oral. O pesquisador deverá fazer um pré-contato com o depoente explicando a intenção da entrevista, assim,

o depoente terá tempo para pensar sobre a época ou o lugar em questão. No dia da entrevista um aparelho gravador é obrigatório para fazer o registro, esse material gravado deverá ser transcrito e posteriormente analisado de acordo com o objetivo do trabalho. Ao trabalhar com a memória precisamos ter em mente a limitação do depoente em relação à versão dos fatos passados.

Segundo Nora (1993), memória não é história:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente: a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante demandam análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

Os registros das memórias dos fundadores da cidade, juntamente com os documentos oficiais e fotos antigas, ajudam a compor a história das praças da cidade de Mamborê. Para Halbwachs (1990), a história busca compilar os acontecimentos passados que ficaram guardados na memória das pessoas e, uma vez que esse grupo de fundadores é cada vez menor, o registro dessas memórias é importante, inclusive, para estudos futuros. De acordo com Poulet (1992):

[...] à memória, o tempo não está perdido, e se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado ou para ser mais preciso, está um espaço, enfim reencontrado, um espaço que se encontra e se descobre em razão do movimento desencadeado pela lembrança (POULET, 1992, p. 54-55).

Antes que estas memórias se percam e com elas o tempo de formação da cidade e, conseqüentemente, das praças, buscamos registrá-las e interpretá-las para entender a dinâmica da cidade e dos usos desses espaços públicos, suas formas, suas funções, ou seja, a sua história.

3.2 Haamam-Amburê, Mamburê ou Mamborê

Para iniciar a discussão, conforme apontado anteriormente, de acordo com Morigi e Hahn (2011, p. 257) a ocupação do território do atual município de Mamborê ocorreu em dois momentos: o primeiro para a exploração de erva mate nativa e, o segundo momento, pela política de migração e ocupação territorial das fronteiras.

No primeiro momento, de acordo com Hahn e Morigi (2015), nas primeiras décadas do século XX, o principal explorador da região de Mamborê foi o argentino Dom Júlio Thomas Allica, engenheiro militar que conseguiu comprar terras na região e instalou a Companhia Allica para a extração de erva-mate nativa.

Dom Júlio Allica, juntamente com os seus comandados argentinos e paraguaios, se deslocaram desde o Rio Piquiri até chegarem o local onde está localizada a atual Praça das Flores, hoje município de Mamborê. O acampamento passou a ser chamado por Allica de Natividad. Esse era o mais distante dos acampamentos pertencentes ao argentino, e também era o que ficava mais distante de sua base, no Rio Paraná, no período da intensa exploração da erva-mate pelas companhias empenhadas nesse negócio (HAHN e MORIGI, 2015, p. 260).

A intensa exploração de erva-mate na região, ao passo que permitia a instalação do povoamento e a vinda de novos moradores, também, trouxe grande devastação das florestas nativas.

Os trabalhadores de Allica viviam em condições precárias de trabalho e não podiam se rebelar sem serem castigados pelo capataz Santa Cruz, porém, houve uma grande rebelião e muitos trabalhadores foram mortos. A notícia dos maus tratos e da rebelião se espalhou e, não conseguindo contratar novos trabalhadores, Allica muda o nome do acampamento Natividad:

[...] trocou o nome para “Haamam-Amburê”. Na língua guarani “Haamam” significa “lugar distante” e “Amburê”, “reunião de pessoas”. Há controvérsias quanto à grafia da palavra na língua de origem, podendo também ser “Anmã Amburê”, significando “Muito Longe”. Há ainda uma terceira hipótese da origem ser, no guarani, “Amahâmborê” e significar “Juntação de Gente”, devido ao capataz de Dom Júlio Allica ter “juntado” trabalhadores às margens do rio Paraná para repovoar a antiga Natividad. Entre estas, a primeira hipótese é a mais aceita como verdadeira (OLIPA, 1998, s/n).

Com a Revolução de 1924 veio o declínio da exploração de erva-mate, de acordo com Hahn e Morigi (2015, p. 263), Dom Júlio Allica abandonou a região no ano de 1941. Vestígios de sua passagem podiam ser encontrados até recentemente. O segundo momento de ocupação do território de Mamborê ocorreu pela política de migração e ocupação territorial das fronteiras, que se intensificou a partir:

[...] da política de Marcha para o Oeste da década de 1930. Para o Estado, a presença dos estrangeiros nas fronteiras e sua entrada sertão adentram gerava certo desconforto, mas serviu para a intensificação de um discurso nacionalista e de preocupação com a segurança nacional. A política de ocupação instituída por Getúlio Vargas tinha como propósito articular um movimento de migração interna com objetivo de

nacionalizar as fronteiras e controlar o espaço geográfico da nação brasileira (HAHN e MORIGI, 2015, p.264).

Nesse período começaram a chegar famílias de brasileiros de várias partes do país para povoar “Haamam Amburê” que, a partir de 1927, passa a ser uma pequena vila chamada de Vila Mamburê. De acordo com Olipa (1998), a primeira família a se instalar foi a família Nogueira em 1925, posteriormente, em 1931, Léo Guimarães abre uma casa comercial deixando ao comando de Daniel Miranda e, na década de 1940, os irmãos Augusto Mendes dos Santos e Antônio Genciano dos Santos, também, instalam um comércio. Em 1951, Mamborê foi elevada à categoria de Distrito Judiciário do Município de Campo Mourão pela lei número 613 de 27 de janeiro de 1951. Na década de 1960, alguns moradores deram início ao movimento de emancipação de Mamburê e, em 25 de julho de 1960, através da Lei Estadual nº 4.245 e da publicação no Diário Oficial em 28 de julho do mesmo ano, passa a ser um novo município. Contudo, ao transcrever para o Diário Oficial, cometeu-se um engano, e o distrito foi registrado como “Mamborê”.

A Figura 2 representa as festividades relacionadas a criação do município, sendo estas constituídas por autoridades da época, moradores do municípios e alunos.



Figura 2: Vista parcial das festividades de criação do município de Mamborê.
Foto: cedida por Polon Radecki.

3.3 Memórias das praças de Mamborê

Em busca da história das praças de Mamborê, realizamos entrevistas com pessoas que vivenciaram o momento de formação da cidade, sendo eles: o agrimensor Polon Radecki, responsável pela medição das terras; a professora Tereza Santos Vieira, filha de um dos primeiros moradores, o senhor Frederico Renal; o senhor Armênio Coelho da Costa e, o senhor Ubiraci Pereira Messias, ex-prefeito por dois mandatos.

De maneira geral, podemos dizer que o planejamento das praças de Mamborê foi uma tarefa secundária, porque foi feito posteriormente. De acordo com a entrevista realizada pelo senhor Polon Radecki (2016), foram destinados noventa alqueires para o quadro urbano de Mamborê e, só depois de demarcadas as avenidas e os lotes, é que as praças e outros elementos foram estudados e localizados na malha urbana.

A primeira entrevista que realizamos foi com o senhor Polon Radecki (2016), agrimensor que veio de Laranjeira do Sul no ano de 1944, com 24 anos, para medir terras de Mamborê. Radecki conta que o governador Manoel Ribas estava preocupado com a invasão dos estrangeiros na região.

Aí de repente houve aquela revolta dos Paraguaiois contra Brasil, que iam invadir aqui. Paraguaiois já até apareceram em Campo Mourão, ai o governador que era Manoel Ribas, era da ditadura, diz: “- Não, eu não deixo ninguém entrar e invadir Campo Mourão vou chutar todo mundo de lá”. E aqui já tinha uns trinta moradores, que eram trabalhadores na lavoura. E os Paraguaiois começaram a judiar daqui da gente. “- Podem sair daqui porque aqui é nosso e Paraguai vai mandar até Campo Mourão.” Aquela ganância de ficar com essa região (RADECKI, 2016).

Assim que foi designado para medir as terras de Mamborê, partiu de ônibus até Guarapuava e de lá de caminhão com outros companheiros, guardas florestais, que ficavam ao longo do caminho em Pitanga, Roncador, Mamborê, Campo Mourão, Peabiru e Maringá e toda a região para fiscalizar e conter a invasão dos Paraguaiois e Bolivianos. Para Radecki (2016), a viagem foi demorada e muito difícil, porque não tinham muitas estradas abertas naquela época: “quando eu cheguei lá, aí eu conheci o Daniel Miranda não era paraguaio era boliviano [...] Daniel Miranda veio de Guarapuava para cuidar de um boteco do Léo Guimarães”.

De acordo com a entrevista realizada com Radecki (2016), a ajuda de Daniel Miranda foi imprescindível, pois por meio dele foi possível a comunicação com todos os moradores, na qual foi marcada uma reunião para explicar a situação de pagamentos, na ocasião havia aproximadamente trinta famílias. Diante disso, foi necessário formar uma equipe para realizar as medições, “olha eu preciso mais ou menos dez a onze pessoas, poceiros bons e um bom cozinheiro porque nós vamos morar no mato, vamos entrar no mato até terminar o serviço” (RADECKI, 2016).

Na Figura 3 cedida por Radecki observamos a abertura da Avenida Augusto Mendes dos Santos, a primeira a ser desbravada, em 1944.

Conforme abriam as avenidas, muitas famílias chegavam e iam escolhendo datas para construir casas e comércio. Quando perguntamos sobre as praças, como foram escolhidos os lotes para construção delas, Radecki (2016) destaca que tudo foi projetado depois, primeiro foi medido o quadro urbano para que as pessoas pudessem se localizar, depois decidiam as glebas que precisavam ser demarcadas com maior urgência e era feito o loteamento, posteriormente era pensado onde seriam as praças



Figura 3: Vista parcial da Avenida Augusto Mendes dos Santos na década de 1940.
Foto: cedida por Polon Radecki.

e outros elementos.

A Figura 4 possibilita fazer uma leitura do tempo e do espaço, pois apresentam aspectos sociais e econômicos da época, cujas dificuldades de infraestrutura predominavam na instalação de qualquer município do estado do Paraná, como por exemplo, as estradas de chão, caminhões predominavam como meio de transporte e haviam poucas moradias para atender o número de migrantes que chegavam de diferentes regiões do país.



Figura 4: Vista parcial da Avenida Manuel Francisco da Silva.
Foto: cedida por Polon Radecki.

A primeira praça de Mamborê foi a Praça Bolívar assim nomeada pelo senhor Polon Radecki em homenagem ao amigo Daniel Miranda, que era boliviano. No ano de 1982 por meio da Lei nº. 035/82 a Prefeitura de Mamborê autoriza a concessão para

exploração da lanchonete existente naquele espaço. Vejamos o que diz o artigo 1º e 2º:

Art. 1º - Autoriza o chefe do poder executivo municipal a efetuar a concessão de exploração do ramo de lanchonete pelo prazo de quinze (15) anos ao vencedor da concorrência pública a ser efetuada oportunamente. Art. 2º - A concessão objeto do artigo anterior somente será dada aos licitantes que se propuserem a construir com recursos próprios em local já terminado na Praça Bolíviar [...] e prédio onde funcionar a lanchonete, obrigando-se a seguir rigorosamente a planta do projeto elaborado pela Prefeitura Municipal, sujeitando-se também plano e prazo de concessão, a reverter ao patrimônio do Município o prédio e instalações fixas, à execução do mobiliário e instalações móveis, sem nenhuma espécie de indenização por parte do Município (LEI MUNICIPAL nº. 035/82).

De acordo com a lei municipal, percebemos que o poder municipal de Mamborê teve na época uma preocupação com o uso do espaço público estabelecendo algumas regras para a concessão da instalação da lanchonete. Porém, em 1982, essa praça passa a ser denominada de Praça das Flores por meio da Lei Municipal nº. 51/1982. Um ponto interessante é que nenhum dos entrevistados sabe exatamente porque a praça foi nomeada como tal, nem mesmo o prefeito da época, o senhor Ubiraci.

Também foi realizada uma entrevista com a senhora Teresa Santos Vieira (2016), que veio de Pitanga, em 1942, com sete anos acompanhando os pais e irmãos para Mamborê. Vieira (2016) expõe que quando chegou “só havia o espaço onde hoje é a Praça das Flores, coberto por grama nativa e muitos pinheiros velhos caídos. No entorno deste espaço havia duas casas de comércio (uma era do pai dela), uma escolinha e algumas casas”.

O terceiro entrevistado, o senhor Frederico Renal, com 86 anos de idade e está no município há 83 anos. Para ele a Praça das Flores foi o começo de Mamborê.

[...] lá tinha uma escolinha, uma escolinha e uma igreja de madeira derrubava os pinheiro lascava a madeira e fazia o rodeio e as coberta tudo com tabuinhas [...] as construções nessa época eram de madeira nativa e tudo era muito difícil, muita pobreza, a casa dele “*era um rancho [...] de chão batido não tinha esse negócio de soalho de madeira e esse calçamento de cerâmica [...], o fogão era fogão de barro bem grandão com uma chapa e umas panelona de terra*” (RENAL, 2016).

Para Renal (2016), com o passar do tempo, outras praças foram surgindo:

[...] aí começamos outra igreja, a gente foi crescendo. Mudamos uma igreja pra cá de madeira, onde é a matriz ali, foram derrubados os pinheiros, tirado a madeira e feito, não tinha serraria, depois veio, teve uma época que tinha 40 e poucas serrarias aqui dentro do município que serrava madeira para exportação, é. E daí a terceira atividade veio à plantação de soja, ai veio à plantação de soja, a pecuária. Daí a gente começou a ter o conhecimento de como é que ia desenvolvendo (RENAL, 2016).

De acordo com a Figura 5 percebemos um grande aglomerado de fiéis no entorno da igreja. Como o espaço não era mais suficiente, uma nova igreja foi construída em outra praça da cidade. Por meio desta figura pode-se destacar a função social da praça



Figura 5: Vista parcial da primeira igreja de Mamborê.
Foto: cedida por Polon Radecki.

no que tange aos aspectos religiosos desenvolvidos pelos moradores da época.

Outra entrevista realizada ocorreu na cidade de Ponta Grossa, onde reside o senhor Ubiraci Pereira Messias há mais de 30 anos. O senhor Ubiraci foi prefeito na cidade de Mamborê de 1977 a 1982. Já no final de seu mandato, morava em Ponta Grossa. Ele nos relatou as reformas que realizou na Praça das Flores (Figura 6).

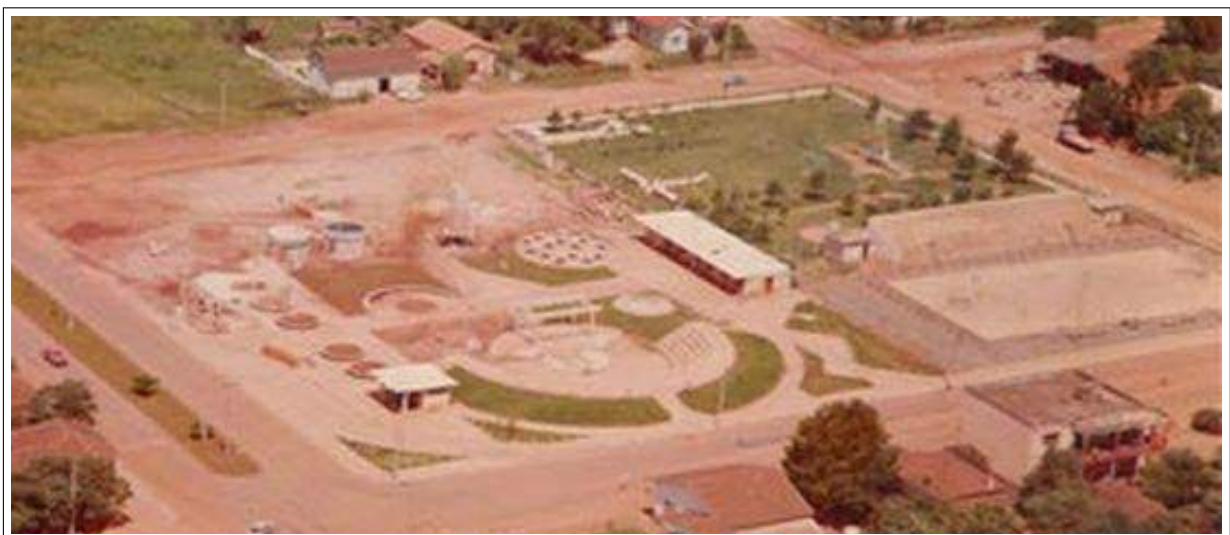


Figura 6: Construção e instalação de equipamentos na Praça das Flores na década 1970.

Foto: cedida por Ubiraci Pereira Messias.

[...] construimos um palco redondo para festividades, enfim para uma infinidade de coisas. Eu me lembro que na minha época

até o governador foi [...]. O pessoal sentava tudo ali e uma parte ficava em pé porque não cabia. Também fizemos essa *construçãozinha* ali para os agricultores menores, vamos dizer assim, vender frutas, vender galinha, enfim, no início uma vez por semana, depois passou a ser duas vezes por semana, mas fazia aquilo ali. Só fizemos a construção e eles vendiam na barraquinha e também funcionava Escola Infantil (Pré) de 2^a a 6^a feira (MESSIAS, 2016).

Como podemos perceber na fala do senhor Ubiraci Messias (2016), a Praça das Flores ganhou várias estruturas durante o seu mandato. Na Figura 7 “a praça está em construção e ao fundo aparece uma construção que de 2^a a 6^a feira funcionava uma Escola Infantil. (Pré). E aos sábados eram realizadas as feiras”.



Figura 7: Praça das Flores em construção.
Foto: cedida por Ubiraci Pereira Messias.

As novas estruturas possibilitaram a circulação de mais pessoas na praça, trazendo uma nova dinâmica ao local, pois atraíam pais, crianças, professores e funcionários durante a semana para a escola, e nos finais de semana atraía outro público que vinha fazer compras na feira do produtor.

O senhor Ubiraci Messias (2016), em sua entrevista, relembra que essas mesinhas que foram construídas na sua gestão eram utilizadas pelas “crianças na hora do recreio, por exemplo, as professoras usavam para realizar algumas atividades”. Outro espaço de grande relevância na Praça das Flores se refere à Mamborilândia, lugar no qual se concentravam instalados brinquedos do parque infantil. Na Figura 8 é possível verificar o uso desse espaço pelas crianças, sendo um dos principais atrativos para essa faixa etária na época.

Na Figura 9 é mostrada a primeira Prefeitura Municipal de Mamborê, que nesta época, estava localizada na avenida próxima à rodovia. Os moradores presentes na



Figura 8: Antiga Mamborilândia na Praça das Flores.
Foto: cedida por Ubiraci Pereira Messias.

foto estavam recebendo os Certificados de Dispensa de Incorporação (CDIs) no dia 30 de março de 1976.



Figura 9: Vista parcial da primeira prefeitura de Mamborê em 1976.
Foto: <http://trnoticias.com.br/fotoshistoricasmambore/index.html>.

Já no final da década de 1970 e início de 1980, gestão do Senhor Ubiraci, o poder executivo resolve construir sua sede no espaço da área central onde existia o educandário.

Até o ano de 1982, o prédio da rodoviária estava localizado na Praça das Flores (Figura 10), era uma construção de madeira onde a população embarcava e desembarcava para as outras cidades. Na gestão do senhor Ubiraci Messias (2016), foi construído de alvenaria o atual prédio da rodoviária e, pensando no conforto dos usuários, sendo instalada em outra localidade da cidade. Na Praça das Flores permaneceu um ponto de ônibus para que as pessoas da região tivessem outra opção.

Na Figura 11 é possível visualizar o ponto de ônibus de alvenaria que foi instalado, servindo como local de embarque e desembarque de passageiros.



Figura 10: Rodoviária antiga na Praça das Flores.

Foto: <http://trnoticias.com.br/fotohistoricasmambore/index2.html>.



Figura 11: Ponto de ônibus na Praça das Flores.

Foto: cedida por Ubiraci Pereira Messias.

Na entrevista com o senhor Ubiraci, outro elemento chama a nossa atenção, quando ele relembra como era o campo de futebol onde era localizado na Praça das Flores.

[...] na verdade essa praça inteira aqui era o campo de futebol antigamente, era o estádio era isso aí, até na verdade, sessenta e três e sessenta e quatro por aí eu era presidente do time de futebol lá. Era um rapaz novo, solteiro, nós construímos o estádio, tinha o campo só, o gramado [...] fechamos e fizemos um estádio nós contratamos uma marcenaria, eles forneceram a prazo as madeiras e nós fechamos o estádio (MESSIAS, 2016).

Dessa forma podemos entender que a Praça das Flores sempre teve funcionalidades interessantes para a população desde o início da fundação de Mamborê, sendo um espaço de socialização entre os moradores. Vale destacar que esse espaço público foi sendo remodelado de acordo com o interesse da sociedade. Por exemplo, no ano de 2000, o ginásio foi coberto para sediar a fase regional de uma competição esportiva e, em 2012, o parque infantil foi revitalizado ganhando brinquedos de madeira e pneus reciclados, na mesma época, houve a construção do novo campo de futebol.

A senhora Tereza Santos Vieira (2016) relembra alguns eventos realizados na Praça das Flores, como a vinda de helicóptero do exército para vacinar a população, apresentação de circos, parques, shows de artistas e de sanfoneiros, além de ter o primeiro campo de futebol e o primeiro estádio cercado da cidade.

Nesta praça foram realizadas as primeiras festas em comemoração ao aniversário de Mamborê com barracas improvisadas cobertas com folhas de palmeiras e exposição de gado. Vale salientar que antes da construção do atual parque de exposição, as festas de aniversário (Figura 12) do município de Mamborê aconteciam na Praça das Flores, naquela época se comemorava no dia 28 de julho.



Figura 12: Festa do aniversário de Mamborê na década de 1980.

Fonte: <http://trnoticias.com.br/fotoshistoricasmambore/index2.html>.

De acordo com a Figura 13 é possível visualizar o grande número de moradores de Mamborê que frequentavam a Praça das Flores. Era uma verdadeira socialização entre crianças, jovens e adultos, tudo era bem planejado e organizado e as festividades aconteciam e ficaram registradas na memória de muitas pessoas da época, sendo muito diferente dos dias atuais.

Durante a entrevista o senhor Ubiraci relata que na Figura 13 “como estão hasteando Bandeiras devia ser uma solenidade cívica, provavelmente sete de setembro. Na época era utilizada na vinda de autoridades Governador e Secretários de Estado, para apresentações de bandas e conjuntos musicais, festa da viola, escolas e etc”.

O senhor Armênio Coelho da Costa (2016) destaca em sua entrevista que:

A Praça das Flores quando fizeram ficou muito bonita, ai foi abandonando porque fizeram a outra praça em 1982 [...]. A Praça das Flores era bem bonita muito aconchegante, tinha som, tudo iluminada ai foram abandonando, agora que estão fazendo uma feira lá e tão reformulando, ela era muito bonita (COSTA, 2016).

Dessa forma entendemos que muitos elementos ficaram na memória do senhor Armênio quando expressa as palavras “muito bonita”, “aconchegante” e “iluminada”. Elementos positivos ao seu olhar, porém não deixa de enfatizar o problema ocorrido



Figura 13: Solenidade na Praça das Flores.
Foto: cedida por Ubiraci Messias Pereira, 2016.

em gestões posteriores, o caso do abandono e agora a revitalização da mesma. Costa (2016) apresenta em sua entrevista algumas lembranças vivenciadas sobre a Praça das Flores e relembra de algumas atividades que aconteciam na época do senhor Ubiraci:

[...] faziam bastantes festas ali, todo sábado e domingo convocavam o povo, trazia um conjunto, tocavam e dançavam ali [...]. Era bem animado, agora está meio abandonado, amanhã tem feira ali, eles fazem uma apresentação, fazem até dança. Mas no tempo do Ubiraci toda semana tinha festa ali [...]. Ele trazia um conjunto e começava tocar às 4 da tarde e ia até 10, 11 horas. . . meia noite. O povo participava, dançavam era uma das principais coisas que acontecia no final de semana (COSTA, 2016).

Dando continuidade na entrevista, Costa (2016) enfatiza que o senhor Ubiraci proporcionava na Praça das Flores atividades para os moradores com “som, tudo iluminado e a turma dançava ali, o povo sentava na arquibancada [...]. Tudo era muito bonito, era assim novo, era tudo com calçadinha, bem bonito. O povo sentava pra namorar ali na praça e tudo, agora estão arrumando vamos ver como vai ficar, que ali virou feira”. Na atualidade, a Praça das Flores vem passando por um processo de revitalização, alguns equipamentos e estruturas antigas ainda persistem, outros estão sendo substituídos.

Ainda nas memórias do senhor Armênio Costa (2016), “em 1968 houve um incêndio no cinema, aí em 68 o cinema quebrou, deu tudo cinza, aí eu fui pra São Paulo fazer um curso de eletrônica e fiquei seis meses em São Paulo aprendendo a consertar rádios e fabricar rádios e voltei pra Mamborê” (COSTA, 2016). Quando retornou de São Paulo, o cinema foi reconstruído e reinaugurado no ano de 1966 com o nome de Cine Ópera. Além do cinema, entre os anos de 1963 e 1966, o senhor Armênio realizava a transmissão da Rádio Educadora de Mamborê. A rádio funcionava em média 10 horas diárias com intervalo para esfriar os equipamentos e os próprios moradores eram

responsáveis pela programação.

Na sequência, serão apresentadas as análises das entrevistas realizadas referente à Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon que é a única em formato circular na cidade (Figura 14) e foi projetada para facilitar a circulação de veículos. No entanto, podemos notar que a função estética é destacada e, embora não haja uma grande variedade de plantas ornamentais que contribuam com a estética do local, ela serve como elemento de embelezamento urbano. Isso pode ser explicado porque na época de sua construção ela ficava em frente à Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal 06/1965, ou seja, naqueles tempos ainda não havia sido construído o atual prédio da Prefeitura Municipal e nem o atual prédio da rodoviária.



Figura 14: Vista parcial da Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon.
Foto: cedida por Ubiraci Messias Pereira, 2016.

Inicialmente sendo projetada para embelezar o espaço urbano e facilitar o trânsito na região, a praça perde parte de sua função com a transferência do prédio da Prefeitura Municipal para a área central da cidade.

O senhor Ubiraci (2016), ao se referir a Praça Marechal Candido Rondon, destaca que o traçado da cidade foi feito por Polon Rodecki que “fez essa organização, meio oval na planta que organizou [...] daí ficou aquela praça, que também se eu não me engano só tinha também os meios fios”.

Atualmente, essa praça não é muito utilizada pela população, talvez pelo seu formato, talvez por ser pouco convidativa ao uso ou talvez pela baixa manutenção do local. Das praças estudadas, essa é a única que não tem projeto de revitalização apresentado pelo Setor de Planejamento da Prefeitura.

A Praça João Szesz, quando construída, recebeu o nome de Praça 28 de Julho em homenagem à emancipação de Mamborê e a criação do novo município. A Lei Municipal nº 17/89 proíbe a realização de festas de caráter público na Praça 28 de Julho. Essa Lei foi criada no mandado do prefeito Ubiraci Pereira Messias, dentre as atribuições do decreto destacam:

Art. 1º - Fica proibido a realização de festas de caráter público na Praça 28 de Julho, nesta cidade, bem como a entrada de veículos na

mesma. Art. 2º - As proibições em pauta são para zelar e preservar os bens públicos existente nesta praça, já que Mamborê possui a Praça das Flores, construída para essa finalidade, com barraquinhas próprias, arquibancadas, local apropriado para apresentação de artistas, conjuntos etc. (LEI MUNICIPAL, 17/89).

Diante disso, entendemos que, à época da gestão do Senhor Ubiraci, a Prefeitura Municipal de Mamborê em conjunto com Câmara Municipal de Mamborê teve todo cuidado em preservar o patrimônio público da Praça 28 de Julho, tendo em vista as diferentes funcionalidades existentes entre essa praça e a Praça das Flores conforme evidencia a Lei n. 17/89.

No ano de 2001 a Praça 28 de Julho teve o seu nome alterado pela Lei Municipal 015/2001, para Praça João Szesz (Figura 15). Essa praça foi projetada para ser a praça central da cidade, com funções claras de embelezamento e auxílio à circulação de pessoas, tanto que em seu entorno encontramos os principais prédios públicos, a área comercial, algumas escolas, os bancos e a igreja matriz.



Figura 15: Vista aérea da Praça João Szesz.
Foto: cedida por Ubiraci Messias Pereira, 2016.

Para uma melhor compreensão a respeito da formação da Praça João Szesz, buscou-se por meio de entrevistas retomar algumas informações do passado que não foram registradas até o presente momento dessa pesquisa. Para o Senhor Ubiraci Pereira Messias (2016) esse espaço foi deixado por Polon Radecki quando realizou os primeiros traçados da planta de Mamborê. Neste espaço foi construída uma capela (Figura 16) na década de 1950, e em 1956, esta passou a ser a igreja matriz, com a criação da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição.



Figura 16: Vista parcial da capela construída na década de 1950.
Fonte: <http://trnoticias.com.br/fotoshistoricasmambore/index3.html>.

É importante destacar que a atual igreja foi construída na década de 1970, porém foi deixada a antiga igreja de madeira no seu interior para que as cerimônias religiosas fossem realizadas durante o período de construção.

Na Figura 17 é possível visualizar a Igreja com seus fiéis reunidos durante a cerimônia religiosa de troca de padres. Essa igreja foi demolida dando origem a atual.

Ao analisar a Figura 17, alguns elementos chamam a atenção, entre eles, a funcionalidade daquele espaço público no que tange aos aspectos sociais da época, vinculados à fé católica. As vestimentas dos homens, das mulheres e das crianças que estão presentes naquele lugar mostram características particulares daquele tempo. Conforme pode-se observar na foto, os tijolos atrás das pessoas seriam destinados a construção na nova igreja matriz, que teve início no ano de 1965.

É importante salientar que nas proximidades da igreja, em 1962, foi construído o educandário de Mamborê (Figura 18), instituição de grande relevância, que tinha como função transmitir o ensino para os primeiros moradores de Mamborê. Possuía uma estrutura organizada e contribuía para a formação de alunos, com objetivo de melhorar a qualidade de vida da população. Porém, no dia 20 de novembro de 1971, o educandário foi totalmente destruído por um incêndio e todas as atividades ali realizadas foram transferidas para outras localidades. Aqui destacamos a importância da fotografia para interpretar e compreender alguns elementos presentes na memória de alguns



Figura 17: Vista parcial da igreja matriz da paróquia Imaculada Conceição de Mamborê por volta de 1960.

Fonte:

<http://trnoticias.com.br/fotoshistoricasmambore/igreja-troca-padres-2.jpg>.

moradores que vivenciaram a história naquele período.



Figura 18: Vista parcial do educandário de Mamborê.

Foto: cedida por Ubiraci Messias Pereira.

Messias (2016) relembra alguns elementos que foram inseridos naquele espaço, sendo que alguns permanecem até os dias atuais, outros desapareceram e estão presentes somente na memória do entrevistado.

[...] construíram a igreja, construíram o salão que tem hoje lá, antigamente tinha a casa dos padres [...] depois foi desmanchada. No

fundo da igreja eles fizeram o salão e uma casa paroquial dos padres, que devem estar usando até hoje [...]. Na frente fechamos a rua e foi feita uma pracinha aqui pequena que recebeu o nome do Padre Ervino Schmitt (MESSIAS, 2016).

Na entrevista, Messias (2016) relembra o papel desempenhado pelo padre Ervino Schmitt:

[...] era um velhinho, era padre na concepção da palavra, ele atendia a pobreza, com ele não tinha horário, enfim, era de madrugada, de noite, ele visitava doente, ele não interessava em nada, servia aquela missão [...] assim colocamos na pracinha o nome dele [...] se não me falha a memória, meio ilegal até, porque se eu não me engano ele estava vivo ainda [...]. Na outra parte seria a Praça João Szesz e você sabe por que ela recebeu o nome de 28 de Julho? (MESSIAS, 2016).

Diante das considerações apresentadas, a nova igreja (Figura 19) foi construída com a finalidade de atender as cerimônias religiosas, tendo em vista que a população de Mamborê aumentava, apresentado novas formas e estruturas, porém com a mesma finalidade.



Figura 19: Vista parcial da Igreja Matriz de Mamborê.
Foto: cedida por Vilson Olipa.

Outro elemento que podemos destacar foi a transferência da sede do Poder Administrativo de Mamborê que estava instalado nas imediações da Praça Mariano Candido Rondon para o local do educandário, que foi incendiado e nunca mais reconstruído. A Figura 20 mostra o início da construção do Paço Municipal de Mamborê.

A construção da Prefeitura Municipal de Mamborê foi uma obra de grande relevância para o município, por ser a nova sede administrativa, concluída em 1981. A Figura 21 mostra a capa do convite e o próprio convite para a cerimônia de inauguração da nova sede.

Na Figura 22 é possível visualizar a Prefeitura Municipal de Mamborê após a sua inauguração como sede administrativa do município nas proximidades da Praça



Figura 20: Vista parcial da construção da Prefeitura Municipal de Mamborê.
Foto: cedida por Vilson Olipa.



Figura 21: Capa do convite e o próprio convite da inauguração da Prefeitura de Mamborê.

Foto: cedida por Ubiraci Messias Pereira.

João Szesz.

Na Figura 23 é possível visualizar a entrega de Certificados de Dispensa de Incorporação em 1986, ocorrido na Praça João Szesz em frente à nova prefeitura. Essa atividade congregava um grande número de jovens e autoridades que se reuniram para a entrega do referido documento.

A Praça João Szesz é uma grande área arborizada e muito utilizada pelas pessoas que circulam pelo centro da cidade à noite e nos finais de semana o movimento é de pessoas que frequentam a igreja e os quiosques de alimentação instalados na



Figura 22: Vista parcial da Prefeitura Municipal de Mamborê em fevereiro de 1981.

Fonte: <http://trnoticias.com.br/fotoshistoricasmambore/prefeitura-capas-revista-ubiraci.jpg>



Figura 23: Entrega das CDIs na Praça João Szesz em 1986.

Fonte:

<http://trnoticias.com.br/fotoshistoricasmambore/dispensa-militar-11b.jpg>

praça é maior. Na área central, há uma construção que já foi utilizada como restaurante e, atualmente, esse espaço abriga o Conselho Tutelar do município.

Desde a época de sua construção, poucos elementos foram incorporados nesse espaço, porém, há um projeto de revitalização da praça, que, quando concluído, trará muitos elementos para o conforto dos usuários.

Desta forma, podemos compreender que por meio da história oral e do uso das fotografias foi possível compreender um pouco mais a história das praças de Mamborê, alguns elementos do entorno dessas praças foram identificados e inseridos na construção desse capítulo. Devemos entender a praça como um dos elementos integradores do espaço urbano, com suas características, formas, funções, estruturas

e processos, que sofrem influência do passar do tempo, dando novas características a esses ambientes. A construção desse capítulo só foi possível pelo apoio recebido dos sujeitos pesquisados, que contribuíram com as entrevistas e cederam fotografias que foram utilizadas nas análises.

No último capítulo buscamos entender essas praças nos dias atuais por meio de quatro categorias propostas por Milton Santos (estrutura, processo, forma e função). Também serão apresentados dados de entrevistas seguido das análises dos projetos de revitalização da Praça das Flores e da Praça João Szesz.

CAPÍTULO 4

AS PRAÇAS NO CONTEXTO DA PEQUENA CIDADE DE MAMBORÊ: USOS E FUNÇÕES

Por fim, é o movimento da sociedade, a luta de classes como motor da história que age no sentido de produzir as transformações recentes da economia nesses centros pequenos.
(SPOSITO; SILVA, 2013, p. 63).

Neste capítulo realizamos uma análise da Praça João Szesz, da Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon e da Praça das Flores, tendo como parâmetro as categorias proposta por Santos (1985): forma, função, processo e estrutura que, juntamente com as enquetes de opinião realizadas com usuários e o levantamento dos aspectos quantitativos e qualitativos dos equipamentos e estruturas existentes em cada uma das praças, permitiram interpretar de forma integrada todos os elementos que compõem as praças.

Ainda neste capítulo, baseado nas enquetes de opinião dos usuários, temos o intuito de contribuir com as futuras implementações ou reformas para cada uma das praças, apontando os itens que necessitam de maior atenção por parte do poder público municipal, sempre pensando no conforto dos usuários.

Todas as cidades grandes, médias e pequenas apresentam a necessidade de um centro identificável e, ainda que se tenha novos espaços administrativos na periferia, o centro dessas cidades continuaria sendo o lugar das práticas políticas, sociais, religiosas e culturais. Nas pequenas cidades, todas essas práticas constitutivas da identidade da população são desenvolvidas na praça. Dessa forma, podemos afirmar que uma praça de pequena cidade apresenta uma maior apropriação por parte da população, pois desempenham várias funções num mesmo local, enquanto que, numa grande cidade, as formas de uso e as funções se dividem pelas diversas praças existentes.

Numa pequena cidade geralmente se destaca o “centro” urbano, que é o principal ponto de encontro e de referência de toda a população, na cidade de Mamborê não é diferente. A Praça João Szesz (Figura 24) está localizada na área central da cidade, próximo aos principais comércios, como farmácias, lojas e bancos, e ainda, à órgãos

públicos como a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores, algumas escolas, a biblioteca municipal e algumas residências. Quanto à sua forma, é retangular que, segundo De Angelis (2000, p. 1148), é uma característica de praças originárias do “cruzamento de quatro vias, sendo duas a duas paralelas entre si”.

A Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon é a única praça que possui forma circular da cidade e está localizada perto da Rodoviária, da Capela Mortuária e residências no entorno. De acordo com De Angelis (2000, p. 1147) esse tipo de praça contribui com a “distribuição do trânsito formada por uma via que as circunda, onde desembocam outras vias”.

A Praça das Flores está localizada na entrada da cidade, em seu entorno encontramos comércios como lojas agrícolas, sapatarias, tornearias e hotel e, também, encontramos residências. Esta praça possui forma retangular. No mapa da Figura 24 é possível verificar a distribuição espacial das praças pesquisadas na malha urbana de Mamborê e também as figuras relacionadas a cada uma das praças.

4.1 As estruturas, os equipamentos e os mobiliários das praças: uma análise quali-quantitativa

A análise a seguir tem como parâmetro as categorias propostas por Milton Santos (1985): forma, função, processo e estrutura. Essa análise permite interpretar as principais praças de Mamborê de forma integrada com todos os elementos que as compõem. Para Santos (1985), a forma é o aspecto visível de uma coisa, ou seja, refere-se ao arranjo ordenado de objetos que compõe um padrão espacial. Sendo assim, da materialização do espaço aos objetos geográficos que foram produzidos em determinados momentos históricos, tudo é dirigido pelo presente, não se devendo ignorar o seu passado, que está constituído de formas herdadas com características específicas de cada época. Dentre os objetos, destacamos o mobiliário e os equipamentos que se encontram instalados nas praças. Para Ferrari, o mobiliário é o:

[..] conjunto de elementos materiais localizados em logradouros públicos ou locais visíveis desses logradouros e que complementam as funções urbanas de habitar, trabalhar, recrear e circular: cabinas telefônicas [...] postes, torres, abrigos e pontos de parada de ônibus, bebedouros, sanitários públicos, monumentos, chafarizes, fontes luminosas etc. (FERRARI, 2004, p. 240).

Nesse sentido, o mobiliário e os equipamentos existentes nas praças podem ser classificados desde os elementos mais simples como bancos, lixeiras, iluminação, ponto de água, até os mais complexos como obras de arte, parques infantis, equipamentos físicos para a terceira idade, edificações institucionais, templos religiosos, dentre outros. A Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon (Figura 24), dentre as pesquisadas, é a que apresenta menor complexidade nos elementos que a compõe, pois possui apenas bancos e iluminação.



- Praça das Flores
- Praça João Szesz
- Praça Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon

Fonte: IBGE, IPARDES, Prefeitura municipal de Mamborê
Organizador: PAGLIARINI, S.N.

Figura 24: Distribuição das Praças na Cidade de Mamborê.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

Na Praça João Szesz (Figura 24), encontramos bancos, iluminação, lixeiras, ponto d'água, banheiro público, equipamentos físicos para a terceira idade, edificações institucionais, dentre outros. A Praça das Flores (Figura 24) está passando por uma reforma e novos equipamentos poderão ser incluídos neste processo, até o momento encontramos parque infantil, quadra esportiva coberta, campo de futebol, pista de skate, lugar para apresentações (palco) e banheiro público.

Para De Angelis (2008, p. 1451), os bancos são considerados um dos elementos essenciais, pois ao “[...] pensar em uma praça, surge como uma das primeiras associações de idéias o descanso, o sentar-se, o conversar, contemplar ou, simplesmente, tomar sol”. Na Praça João Szesz os bancos são de concreto e possuem encostos, são bem conservados e encontram-se bem distribuídos ao longo dos caminhos permitindo o uso das pessoas que frequentam esse espaço público. Na Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon encontramos bancos de cimento, sem encosto e em boas condições de uso apenas em sua borda. Na Praça das Flores encontramos apenas um banco de cimento e sem encosto em condições de uso, no perímetro do parque infantil encontramos bancos de madeira com encosto. As fotografias da Figura 25 exemplificam alguns dos bancos presentes nas praças estudadas.



(a) Praça João Szesz

(b) Praça Marechal Candido Maraiano Da Silva Rondon



(c) Praça das Flores

Figura 25: Bancos das praças pesquisadas.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

As edificações institucionais sempre estiveram presentes em praças públicas. São edifícios ligados ao lazer ou a administração pública, como escolas, biblioteca pública, teatros, dentre outros. Segundo Benevolo (1993), as edificações institucionais sempre estiveram presentes neste espaço público, a origem está no fórum romano em

que a praça era rodeada por edifícios públicos, ligados ao lazer (como teatro, anfiteatro e termas), além de palácios e edifícios administrativos. Apenas na Praça João Szesz encontramos uma edificação institucional (Figura 26), o Conselho Tutelar que está em boas condições de uso.



Figura 26: Prédio Institucional – Conselho Tutelar de Mamborê.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

O ponto de água é um elemento fundamental para as pessoas que usufruem desse espaço, pois além de servir como bebedouro de água para o consumo dos usuários, serve para a limpeza e irrigação dos canteiros. Esse elemento só foi verificado em duas das três praças, na Praça João Szesz e no parquinho da Praça das Flores (Figura 27).



(a) Praça João Szesz

(b) Praça das Flores

Figura 27: Ponto de água das praças das Flores e João Szesz.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

As lixeiras são itens indispensáveis para qualquer espaço público. Para atender a sua função, precisam estar em boas condições de uso, bem distribuídas pelo espaço e de manutenção regular para retirada dos materiais depositados. As lixeiras das

praças pesquisadas (Figura 28) precisam de maior atenção, pois na praça João Szesz encontramos apenas 3 lixeiras (número insuficiente para atender a área total da praça) que apresentam estado regular de conservação. Na Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon não encontramos nenhuma e, na Praça das Flores, devido o processo de revitalização foi difícil analisar a quantidade e a qualidade desse item, no parque infantil as lixeiras foram confeccionadas com madeira.



(a) Praça João Szesz

(b) Praça das Flores

(c) Praça das Flores

Figura 28: Amostra de algumas lixeiras das praças estudadas.

Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

Outro elemento de grande importância numa praça é a iluminação, este item permite o uso, o acesso e a permanência dos usuários no período noturno, além de colaborar com a segurança do espaço público. As praças João Szesz e Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon apresentam postes de iluminação bem distribuídos, espalhados por toda a praça, instalados próximos aos caminhos (Figura 29). A iluminação noturna, nestas praças, é moderada e possui tonalidade amarela, gerando sensação de conforto. Ao aplicar a metodologia de Carvalho (2001) classificamos a iluminação das praças como boa, uma vez que o estado de manutenção e conservação são bons, não apresentam luminárias quebradas ou queimadas, há um bom número de postes, que são suficientes para proporcionar uma boa luminosidade, e os postes não estão localizados próximo às copas das árvores, o que prejudicaria a iluminação.

Na atualidade, como se sabe, o número de pessoas da terceira idade tem aumentado. Nesse sentido, as academias de terceira idade (ATI), ou academias ao ar livre, têm se tornado presentes em vários espaços públicos, principalmente nas praças. Porém, essas ATIs não são de uso exclusivo para as pessoas dessa faixa etária, podem ser utilizados por toda a população, principalmente, por quem deseja sair do sedentarismo e procura os benefícios da ginástica, saúde e melhor qualidade de vida.

No caso das praças em estudo, encontramos ATIs apenas na Praça João Szesz, que estão em excelente estado de conservação. No entanto, como vemos na Figura 30 são mais utilizados pelas crianças como um parque infantil do que pela população adulta e/ou idosa de Mamborê.



(a) Praça João Szesz

(b) Praça Marechal Rondon



(c) Praça das Flores

Figura 29: Alguns postes de iluminação existentes nas praças pesquisadas.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

Os quiosques de alimentação são outros elementos que podem ser encontrados em várias praças. Na Praça João Szesz encontramos quatro *trailers* de metal, três funcionam aos finais de semana no período da noite e um não está em funcionamento. De acordo com informações obtidas juntos aos responsáveis pelos quiosques/*trailers*, os quiosques não foram construídos pelo município, a prefeitura fez uma concessão sem muita formalidade, no entanto, os donos desses estabelecimentos têm conhecimento que com a reestruturação da praça e a construção do calçadão haverá licitação para ocupar os novos pontos. Na Praça das Flores funciona um ponto comercial de manhã e à tarde durante a semana. Neste local funciona um ponto de ônibus e, desde a sua construção na década de 1970 a prefeitura faz a concessão para a mesma família. Na Figura 31 estão representados os quiosques existentes nas praças pesquisadas.

Quanto à pavimentação e aos caminhos, a Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon é pavimentada por blocos sextavados de concreto que estão em



Figura 30: Academia da terceira idade ou Academia ao ar livre.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

bom estado de conservação e o traçado é adequado para a passagem dos pedestres. A Praça João Szesz é pavimentada por asfalto e seu traçado facilita o acesso e a circulação de usuários em diferentes áreas da praça, inclusive em dias de chuva, pois a pavimentação encontra-se em bom estado de conservação. A Praça das Flores é pavimentada por cimento e em algumas partes por blocos sextavados, ambos precisando de manutenção, espera-se que as atuais reformas melhore o traçado e a qualidade da pavimentação. Na Figura 32 pode-se observar como é a pavimentação das três praças.

Na atualidade, é muito comum encontrar parque infantil nas praças públicas. Esse item é um elemento de grande atração das crianças nos finais de tarde e nos finais de semana. Desde que em boas condições de uso, atrai famílias para desfrutar desse ambiente. Apenas a Praça das Flores (Figura 33) possui este elemento e atrai muitos usuários ao local principalmente nos finais de semana. É um espaço amplo onde as crianças podem correr livremente, brincar nos balanços e utilizar gangorras, escorregadores e outros brinquedos que são confeccionados de madeira e pneus reciclados. O parque infantil possui três portões de acesso, é murado por tábuas de madeira, dispõe de bancos para a permanência dos pais e também lixeiras.

A igreja é um elemento muito comum de ser encontrado nas proximidades de



(a) Praça João Szesz

(b) Praça João Szesz

(c) Praça João Szesz

(d) Praça das Flores

Figura 31: Quiosques de alimentação.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.



(a) Praça Marechal Rondon

(b) Praça João Szesz

(c) Praça das Flores

Figura 32: Pavimentação das três praças estudadas.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

praças públicas e torna-se um dos principais atrativos de pessoas que circulam pela praça para as cerimônias religiosas, principalmente nos finais de semana. Como salientamos no capítulo anterior, na Praça das Flores foi construída a primeira igreja católica da cidade, sendo posteriormente transferida para o local onde está hoje, ao lado da Praça Padre Ervino, que é contínua à Praça João Szesz. Nos finais de semana e dias de missa muitas pessoas circulam por ela (Figura 34).

Outro elemento relevante é a identificação dos logradouros públicos que têm por finalidade homenagear pessoas, riquezas naturais e minerais, vegetação, fauna, flora, rios, entre outros (BOVO, 2009, p. 118). Na Praça das Flores, encontramos placa de identificação apenas no parque infantil. Na Praça João Szesz existem três placas de identificação que indicam o nome da praça, bem como o seu período de instalação,



Figura 33: Parque infantil na Praça das Flores.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.



Figura 34: Igreja matriz.
Foto: Vilson Olipa, 2016.

duas delas são antigas e já desgastadas pelo tempo e a mais recente está em ótimo estado. Na Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, a placa de identificação está em ótimo estado de conservação, livre de pichação e também de intempéries.

Os sanitários públicos são alguns dos itens mais complicados entre as estruturas instaladas numa praça pública, pois necessitam de atenção constante para garantir condições adequadas de uso. A Praça das Flores e a Praça João Szesz possuem sanitários em péssimas condições de uso, as estruturas estão danificadas e necessitam de reparos, estão sujos e possuem pichações, conforme pode ser visto na Figura 35. Para garantir a qualidade de uso destes sanitários públicos seria essencial uma equipe de limpeza permanente que zelasse pelo local evitando depredações e mau uso.

Antigamente era comum encontrar coretos nas praças públicas, hoje é mais comum encontrar palcos ou conchas acústicas. Entre as praças estudadas, apenas



(a) Praça João Szesz



(b) Praça das Flores

Figura 35: Sanitário público.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

a Praça das Flores possui um palco que, de acordo com as entrevistas, antigamente era bastante utilizado como palco para as apresentações de conjuntos musicais que terminavam em bailes (Figura 36). Hoje, porém, é utilizado uma vez por mês durante a feira do produtor, às quartas-feiras, para a realização da Garota da Feira.



Figura 36: Palco para apresentações na Praça das Flores.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

Para Bovo (2009, p.132), os pontos de ônibus e de táxi:

[...] não são considerados elementos integrantes das praças, porém é comum encontrá-los em vários logradouros. Percebe-se que tais estruturas são positivas do ponto de vista do deslocamento e do acesso das pessoas que utilizam esse tipo de transporte, porém essas pessoas não usufruem desses logradouros, seja para o lazer seja simplesmente para descanso, elas simplesmente passam por ali.

O senhor Ubiraci relatou durante a entrevista realizada que na Praça das Flores ficava a primeira rodoviária, que era feita de madeira. Com a inauguração da nova rodoviária, permaneceu no local apenas um ponto de ônibus para que a população tivesse outra opção de embarque e desembarque.

A quadra esportiva é um item associado ao lazer esportivo e é comum em algumas praças na atualidade, muito embora este tipo de equipamento tenha sua origem nos Fóruns Romanos onde os usuários se exercitavam e cultuavam o corpo. Na Idade Média era o local de competições dos cavaleiros medievais. Hoje podemos encontrar quadras cobertas, campos de futebol, quadra de vôlei entre outros. Na Praça das Flores, encontramos duas formas de quadra esportiva: uma quadra coberta que é utilizada para jogos e treinos de futebol; e, um campo de futebol. Ambos os espaços possuem iluminação adequada que permitem o uso no período noturno. A quadra coberta (Figura 37) possui arquibancadas e banheiro público. Já o campo de futebol não possui arquibancada nem banheiro público.



Figura 37: Quadra esportiva e campo de futebol da Praça das Flores.

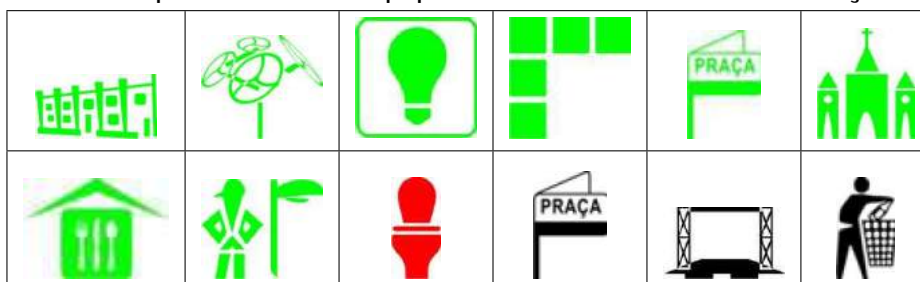
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

Hoje, com a telefonia móvel, os telefones públicos perdem cada vez mais importância nos espaços públicos, todavia é um item essencial que garante o acesso aos consumidores de baixa renda. Uma das preocupações com este item é a falta de manutenção. Apenas na Praça das Flores encontramos uma unidade, e ela está em boas condições de uso.

Assim sendo, apresentamos os principais mobiliários e equipamentos existentes nas praças em estudo. Todos eles contribuem de alguma forma com as funções desempenhadas pelos usuários, de faixas etárias variadas, que usufruem desse espaço. Após a análise de todos os equipamentos e mobiliários existentes em cada praça, apresentaremos uma síntese qualitativa dos equipamentos e mobiliários, levando em consideração a metodologia desenvolvida por Bovo (2009), bem como algumas sugestões, visando o melhor atendimento do público que usufrui destes espaços públicos.

Na Praça João Szesz verificamos um bom estado de conservação dos equipamentos públicos, entretanto, identificamos alguns elementos que poderiam ser acrescentados para o melhor uso desse espaço público (Quadro 4): a) instalação de um ponto d'água para que os usuários pudessem ter mais conforto ao utilizar a praça; b) instalação de um parque infantil para que as crianças tenham um local adequado para brincar e não utilizem os aparelhos da academia ao ar livre; c) instalação de mais lixeiras; e, d) manutenção da limpeza geral do logradouro, visto que fica na parte central da cidade e acaba sendo um cartão postal.

Quadro 4: Síntese qualitativa dos equipamentos e mobiliários da Praça João Szesz.

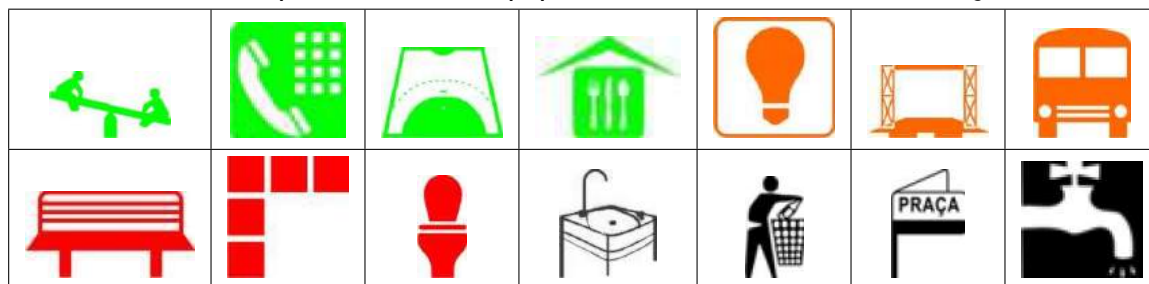


Fonte: Pesquisa de campo realizada por Tatiane Monteiro Ré, 2016.

Na Praça das Flores verificamos um bom estado de conservação do campo de futebol, do parque infantil, do quiosque de alimentação e da quadra esportiva. Contudo, na área de integração há péssima conservação, como: a) falta de limpeza deste logradouro; b) sanitário impróprio para uso; c) falta de bancos; d) pavimentação irregular; e, e) falta de ponto d'água ou bebedouro. Espera-se que a reforma desse espaço público possa atender melhor os seus usuários (Quadro 5).

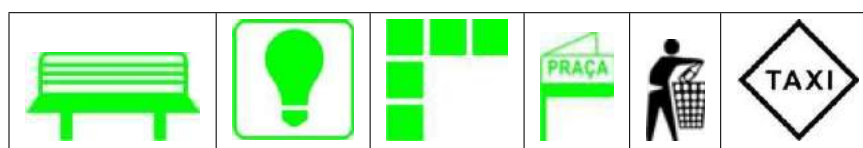
A Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon possui estado regular de conservação dos equipamentos (Quadro 6). Embora os caminhos estejam bem conservados, não é um lugar convidativo nem para a passagem, nem para permanência de pessoas no local, porque a disposição dos bancos (apenas no entorno) não convida a pessoa para “entrar” na praça, além de que, há presença de lixo, garrafas de bebidas alcoólicas e outros materiais espalhados. Assim, identificamos algumas insuficiências como: a) falta de lixeiras; b) falta de limpeza e corte da grama; e, c) falta de ponto de água para limpeza da praça.

Quadro 5: Síntese qualitativa dos equipamentos e mobiliários da Praça das Flores.



Fonte: Pesquisa de campo realizada por Tatiane Monteiro Ré, 2016.

Quadro 6: Síntese qualitativa dos equipamentos e mobiliários da Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon.



Fonte: Pesquisa de campo realizada por Tatiane Monteiro Ré, 2016.

4.2 Análise das funcionalidades das praças estudadas

A função da praça está diretamente relacionada com sua forma. Para Santos (1985, p. 50), “função sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa”. Desse modo, podemos ressaltar que a forma se reveste de função, ou seja, da tarefa desempenhada por algumas atividades, atribuindo um conteúdo social em razão das relações sociais ocorrentes em um determinado espaço.

Diante disso, a avaliação das funções desempenhadas pelas Praça João Szesz, Praça das Flores e Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon teve base na observação *in loco* dos usuários e nas enquetes de opinião, que permitiram evidenciar a presença das funções sociais, ambientais, estéticas e de circulação. Foram aplicados 20 formulários de enquete de opinião para cada uma das duas praças, Praça das Flores e Praça João Szesz. Na praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon não foram aplicadas enquetes devido ao baixo índice de usuários frequentadores.

Na Praça das Flores, predomina a função social, pois ela agrega elementos que atraem um público variado para a praça. Nas quartas-feiras, a feira (Figura 38) convida a família para comprar produtos comercializados pelos produtores da cidade, sendo possível encontrar desde itens rurais como frutas, verduras, pães até consumir pastéis, sucos, bolos entre outros.

De acordo com o projeto de reforma dessa praça, serão construídos dezesseis quiosques para acomodar os produtores. Esses quiosques e outras melhorias beneficiarão tanto os produtores, que terão instalações de melhor qualidade para vender seus produtos, quanto os compradores que terão um espaço mais agradável para fazer as compras e interagir com outros munícipes.



Figura 38: Feira do produtor.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

Também podemos destacar a presença de crianças treinando na quadra coberta e a presença de pais acompanhando. Outro equipamento importante para um grande número de usuários é o parque infantil, que atrai muitos pais e crianças nos finais de semana para brincar nos brinquedos.

Outro evento de grande destaque na Praça das Flores é o concurso da Garota da Feira (Figura 39), que acontece há vários anos e é organizado pela Feira do Produtor e pela Secretaria Municipal de Cultura e Esporte de Mamborê. O concurso acontece em três etapas durante o ano e muitas pessoas prestigiam o evento que promove, também, apresentações de danças, de capoeira, de fanfarra, de conjuntos musicais, dentre outros.

Quanto à função ambiental da Praça das Flores (Figura 40), destacam-se a ampla área sem construção que facilita a infiltração de águas, e a presença de poucas árvores. De acordo com o novo projeto que está sendo implantado, a função ambiental vai se destacar tendo em vista a presença de gramados, palmeiras e árvores que serão inseridos, contribuindo com os aspectos ambientais.

Dessa forma, entendemos que a Praça das Flores apresenta várias das funções desempenhadas pelas praças contemporâneas, como destaca Robba e Macedo (2002). A recreação por meio do lazer esportivo que acontece na quadra, o comércio e serviços que acontecem durante a feira do produtor, a circulação de pessoas que utilizam aquele espaço e também a parte cultural que acontece durante a seleção da garota da feira.

Na Praça João Szesz, verificamos a função social, ambiental e a de circulação. Em relação a função social, destacamos os eventos ligados às comemorações religiosas como festa da padroeira, terços, e cerimônias religiosas (Figura 41).

Outra função social de relevância que acontece na Praça João Szesz está relacionada às aulas de música que acontecem com grupos de jovens que se reúnem



Figura 39: Concurso Garota da Feira 2016.
Foto: Vilson Olipa, 2016.



Figura 40: Vista parcial dos aspectos ambientais da Praça da Flores.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

para realizar a atividade nos amplos gramados existentes (Figura 42).

Também encontramos famílias e jovens que utilizam os quiosques de alimentação da praça e, também, as pessoas que trabalham e frequentam o Conselho tutelar do município que está localizado na parte central da praça. Outra função que destaca é a de circulação de pessoas que utilizam os caminhos para se deslocarem para os prédios públicos como a prefeitura e câmara municipal, escolas, casa da cultura e dos principais comércios que encontram instalados nas imediações da praça.

Destacamos também a função ambiental (Figura 43) por ser um amplo espaço com amplos gramados, várias árvores e canteiros, que contribuem para o conforto ambiental.

Na Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, destacamos as funções estética e ambiental. Essa praça apresenta uma grande área verde com muita sombra,



Figura 41: Evento após novena de Natal.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.



Figura 42: Aula de música na Praça João Szesz.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.



Figura 43: Vista parcial dos aspectos ambientais da Praça João Szesz.
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

canteiros e árvores (Figura 44), porém, como não está localizada na área central e não apresenta estrutura que atraia e/ou possibilite a presença de pessoas no local, não é muito frequentada. Esse fato impediu a aplicação de questionário nessa praça.

Todas as atividades que acontecem nas praças ocorrem porque há acessibi-



Figura 44: Vista parcial dos aspectos ambientais da Praça Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

lidade nos mobiliários e equipamentos e, de acordo com Sun Alex (2008, p.25), a acessibilidade é um fator fundamental para o uso da praça. Baseado nos critérios de Stephen Carr (1995) foi possível classificar a acessibilidade em três tipos:

a) Acessibilidade física diz respeito à ausência de barreiras que impeçam que os usuários tenham acesso ao local. Entendemos desse modo, que o acesso físico está presente nas três praças do estudo a todos os usuários, desde que respeitados os caminhos que facilitam a circulação das pessoas que as utilizam, bem como respeitados os devidos usos pelas respectivas faixas etárias, como, por exemplo: o parque infantil para as crianças e a academia de terceira idade para os idosos.

b) Acessibilidade visual é a impressão que o usuário tem no primeiro contato visual. O acesso visual ou à visibilidade do local por parte das pessoas constitui parte da qualidade do local e define também o seu uso. Com isso queremos afirmar que perceber visualmente a organização dos equipamentos, dos mobiliários, das obras de arte, do serviço de manutenção, dentre outros elementos, propicia melhor uso da praça. A Praça João Szesz nos remete uma boa impressão visual e aponta traços de segurança por ser um ambiente amplo e de grande circulação de pessoas. A Praça das Flores também nos remete boa impressão nos períodos movimentados, como nos dias de feira, nos dias de treino e nos finais de semana quando tem movimento no parque infantil. Na Praça Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon encontramos lixo, muitas garrafas de bebida alcoólica, falta de cuidado com os canteiros e limpeza geral da praça, que não remete uma boa sensação de segurança, pelo menos em alguns períodos.

c) Acessibilidade simbólica diz respeito ao sentimento de rejeição ou exclusão que um dado indivíduo sente ao observar e pensar que o grupo predominante em tal lugar observado lhe restringe o acesso. No caso de nossos objetos de estudo,

embora tenham alguns elementos como o Conselho Tutelar, a quadra esportiva, a feira, o parque e os quiosques de alimentação, não foi possível observar sinais de que qualquer grupo de pessoas não seja bem vindo às praças, pelo contrário, estes elementos atraem a atenção de um público variado.

Entendemos desse modo, que a combinação dos três tipos de acesso pode tornar o espaço convidativo ao uso.

Diante das diversas funções desempenhadas pelas praças, buscamos compreender, por meio da enquete de opinião, quem são as pessoas que frequentam esses espaços públicos, tendo em vista o objetivo de identificarmos o convívio entre os usuários de diferentes níveis socioeconômicos e socioculturais.

4.3 Uma análise do perfil socioeconômico e cultural das pessoas que participaram da enquete de opinião

Das pessoas que participaram da enquete de opinião na Praça das Flores, encontramos 70% de homens e 30% de mulheres, sendo a maioria acima de 30 anos (80%). A renda mensal dos usuários identificados ficou representada da seguinte forma: (I) de um a três salários mínimos – 61,1% deles; (II) de quatro a seis salários mínimos – 22,2% deles; (III) de sete a dez salários mínimos – 11,1%; e, (IV) 5,6% deles não possuem renda (donas de casa ou estudantes). Em relação à escolaridade: (I) 25% possuem Ensino Fundamental; (II) 30% possuem o Ensino Médio; (III) 25% possuem o Ensino Superior; (IV) 15% possuem Pós-Graduação; e, (V) 5% não são alfabetizados.

O Gráfico 1, permite perceber as principais formas de uso da Praça das Flores, das quais destacam-se trazer crianças para se divertir (24% dos frequentadores), 21% utilizam para trabalhar e 17% para ir à feira. Os demais itens apresentam percentagens menores em relação aos itens anteriores. Esses itens foram observados no decorrer da pesquisa com a presença de pais e crianças no parque infantil, o que está diretamente relacionado com os equipamentos existentes no local, como: a gangorra, balanços, escorregadores, entre outros brinquedos que encontramos ali instalados. Outro ponto que mostra tal tendência foi que observamos pais trazendo filhos para treinos esportivos na quadra. O item trabalhar na praça decorre da presença de feirantes que comercializam produtos nos dias de feira, em consonância com o item ir para a feira, que diz respeito aos consumidores que frequentam a praça nesses dias para comprar os produtos oferecidos na feira.

Na Praça João Szesz, das pessoas que participaram da enquete de opinião, 42,1% são mulheres e 57,9% são homens, sendo 70% acima de 30 anos e 30% abaixo dessa idade. A renda mensal dos usuários identificados ficou representada da seguinte forma: (I) até um salário mínimo 30% deles; (II) de um a três salários mínimos 20% deles; (III) de quatro a seis salários mínimos 10%; e, (IV) não possuem renda 40%

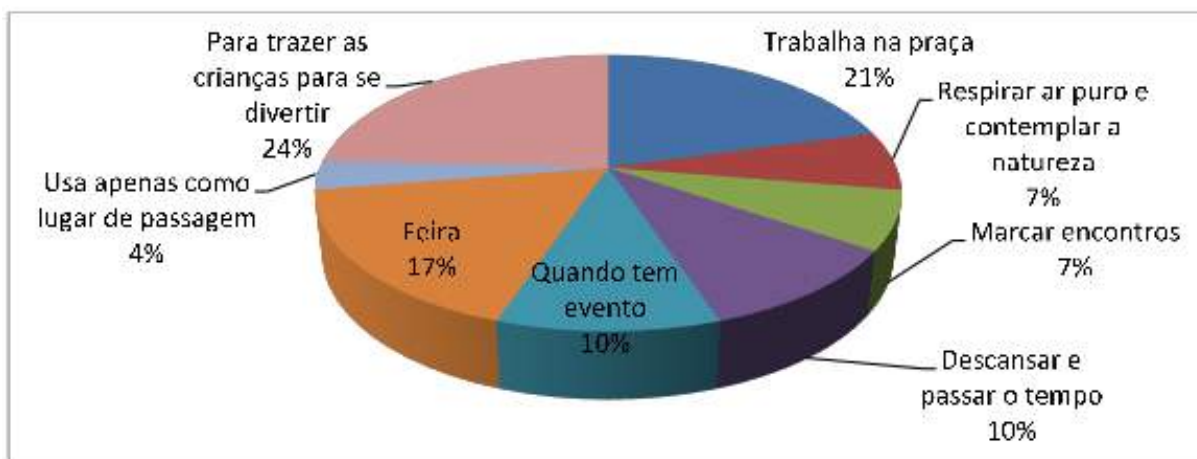


Gráfico 1: Gráfico sobre as formas de uso da Praça das Flores.
Foto: Pesquisa realizada por Tatiane Monteiro Ré, 2016.

(donas de casa ou estudantes). Em relação à escolaridade: (I) a maioria possui Ensino Fundamental, 55%; (II) possuem o Ensino Médio, 20%; (III) possuem o Ensino Superior, 15% deles e, (V) não são alfabetizados, 10% dos frequentadores. Evidenciamos, portanto, uma composição socioeconômica bastante variada do público que frequenta a Praça João Szesz, o que reforça a tese de a praça ser espaço democrático e não elitizado.

A análise do Gráfico 2 nos permite constatar que a principal forma de uso da Praça João Szesz é como lugar de passagem ou circulação (57%). Isso ocorre predominantemente pelo fato de que são pessoas que trabalham nas imediações, ou utilizam os caminhos para chegar até o seu local de trabalho, ou para ir ao comércio ou prédio público; os demais itens apresentam percentagens menores. Durante a pesquisa, ficou evidente esse tipo de uso, as pessoas mal podiam parar para responder a enquete porque precisavam ir a algum compromisso. Nos finais de semana, observamos pessoas nas lanchonetes e pessoas nas proximidades da igreja.

As análises realizadas permitem compreender que a população de Mamborê utiliza essas praças para diversas funções, porém, a manutenção regular dos equipamentos, a limpeza geral do logradouro, a manutenção no corte da grama e a inserção de alguns elementos proporcionariam maior conforto aos usuários e atrairia mais pessoas para usufruir do espaço público.

Quanto à estrutura, Santos (1985, p. 50) destaca que “implica a inter-relação de todas as partes de um todo, o modo de organização ou construção”. Nesse sentido, é importante salientar que devemos levar em consideração a combinação entre forma, função e estrutura, pois a mudança da estrutura implica também a mudança da forma, visto que as estruturas podem criar novas formas e mais adequadas às novas formas de uso do presente. Diante disso, a estrutura deve ser analisada na dicotomia espaço-tempo, sendo ela um produto imposto pela sociedade.

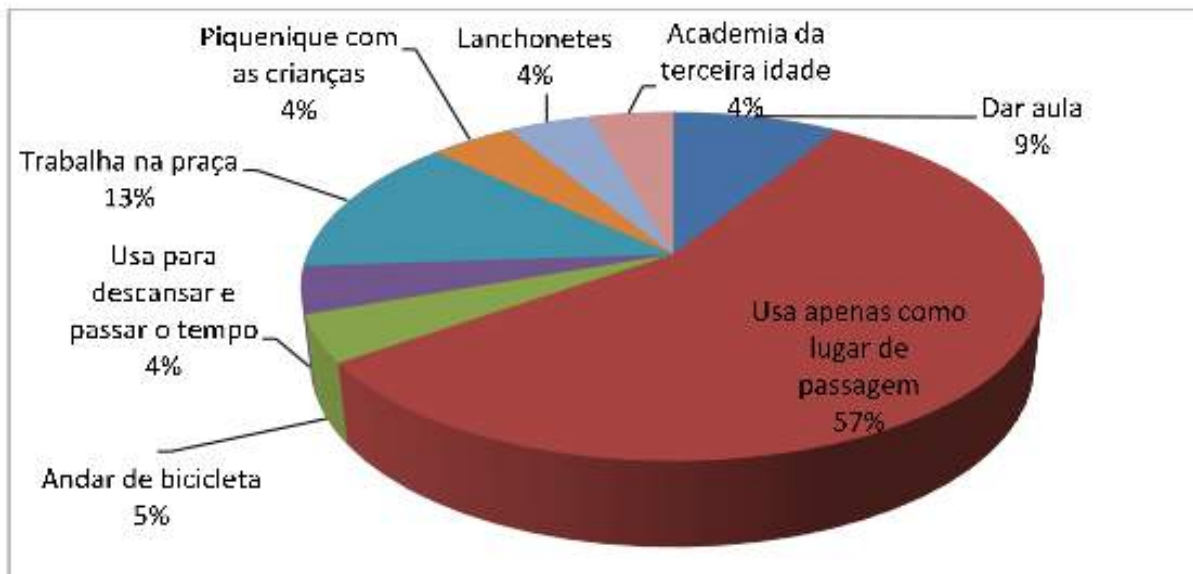


Gráfico 2: Formas de uso da Praça João Szesz
Foto: Pesquisa realizada por Tatiane Monteiro Ré, 2016.

Nesse sentido, é fundamental a compreensão de cada período para que se entendam as transformações ou se há inércia das formas. Por outro lado, a estrutura socioeconômica estabelece os valores dos diversos objetos geográficos num dado momento histórico. A estrutura atribui valores e funções determinadas às formas do espaço. No caso das praças estudadas, equipamentos e mobiliários foram acrescentados ao longo dos anos. Na sequência apresentamos fotos da Praça das Flores em diferentes épocas (Figura 45 e Figura 46).



Figura 45: Praça das Flores na década de 1940.
Foto: cedida por Ubiraci Pereira Messias, 2016.

A Figura 45 se refere a década de 40, cuja localidade tinha se transformado em uma pequena vila, conhecida na época como “Vila Mamburê”. De acordo com pesquisas realizadas por (MORIGI; BOVO E TÖWS, 2012, P. 7) “além de algumas casas residenciais das poucas famílias que viviam ali [...] havia algumas casas comerciais, algumas serrarias, uma Igreja Católica, armazéns e barracões utilizados para o abrigo

de animais e o armazenamento da produção agrícola”. O senhor Ubiraci Pereira Messias (2016) destaca que nesta localidade se encontrava a Praça das Flores e indica alguns elementos existentes na proximidade, como “o campo de futebol, na frente da construção, de cor branca, com 04 ou 05 janelas, que era o Clube Social – Guarani. Nessa foto já existia a capela. No canto de cá do campo, à direita, já tinha a rodoviária, que ficou encoberta na foto”.

Já na Figura 46 temos a vista aérea da Praça da Flores com a presença de várias estruturas e equipamentos que foram instalados em seu espaço. Essas transformações ocorrem em virtude das mudanças socioeconômicas e do crescimento urbano ocorridos na segunda metade do século XX, principalmente nos grandes centros urbanos, nas cidades médias e pequenas cidades do Brasil, como é o caso de Mamborê, que exige que os espaços modernos devem ser planejados funcionalmente. Diante disso surge a “linha moderna” para dar respostas às necessidades da sociedade, modificando assim algumas características de uso, dando ênfase ao lazer e de atividades voltadas à socialização e recreação de indivíduos em espaços públicos.

É neste sentido que se destaca o lazer ativo, o qual contempla quadra esportiva, brinquedos para crianças e áreas de caminhada. Porém o lazer contemplativo continua a existir, como pode ser observado nos espaços verdes existentes na Praça das Flores. Outro elemento apresentado se refere ao lazer cultural, sendo este representado pela arquibancada e o palco no centro. Contudo, esta linha moderna perde a rigidez formal e características ecléticas são inseridas no espaço da Praça das Flores, com formas mais sinuosas, proporcionando uma melhor circulação por parte dos usuários nos caminhos que foram projetados. Diante disso, a praça tem novas formas de uso sendo esta um elemento necessário para a cidade.

4.4 Uma análise dos novos projetos de revitalização de algumas das praças estudadas

A prefeitura, enquanto gestora, elaborou um novo projeto que se encontra em execução para a Praça das Flores (Figura 47). A elaboração gráfica expressa características da linha projetual contemporânea com cores e elementos que contrapõe ao estilo eclético de alguns elementos que foram planejados no projeto anterior. É possível constatar a inserção de dezesseis quiosques destinados aos feirantes, mais vegetação e reforma da pavimentação. A forma como foi planejada possibilita a inserção de outros equipamentos visando o uso da população.

Diante da implantação desse novo projeto na Praça das Flores e a sua relação com as características físicas e ambientais do entorno, alguns elementos já apresentados nessa dissertação devem ser retomados, ou seja, a vegetação, a acessibilidade e o mobiliário urbano.



Figura 46: Praça das Flores na década de 1980.
Foto: cedida por Ubiraci Pereira Messias, 2016.

Quanto à vegetação, em relação ao projeto anterior, é possível verificar pela Figura 47 que a área verde foi ampliada, dando mais harmonia ao ambiente no que se refere aos aspectos estéticos e ambientais. Esse novo projeto priorizou a circulação de pedestres nas proximidades dos quiosques onde será destinada a Feira do Produtor e também nas imediações da quadra esportiva e do palco, porém no entorno, apresenta amplos gramados.

Dessa forma, entendemos que os espaços com vegetação poderão ser utilizados pelos usuários que procuram se proteger do sol no período diurno. Essas pequenas áreas verdes são propícias para o descanso e encontro entre os usuários, porém cabe salientar que esses espaços não estão bem distribuídos ao longo dos caminhos, estando estes mais concentrados na proximidade da quadra esportiva. No projeto (Figura 47) destaca-se a utilização de palmeiras, contribuindo com o contato visual (estético) da praça, porém o porte desta vegetação não produz sombra que proteja e gere conforto adequado aos usuários. No desenho do projeto estão contemplados espaços para atividades culturais, como por exemplo, o palco. Esse espaço, da forma como foi projetado, contempla o sombreamento na medida em que a vegetação for se desenvolvendo, proporcionando assim um maior conforto aos usuários.

A acessibilidade é um elemento fundamental para a apropriação e uso do espaço público. Desta forma, devemos considerar a acessibilidade a partir de três tipos de acesso proposto por Sun Alex (2008): o físico, o visual e o acesso simbólico ou social.

De acordo com o novo projeto da Praça das Flores, o acesso físico não apresenta nenhuma barreira espacial ou arquitetônica que possa prejudicar a entrada ou a saída do espaço. Os caminhos de acesso nas laterais da praça, no entorno dos quiosques



Figura 47: Projeto da reforma da Praça das Flores.
Fonte: Prefeitura Municipal de Mamborê, 2016.

e da quadra de esportes são amplos, o que possibilita a circulação dos usuários. Já o acesso visual é livre na praça, não havendo limitações ou barreiras que impeçam a

visibilidade dos usuários. Os caminhos da praça deixam os locais visíveis ao usuário, o que contribui para o seu uso. No que tange aos aspectos simbólicos/social, o projeto não apresenta barreiras ou limitações aos usuários, exceto para os quiosques, os quais deverão seguir normas de gerenciamento definidas pelo poder público. Dessa forma entendemos que qualquer cidadão poder utilizar esse espaço.

Quanto às estruturas, no novo projeto, é possível visualizar a quadra externa, a quadra coberta, o palco, a pavimentação, os quiosques e os postes de iluminação nas proximidades da quadra. Não é possível visualizar no projeto detalhes quanto ao mobiliário.

Diante das considerações apresentadas referente ao novo projeto da Praça das Flores, fica evidente o estilo contemporâneo com a presença do seguintes elementos indicados por Robba e Macedo (2002): lazer esportivo, lazer cultural, recreação, contemplação, convívio social, comércio, serviços, circulação e cenário.

A Praça João Szesz (Figura 48), localizada na área central da cidade de Mamborê, possui amplos espaços gramados e vegetação e apresenta vários caminhos ligando as vias laterais que facilitam a circulação dos usuários. Essa proposta se encontra sustentada pelas tendências do estilo contemporâneo que objetiva a circulação entre os usuários, ou seja, a mobilidade e transmite a ideia de qualidade ambiental, visado tornar atrativa tanto para os habitantes quanto para os visitantes. Nela encontra-se instalado o prédio institucional onde funciona o Conselho Tutelar (anteriormente era uma lanchonete) e academia de terceira idade com aparelhos de atividade física.

A prefeitura de Mamborê enquanto gestora também elaborou novo projeto de revitalização para a Praça João Szesz (Figura 49). Ao observar o projeto é possível compreender as múltiplas relações entre os elementos que constitui a estrutura urbana e as suas inter-relações com o meio natural. O desenho visa a atender as necessidades dos frequentadores e também as características do entorno.

Para Sun Alex (2008, p.27):

Com critérios racionais de projeto, podem-se conferir as qualidades necessárias ao espaço do convívio social. O uso fornece elementos de articulação entre espaços públicos, promovendo e ampliando a diversidade dos usuários. Verificar o uso do espaço é fundamental para revelar as necessidades dos frequentadores e assinalar os pontos positivos e negativos dos lugares.

Sun Alex (2008) destaca os seguintes aspectos que devem ser considerados para a concepção de bons espaços públicos: a) articulação ao tecido urbano; b) integração à rua e integração à arquitetura; c) integração da arquitetura e o terreno da paisagem; d) articulação as características ambientais; e) necessidades de espaço para os usuários; f) participação dos usuários; g) qualidade na acessibilidade do espaço; e, h) redução de barreiras físicas e visuais.

Dessa forma, esses aspectos propostos por Sun Alex (2008) consideram os



Figura 48: Praça João Szesz antigamente.
Foto: cedida por Ubiraci Pereira Messias, 2016.

usuários dos espaços públicos como fator principal para a elaboração de qualquer projeto, pois sem eles não haveria sentido. Para Mark Francis (apud ALEX, 2008, p. 21):

Os espaços públicos são paisagens participativas, e o controle do usuário pode ser compreendido com base nas cinco dimensões propostas por Kevin Lynch para construir 'bons' ambientes: Presença, uso e ação, apropriação, modificação e disposição. A presença é o direito de acesso a um lugar, e sem ela o uso e a ação não são possíveis. Uso e ação referem-se às habilidades das pessoas de utilizar um espaço. Com a apropriação, os usuários tomam posse de um lugar, simbolicamente ou de fato. Modificação é o direito de alterar um espaço para facilitar o seu uso, e disposição é a possibilidade de desfazer-se de um espaço público. [...] Francis defende a provisão de espaços públicos variados para acomodar os habitantes dos diversos nichos e as diferentes necessidades da população, a ampla participação do usuário na elaboração dos projetos e na manutenção dos lugares e a garantia do acesso como pré-requisito para o uso e a apropriação de um espaço público.

Diante das considerações apresentadas no desenho do espaço público, a praça deve articular com as dimensões física, simbólica e visual, respeitando a história e a tradição cultural e urbanística de cada lugar. Assim sendo, o projeto do desenho da praça adequado ao entorno local, é aquele que atende as necessidades do usuário, aos aspectos físicos, socioculturais e históricos estabelecendo assim uma relação de



Figura 49: Praça João Szesz, projeto de reforma.
Fonte: Prefeitura Municipal de Mamborê, 2016.

identificação do usuário com o espaço e contribuindo de forma positiva para o uso.

O novo projeto elaborado preservou características do projeto anterior, respeitando as características do estilo eclético, como por exemplo, o traçado dos caminhos. Porém alguns elementos contemporâneos foram inseridos como a inclusão de cinco quiosques e de pergolados.

Também vale destacar que o novo projeto prevê a instalação de um chafariz, elemento decorativo que segundo Bovo (2009, p. 130) “teve origem no período renascentista, tornando-se comum em praças públicas, juntamente com as igrejas ou edifícios público [...] o chafariz em uma praça constituía um elemento fundamental, pois contribuía para atrair a população para aquele espaço. A revitalização da praça prevê ainda a instalação de uma concha acústica, reforma da pavimentação dos caminhos e

a inserção de vegetação”.

O processo de revitalização da Praça João João Szesz contribuirá para a melhoria das diferentes funções que a praça já vem desempenhando no meio urbano de Mamborê, dentre eles, lazer cultural, recreação, contemplação, convívio social, comércio, serviços, circulação e cenário e ambiental. Os amplos espaços disponíveis possibilitam a instalação de novos equipamentos e mobiliários visando ao atendimento da população.

A Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon (Figura 50) não apresenta nenhuma mudança desde a época da sua construção. É uma praça circular onde várias vias tem acesso e encontra-se instalada nas proximidades do terminal rodoviário, seus caminhos servem principalmente para a circulação de pedestres. É constituída de amplos gramados e vegetação. Atualmente a Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon se destaca pelos aspectos ambientais e estéticos (Figura 51). A prefeitura não apresenta nenhum projeto de revitalização para a praça.



Figura 50: Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon antigamente
Foto: cedida por Ubiraci Pereira Messias, 2016.

De acordo com as análises realizadas, observamos que a estrutura pode sofrer alterações de acordo com as características sociais, políticas e econômicas de cada época e de cada sociedade. Novos elementos vão sendo incorporados para atender os interesses sociais de cada época, sendo modificados, alterados ou mantidos em época futuras.



Figura 51: Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon atualmente
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

Podemos averiguar essas transformações *in loco* na Praça das Flores, com o processo de sua reestruturação (Figura 52) que está acontecendo e também por meio dos relatos dos usuários quando mencionam, por exemplo, “não está bom mais está melhorando com a reforma”, “a prefeitura estava deixando desleixado, mas agora está deixando mais bonito” ou “está bom mais vai melhorar, agora fizeram o projeto e tomara que não seja só por ser ano político, espero que continue fazendo cada vez mais para melhorar a praça”.



Figura 52: Obras de reforma na Praça das Flores
Foto: Tatiane Monteiro Ré, 2016.

Para Santos (1985, p.54), o “processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”. Segundo o autor, “o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado com o presente”. Assim, os processos criam formas espaciais, isto é, criam atividades e suas materializações, que se sucedem no decorrer do processo histórico, e, por ser uma ação contínua, sofre várias alterações, tanto no

espaço como no tempo, de acordo com os interesses econômicos, sociais, culturais, políticos, ambientais, entre outros.

As praças pesquisadas compõem um espaço fundamental para o desenvolvimento da cidadania, embora necessitem de melhorias, proporcionam aos usuários um espaço público onde é possível a integração entre pessoas de classes sociais diferentes, de diferentes níveis econômicos e de diferentes faixas etárias. Todos os elementos que as compõem existem por algum motivo, seja estético, seja político, seja funcional ou outro, e, sendo assim, houve investimentos pelo poder público para que as praças tivessem a forma como se apresentam na atualidade, permitindo o desenvolver das diversas funções que são desempenhadas nela. Continuarão assim enquanto a praça existir, porque novas funções irão aparecer e novas estruturas poderão surgir para atender a essas funções, alterando a forma e dando vida ao processo de constituição dessas praças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verificamos nesta pesquisa, o estudo sobre pequena cidade vem aumentando nos últimos anos. Porém, há ainda um longo caminho a ser trilhado em busca de uma definição sobre o conceito, bem como de critérios e/ou metodologias específicas para estudar esse tipo de cidade. Nas teses e dissertações analisadas (2000 a 2010), o uso dos critérios qualitativos, quantitativos ou associados aparece na mesma proporção, ou seja, dependendo do foco da pesquisa, é aceitável na comunidade acadêmica o uso de qualquer um dos critérios. Portanto, para o nosso tipo de pesquisa, os critérios estabelecidos pelo IBGE para definir uma pequena cidade são suficientes.

Em nosso entendimento, a praça é um dos elementos mais importantes da estrutura urbana, por ser um espaço democrático que possibilita o convívio de grupos sociais diferentes e o desenvolvimento de atividades que atingem várias faixas etárias num mesmo ambiente. Portanto, é um lugar que permite a construção da cidadania e da democracia. Para que a praça cumpra sua função social, algumas qualidades são importantes, como apresentar: a) valores ambientais, quando contribui com a melhoria da qualidade ambiental; b) valores funcionais, quando proporciona lazer urbano; e, c) valores estéticos, quando contribui para o embelezamento urbano. A garantia da acessibilidade é fundamental para a apropriação da praça, portanto, a manutenção e organização do espaço pela prefeitura são fundamentais para tornar o espaço mais convidativo ao uso, garantindo o acesso público e o uso coletivo.

Para compreender nosso objeto de estudo, as praças, o uso da história oral foi uma ferramenta fundamental enquanto fonte de pesquisa, pois, em conjunto com as fotografias e os documentos históricos, possibilitou verificar a evolução das praças na história da cidade.

Essa pesquisa buscou compreender o papel de três praças públicas na pequena cidade de Mamborê, destacando os usos, as funções e a importância que apresentaram ao longo do tempo para a população. As praças do estudo foram a Praça das Flores, a Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon e a Praça João Szesz.

As pesquisas realizadas consistiram no levantamento de fontes de análise tais como documentos oficiais, fotografias, bibliografias e registros orais (entrevistas). Destacamos, também, o trabalho de campo que compreendeu o levantamento dos aspectos qualitativos e quantitativos dos equipamentos e estruturas presentes nas praças, nas enquetes de opinião dos usuários e na observação dos usos desses espaços. Esses recursos possibilitaram a elaboração final dessa dissertação. Ressaltamos a importân-

cia do uso da história oral, como fonte complementar de análise, no auxílio da carência de documentos oficiais.

Uma vez que os documentos escritos são escassos, o uso da história oral foi de grande auxílio para a compreensão do papel das praças. Através do registro das memórias do senhor Polon Radecki, compreendemos os motivos que levaram as medições de terras de Mamborê, assim como, o papel desempenhado por ele nesse trabalho. As memórias da senhora Tereza Santos Vieira possibilitou visualizar como foi o início do povoado, a chegada das primeiras famílias e a formação dos primeiros comércios. O senhor Frederico Renal apresentou como era difícil a vida naquele tempo com as casas de madeira e chão de terra batida, os fogões de barro, as estradas de terra e o transporte dos porcos que era feito a pé até Mandaguari. Com as memórias do senhor Armênio Coelho da Costa, percebemos como eram as festas, as comemorações e as atividades que ocorriam nas praças e, apresentou as melhorias que a cidade teve com os dois mandatos do senhor Ubiraci Pereira Messias. Por fim, as memórias do senhor Ubiraci apresentaram o desenvolvimento da cidade em seus mandatos: as construções do prédio da Prefeitura, da rodoviária, da construção da Praça das Flores, Praça João Szesz e da Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, dos asfaltos, vinda de bancos e o desenvolvimento que a cidade apresentou no período.

A Praça das Flores foi a primeira da cidade, na verdade, ela teve o início ainda na primeira etapa de colonização de Mamborê, na época da Companhia Allica de extração de erva-mate. Essa praça sempre teve uma grande importância para a população e foi sendo remodelada de acordo com os interesses da sociedade e, do começo, como um campo de futebol, até chegar a configuração atual, muito investimento foi dispensado nesse espaço mostrando o interesse do poder público em manter o local agradável para a população. O surgimento de outros espaços fez com que as atenções fossem divididas e por um tempo houve certo abandono da praça, porém, recentemente, um projeto de reestruturação começou a ser realizado e espera-se que com sua conclusão, a Praça das Flores se torne um lugar convidativo, agradável e aconchegante, permanecendo como sempre foi na memória da população como um lugar especial de convivência social.

A Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon foi projetada para embelezar o espaço urbano e facilitar o trânsito da região que abrigava a Prefeitura Municipal. No entanto, a transferência do prédio da Prefeitura para a área central fez com que parte da funcionalidade dessa praça fosse perdida. Das praças do estudo essa é a menos frequentada pelos usuários, tanto que não foi possível realizar a enquête de opinião. Verificamos falta de manutenção dos canteiros, falta de corte de grama, presença de lixo e falta de projeto de revitalização. Portanto, constatamos certo esquecimento dessa praça por parte do poder público, que contribui para o esquecimento de seu uso pela população.

A Praça João Szesz, antiga Praça 28 de Julho, foi projetada para ser a principal da cidade, sendo assim, é um amplo espaço verde construído na parte central e, em seu entorno, encontramos prédios públicos, escolas, bancos, igreja, casas e comércios. Desde sua construção, é bastante utilizada por frequentadores da Igreja Matriz Imaculada Conceição em dias de missa e comemorações religiosas. A enquete de opinião apresentou a função de circulação como a principal na atualidade, porém, outras funções são presenciadas como a social (encontro de pessoas nos quiosques de alimentação) e a função ambiental (aulas de música aproveitando as sombras das árvores). O projeto de revitalização desse espaço prevê a construção de cinco quiosques de alimentação, de um palco para apresentações, de uma fonte de água e de pergolados ao longo dos caminhos. Tais elementos contribuirão com a melhoria da estética da praça, atraindo mais pessoas e a tornando, conforme desejo de alguns entrevistados, “um cartão postal da cidade” .

A função dos equipamentos e estruturas instalados nas praças é tornar o local agradável e que permita a socialização da população, assim, contribuir com o uso e o acesso ao espaço público. Na Praça das Flores verificamos uma péssima conservação da limpeza geral do logradouro, falta de bancos, sanitário impróprio para uso, pavimentação irregular e falta de ponto de água ou bebedouro. Contudo, há um bom estado de conservação do campo de futebol, da quadra esportiva e do parque infantil. Na Praça João Szesz encontramos um bom estado de conservação, entretanto, o sanitário está impróprio para uso, falta ponto de água ou bebedouro e existem poucas lixeiras. Apontamos que a instalação de um parque infantil para que as crianças tenham um lugar adequado para brincar e não precisem utilizar a academia ao ar livre, uma melhoria importante para o local. Na Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon presenciamos lixo, falta de corte de grama e baixa manutenção do lugar. Os caminhos são bem conservados, porém, não apresenta nenhum elemento que “convide” os usuários a utilizar esse espaço. A acessibilidade é um item fundamental de integração e a sua falta acarreta o abandono dos espaços públicos. Nas praças pesquisadas presenciamos a acessibilidade física, a visual e a simbólica.

Em relação ao perfil dos usuários, na Praça das Flores encontramos a integração de pessoas de diferentes idades e de diferentes classes sociais utilizando o parque infantil, a feira do produtor e a quadra esportiva. Na Praça João Szesz também verificamos a presença de usuários com perfis socioeconômico e sociocultural variados. Na Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, não foi possível identificar o perfil dos usuários devido a baixa circulação de pessoas neste espaço.

Dessa forma, consideramos que o Poder Público Municipal está trabalhando em melhoria das praças da cidade de Mamborê, uma vez que o processo de revitalização da Praça das Flores já está em execução e já existe projeto de revitalização na Praça João Szesz, embora ainda não esteja em execução. Esperemos que em um futuro

próximo a Praça Marechal Candido Mariano da Silva Rondon receba atenção do poder público quanto à melhorias em relação à conservação e para aumentar os usos e funções da praça para com os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço Público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2008.
- ABREU, Mauricio. Sobre a memória das cidades. In: **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. CARLOS, Ana Fani Alessandri et al. (Org.), 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p.19-39.
- AGOSTINHO, Maria das Graças. **Espaço público urbano e cidadania nas cidades contemporâneas: o caso do Parque da Luz em Florianópolis/SC**. 246 folhas. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- AGOSTINHO, Maria das Graças. Espaço público urbano e cidadania nas cidades contemporâneas: o caso do Parque da Luz em Florianópolis/SC. 246 folhas. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- ALEX, Sun. Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público. 2. Ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. 2. Ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- ANDRADE, Rita de Cássia Gregório. **A Cidade de Coremas - PB: Geografia Histórica de uma Pequena Cidade**. 184 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A Pequena Cidade nas Teias da Aldeia Global: as Relações e Especificidades Sócio-Políticas nas Pequenas Cidades de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara - MG**. 411 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. In: SEI (Org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanência nos espaços urbanos**. Salvador: [s.n.], 2012, p. 81–102.
- BELTRÃO, Leila Maria Vasquez. **A industrialização em Sombrio: gênese e evolução**. 162 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- BENEVOLO, Leonardo. **História das Cidades**. São Paulo. Retrospectiva, 1993.
- BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas Cidades na Região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 347

folhas. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

BORGES, Evaldo Nascimento. **As praças públicas no centro de Ilheus - BA**: usos, funções e conflitos sociais. 171 folhas. Dissertação (Mestre em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança dos velhos. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BOVO, Marcos Clair. **Áreas verdes urbanas, imagens e uso**: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá-PR. 324 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BOVO, Marcos Clair; OLIVEIRA, Michelli Alvares. Centro e centralidade urbana: uma análise da pequena cidade de Peabiru (PR), Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 36, p. 104–123, 2014. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3061>; Acesso em: 16 de fev.2016.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A praça brasileira trajetória de um espaço urbano**: origem e modernidade. 432 folhas. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, 98 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (ORGs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. 240 p.

CARVALHO, L. M. **Áreas Verdes da Cidade de Lavras/MG**: caracterização, uso e necessidades. 115 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2001.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Olhares geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CERQUEIRA, Yasminie Midlej Silva Farias. **Espaço público e sociabilidade urbana**: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea; 122 folhas. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

COLLISCHONN, Érika. **Inundações em Venâncio Aires/RS**: interações entre as dinâmicas natural e social na formação de riscos socioambientais urbanos. 327 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/>

viewArticle/449; Acesso em: 15 de nov.2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, jan/jun, p. 43-53, 1999. Disponível em:http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_5_correa.pdf; Acesso em: 16 de fev.2016.

COSTA, Armênio Coelho da. **Entrevista concedida em Agosto de 2016**. Mamborê. 2016.

CRIVELARO, Sérgio Henrique Rezende. **Espaço vivido, cotidiano e qualidade de vida em pequenos municípios**. Caso: município de Urupês-SP. 113 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Campinas, Campinas, 2008.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inês Geraiges de Lemos, Mônica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, São Paulo, dezembro, p. 135-147, 2006.

DE ANGELIS, Bruno Luís Domingos de. **A Praça no Contexto das Cidades: o caso de Maringá-PR**. 367 folhas. Tese de (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos; DE ANGELIS NETO, Generoso; BARROS, Gabriela De Angelis; DE ANGELIS, Rafaela. **Praças: História, Usos e Funções**. Maringá, EDUEM, 2005. il. (Coleção Fundamentum; 15).

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIAS, Patricia Chame. Questões iniciais para estudo das relações campo-cidade na Bahia: processos e indicadores. In: **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010, p. 209–226.

DIAS, Patricia Chame; SANTOS, Janio. Cidades médias e pequenas: considerações introdutórias. In: **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências no espaço público**. Salvador: SEI, 2012, p. 9–16.

ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Marcio Mendes. (Orgs.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

ENDLICH, Ângela Maria. O papel das pequenas cidades na rede urbana do noroeste do Paraná. In: **Estudos Urbanos em Perspectivas: Reflexões, escalas e desafios**. BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz; COSTA, Fábio Rodrigues (Orgs.). Campo Mourão: Editora Fecilcam, p.27-36, 2013.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 505 páginas, 2006.

FAVOLE, Paolo. **La plaza en la arquitectura contemporánea**. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

FERRARA, Lucrecia D'Alesio. As Máscaras da Cidade. In: **Olhar Periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: Edusp/Fapesp. 1993.

FERREIRA, Alessandra Rodrigues. **Tupaciguara 'Lá Tem'**: revitalização urbana e cultura popular. 212 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

FIALHO, Edson Soares. **Ilha de calor em cidade de pequeno porte**: Caso de Viçosa, na Zona da Mata Mineira. 259 folhas. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FIGUEIREDO, Vilma Dominga Monfardini. **Pequenos Municípios e Pequenas Cidades do Estado do Rio Grande do Sul**: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000. 265 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

FLÁVIO, Luiz Carlos. A geografia e os territórios de memória (as representações de memória do território). **Revista Faz Ciência**. Francisco Beltrão. V. 15, n. 21, p. 123 – 142. jan/jun 2013. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/viewArticle/8731>; Acesso em: 16 de dez.2015.

FLÁVIO, Luiz Carlos. O pensamento (i)material e os territórios e territorialidades. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos** - Crises Práticas e Autonomia: espaços de resistência e esperanças. Porto Alegre, julho 2010.

FLÁVIO, Luiz Carlos. Território e memória. In: **Estudos territoriais na ciência geográfica**. SAQUET, Marcos Aurélio. (Org.). 1 ed., São Paulo: Outras expressões, 2013.

FRESCA, T. M. **A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista: estudo de casos**: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.

FRESCA, Tânia Maria. O papel das pequenas cidades na rede urbana paranaense. In: **Estudos Urbanos em Perspectivas**: Reflexões, escalas e desafios. BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz; COSTA, Fábio Rodrigues (Orgs.). Campo Mourão: Editora Fecilcam, p.13-26, 2013.

GASTAL, Susana. **Alegorias urbanas**: o passado como subterfúgio. Campinas – SP: Papyrus. 2006.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **As praças de Ribeirão Preto – SP**: uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos. 196 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. **Cidades Pequenas, Grandes Problemas**: Perfil Urbano do Agreste Potiguar. 173 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) –

Universidade Federal do Rio Grande Norte, Natal, 2005.

HAHN, Fábio André; MORIGI, Josimari de Brito. A fronteira em questão: estudo da ocupação de Mamborê/PR. In: **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan.-jun., 2015.

HALBBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**, São Paulo: Vértice, 1990.

HENRIQUE, Wendel. Do rural ao urbano: dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas. In: **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências no espaço público**. Salvador: SEI, 2012, p. 63–79.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE DE CAMPINAS. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil : Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana**. Rio de Janeiro e São Paulo: IPEA/IBGE/UNICAMP, 2000, 48p.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

JORGE, Luís Antônio. **O Espaço Seco: Imaginário e Poéticas da Arquitetura Moderna na América**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LEÃO, Carla de Souza. **A inserção das pequenas cidades na rede urbana: o caso das cidades da região de governo de Dracena – SP**. 140 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

LEÃO, Carla Souza. Reflexões sobre o desenvolvimento e as pequenas cidades: análise das cidades de Dracena e Ouro Verde - SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 32, v. 1, p. 135-153, jan/jun, 2010.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. 1ª Edição. São Paulo, Editora Moraes, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campina, São Paulo, Editora UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios).

LEITUGA, Milton Leandro Santos. **Memória, lazer e cotidiano na cidade de Vitória da Conquista/BA**. Projeto História, São Paulo, n. 49, pp. 397-409, Abr. 2014.

LIMA, Maria Helena Palmer. **Cidade-campo, urbano-rural: uma contribuição ao debate**. 271 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LISBOA, Severina Sarah. **Da migração à não-migração: o exemplo de pequenas cidades da zona da mata mineira**. 133 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

LOBODA, Carlos Roberto. Áreas verdes pública urbanas: conceitos, usos e funções. **Revista Ambiência**, Guarapuava, v.1, n. 1, p.125 – 19, jan/jun 2005. Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/157>; Acesso em 15 de Out. 2015.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Revista Ambiência – Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, Guarapuava, v.1, n. 1, p.125 – 19, jan/jun 2005. Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/157>; Acesso em: 15 de Out. 2015.

LOPES, Diva Maria Ferlin. Cidades pequenas do semiárido: dinâmicas sociodemográficas e marginalização. In: **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010, p. 77–90.

LOPES, Diva Maria Ferlin. Cidades pequenas são urbanas? O urbano possível. **Revista Bahia Análise & Dados** (Cidades: Conceitos, Processos e História), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Salvador, v. 19, n. 2, jul/set, p. 395-412, 2009. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&id=80&Itemid=110; Acesso em: 20 de Ago. 2015.

LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do nordeste: conferência de abertura. In: **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010, p. 15–41.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MARX, Murilo. **Cidade Brasileira**. Melhoramentos. Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MAUAD, Ana Maria. **Sob o Signo da Imagem: A Produção da Fotografia e o Controle dos Códigos de Representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História/UFF. Niterói (1990)

MEDEIROS, Maria Suelly da Silva. **A Produção do Espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar**. 152 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande Norte, Natal, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. 527 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MESSIAS, Ubiraci Pereira. **Entrevista concedida em Outubro de 2016**. Ponta Grossa. 2016.

MOREIRA JR, Orlando. As cidades pequenas na geografia brasileira: a construção de uma agenda de pesquisa. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 35, p. 19-33,

2013. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewArticle/562>; Acesso em: 20 nov. 2015.

MOREIRA JR, Orlando. Tendências nas pesquisas geográficas sobre cidades pequenas no Brasil: apontamentos para análise. **GEOgraphia** – Revista de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 16, n.32, p. 139-170, 2014. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/535>; Acesso em: 24 de Nov. 2015.

MORIGI, Josimari de Brito. HAHN, Fábio André. A Colonização do Município de Mamborê e a Formação do Espaço Urbano (1930-1940). **GEOMAE**, Campo Mourão, v. 2 n.1, p.263-267, 2o Sem., 2011.

MORIGI, Josimari de Brito. BOVO, Marcos Clair. TÖWS, Ricardo Luiz. Processos de deformação socioespacial e de produção do espaço urbano de Mamborê (PR) Brasil. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 223-243, 1o Sem., 2012.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 8 ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NUNES, Viviane dos Guimarães Alvim. **Plano Diretor: uma metodologia de elaboração para municípios de pequeno porte**. 223 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

OLANDA, Elson Rodrigues. As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela geografia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, agosto, p. 183-191, 2008.

OLANDA, Elson Rodrigues. **Sanclerlândia-GO: do povoado do Cruzeiro às novas centralidades**. 208 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

OLIPA, Vilson. **História de Mamborê**. Mamborê: s/n, 1998.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade Média e Região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 350 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PINTO, Léia Aparecida Veiga. **Jaguapitã - PR: pequena cidade da rede urbana norteparanaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar**. 217 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia, História e Vistas Urbanas. **História**, v.27, n.2, p.253-277, 2008.

POULET, G. **O Espaço Proustiano**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RADECKI, Polon. **Entrevista concedida em Junho de 2016**. Mamborê. 2016.

RENAL, Frederico. **Entrevista concedida em Agosto de 2016**. Mamborê. 2016.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras**. São Paulo. Edusp: Imprensa oficial do Estado. 2002.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação Socioespacial em Cidades Pequenas**. 156 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

ROSSATO, Paula Savegnago. **O sistema termodinâmico do clima urbano de Nova Palma, RS**: contribuição ao clima urbano de cidades pequenas. 119 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SAFFNAUER, Tatiane. **A (Re) Produção do espaço urbano de Dois Vizinhos no contexto do Sudoeste paranaense**. 190 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed., 2 reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHERER, Fabiano Bolzan. **Construção do espaço urbano da pequena cidade**: um estudo sobre São Sepé-RS. 108 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

SEEMANN, Jörn. O espaço da memória e a memória do espaço: Algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da casa de geografia de Sobral**, Sobral, v. 4/5, p. 45-53, 2002/2003. Disponível em: <http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/77>; Acesso em: 8 de Ago. 2015.

SEGAWA, Hugo. **Ao Amor do Público**: jardins públicos. São Paulo, Studio Nobel: Fapesp. 1996.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 1. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SOARES, B. R. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010, p. 229–250.

SOUZA, Suzane Tosta. Relação campo-cidade: em busca de uma leitura dialética para compreensão desses espaços na atualidade. In: **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010, p. 196–207.

SPOLAOR, Silvane. **Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia - RS**. 192 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O desafio metodológico da abordagem interseccional no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 143-157, 2006.

VIEIRA, Tereza Santos. **Entrevista concedida em Julho de 2016**. Mamborê. 2016.

WHITACKER, Arthur Magon. Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010, p. 187–194.

APÊNDICE I - ENQUETE DE OPINIÃO DOS USUÁRIOS

OPINIÃO DOS USUÁRIOS DA PRAÇA	
A - IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA	
1. Local de realização da pesquisa: _____ Cidade: _____	
2. Dia em que a pesquisa foi aplicada: _____	
3. Turno em que a pesquisa foi aplicada: () manhã () tarde () noite	
B- DESCRIÇÃO SÓCIO ECONÔMICA E DADOS DO PESQUISADO	
4. Sexo: () masculino () feminino	10. Nos seus dias de folga, na maioria das vezes você: () Fica em casa () Sai
5. Idade: _____ anos	11. Quando fica em casa nas folgas, o que mais faz? _____ _____
6. Ocupação: _____	12. Quais lugares costuma frequentar nos seus dias de folga? _____ _____
7. Escolaridade: _____	
8. Renda mensal: _____	
9. Em média, quantas horas você trabalha por semana? _____ horas	
C- USO DO ESPAÇO PÚBLICO – A PRAÇA	
13. De que forma você faz uso deste espaço público? () Apenas como lugar de passagem () Descansar e passar o tempo () Trabalha na praça () Encontros () Trazer as crianças para se divertir () Apenas quando tem algum evento () Para leitura () Respirar ar puro e contemplar a paisagem () Outra forma de uso.	17. O que mais gosta nesta praça? _____
14. Você vem sempre a esta praça? () Sim () Não	18. O que menos gosta nesta praça? _____
15. Em quais dias você mais frequenta esta praça? _____	19. O que contribuiria para você frequentar mais a praça? _____ _____
16. Em qual período você mais frequenta esta praça? () manhã () tarde () noite	20. Como você avalia o estado de conservação desta praça? _____
Em média, qual o tempo de permanência nesta praça? _____	21. Você julga essa praça acessível a todos, inclusive os portadores de necessidades especiais (cadeirantes) e idosos? () Sim () Não () Não sabe responder
	22. Como você avalia a atuação dos órgãos responsáveis pela qualidade da praça? _____
23. Quais as impressões ou considerações que você tem em relação a este espaço? _____ _____	

Elaboração: Tatiane Monteiro Ré e Marcos Clair Bovo, 2015.

APÊNDICE II - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PRIMEIROS MORADORES

<i>Roteiro para entrevista com primeiros moradores</i>	
Nome: _____ idade: _____ Sexo: _____	
<p>Qual a data e o local de seu nascimento?</p> <p>Onde cresceu?</p> <p>Qual a sua escolaridade (nome das instituições, grau de escolaridade, formação, datas, etc)?</p> <p>Em que ano o (a) senhor (a) chegou a Mamborê?</p> <p>Como era a cidade quando o (a) senhor (a) chegou?</p> <p>Quais eram as formas de lazer e divertimento na época?</p> <p>Quais praças haviam na cidade? Poderia descrever como eram.</p> <p>Quem frequentava as praças? Quais usos faziam desse espaço?</p> <p>Quais atividades/eventos eram realizados na praça?</p> <p>Em quais dias da semana havia mais movimento na praça?</p> <p>Houve algum momento específico que considere de maior importância para às praças de Mamborê?</p> <p>O (a) senhor (a) frequentava a praça? Para quê?</p> <p>O (a) senhor (a) frequenta alguma praça hoje? Qual? Por quê e Para quê?</p> <p>Alguém da sua família (filhos, netos) frequenta alguma praça? Qual e para quê?</p> <p>O que o (a) senhor (a) faz nos momentos de lazer?</p> <p>Em sua opinião, os usos e funções atribuídos à praça mudaram com o passar dos anos? Por quê?</p> <p>O que poderia ser feito para melhorar as praças nos dias atuais.</p> <p>Há alguma coisa importante que, do seu ponto de vista, não foi abordado nesta entrevista?</p>	
Data: ____/____/____	Horário: ____:____ min.

Elaboração: Tatiane Monteiro Ré e Marcos Clair Bovo, 2016.

ANEXO I - FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO QUALI-QUANTITATIVO

Levantamento dos aspectos quantitativos e qualitativos dos equipamentos e estruturas existentes na praça			
Nome da praça: _____ Nº _____			
Cidade: _____			
Localização: _____			
Coordenadas Geográficas: _____			
Altitude: _____			
Forma Geométrica: () Quadrangular () Circular () Retangular () Outra			
Data da avaliação: ____/____/____			
Início: _____ Término: _____ Duração: _____			
EQUIPAMENTOS/ESTRUTURAS	SIM	NÃO	QUANTIDADE
Banco – Material:			
Iluminação: () Alta () Baixa			
Iluminação: () Bom () Regular () Ruim			
Lixeiras: () Bom () Regular () Ruim			
Sanitários: () Bom () Regular () Ruim			
Telefone Público: () Bom () Regular () Ruim			
Bebedouro: () Bom () Regular () Ruim			
Pavimentação: () Bom () Regular () Ruim			
Pavimentação (tipo de material) () Concreto () Paralelepípedo () Pedra () Bloquetes () Portuguesa () Outros			
.Palco: () Bom () Regular () Ruim			
.Obra de arte. Qual?			
.Espelho d'água/chafariz			
.Pontos de água			
.Canteiros () meio-fio () cerca viva () grades () outros			
.Estacionamento			
.Ponto de ônibus			
.Ponto de táxi			
.Quadra esportiva () Bom () Regular () Ruim			
.Equipamentos para exercício físico () Bom () Regular () Ruim			
.Equipamento físico para terceira idade () Bom () Regular () Ruim			
.Parque infantil () Bom () Regular () Ruim			
.Banca de revista			
.Quiosque de alimentação			
.Identificação (nome da área)			
.Edificações institucionais			
.Templo religioso			
.Qualidade paisagística () Boa () Satisfatória () Ruim () Inexistente			
.Aspecto geral da praça (limpeza e conservação) () Boa () Satisfatória () Ruim () Inexistente			
.Segurança			

Fonte: BOVO, M.C. (2006)